



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE

CENTRO DE HUMANIDADES

PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

LEIANA ISIS SOARES DE OLIVEIRA

**ENTRE DISCURSOS, AFETOS E IMAGENS: A PROJEÇÃO DO ESPAÇO
URBANO NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA. MONTE HOREBE, 1980-1993**

CAMPINA GRANDE

2024

LEIANA ISIS SOARES DE OLIVEIRA

**ENTRE DISCURSOS, AFETOS E IMAGENS: A PROJEÇÃO DO ESPAÇO
URBANO NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA- MONTE HOREBE, 1980-1993**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação
em História da Universidade Federal de Campina Grande
como requisito para obtenção do título de mestra em
História.

Linha de pesquisa 1: História, Cultura e Cidade

Orientador: Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack

CAMPINA GRANDE

2024

LEIANA ISIS SÓARES DE OLIVEIRA

ENTRE DISCURSOS, AFETOS E IMAGENS: A PROJEÇÃO DO ESPAÇO
URBANO NO ALTO SERTÃO DA PARAÍBA. MONTE HOREBE, 1980-1993

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado, em 19 de agosto
de 2024, pela banca examinadora composta pelos seguintes membros:



Documento assinado digitalmente
EDUARDO ROBERTO JORDÃO KNACK
Data: 28/02/2025 15:24:34-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Eduardo Roberto Jordão Knack, Dr.

Orientador

Prof.(a) Rachel de Almeida Viana, Dr.(a)

Instituição: COC/ FIOCRUZ



Documento assinado digitalmente
ANTONIO CLARINDO BARBOSA DE SOUZA
Data: 28/02/2025 15:03:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.(a) Antônio Clarindo Barbosa de Souza, Dr.(a)

Instituição: UFCG

CAMPINA GRANDE

2024

O48e

Oliveira, Leiana Isis Soares de.

Entre discursos, afetos e imagens: a projeção do espaço urbano no alto sertão da Paraíba – Monte Horebe, 1980-1993 / Leiana Isis Soares de Oliveira. – Campina Grande, 2024. 158 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2024.

"Orientação: Prof. Dr. Eduardo Roberto Jordão Knack".
Referências.

1. Monte Horebe - Paraíba. 2. História Local – Monte Horebe. 3. Panorama da Cidade. 4. Políticas Públicas. 5. Preservação da Memória. I. Knack, Eduardo Roberto Jordão. II. Título.

CDU 911.375(813.3) (043)

DEDICATÓRIA

O processo de nos tornar quem somos é gradual, finito, entrelaçado em vidas, partilhas, sonhos. Parafraseado Heidegger (1997), é um eterno vir a ser. Há quem seja luz, paz e aconchego no momento oportuno.

A vocês dedico esta pesquisa e parte do melhor que há em mim nessa dimensão finita do tempo presente.

AGRADECIMENTOS

Há uma multidão em mim. São personalidades que se unem dentro de um único ser, existencialista, curioso, dual, como teorizava Sartre. Inquieto, na perspectiva de Nietzsche, e, nas entrelinhas de Bauman, encantada com esse mundo fluído e ambíguo, diante das reproduções de outros tempos. Estejam elas expressas nas cores de Van Gogh, na arte do Almodóvar, nas canções vintages, nos discos de vinil e vitrolas, nas manifestações culturais, no empoderamento da Pitty, Frida Kalló, na luta de Ângela Davis e Bell Hooks ou no silêncio de uma cidade, antes da dinâmica do dia.

Há vidas contidas em mim e algumas delas orientam o meu olhar de pesquisadora para esse mundo mutável, frenético, heterogêneo e para a busca de um passado que tem vínculo com o meu pertencimento no tempo presente. Reconhecer-nos como pesquisadores nessa roupa acadêmica que nos veste é, alimentar questionamentos, lidar com as nossas próprias fragilidades, teorias, superar limitações e expectativas.

É nos debruçar diante das fontes e dialogar com elas, montar peças de um quebra cabeça que remete ao nosso objeto de pesquisa. E quão difícil e satisfatório é esse ofício de historiadora! Lidar com as lacunas do tempo e com as lacunas que o tempo desperta em nós. Talvez o *metiér* historiográfico seja essa fagulha de desconforto e inquietação que nos faça questionar a zona que nos conforta e atingir o nosso objetivo, deixando que as fontes falem e que delas ecoe uma voz ou vozes, através da nossa escrita.

Dito isto, hoje, o meu peito é tomado por um aperto, um misto de emoções que vão de encontro com a concretização de um projeto sonhado. Mas, como todo sonho para se tornar real, precisa de movimentos direcionados a ele no transcorrer dos dias. Grandes, lentos, a vida pede pressa, ao passo que esquecemos que para tudo há um tempo debaixo desse imenso céu. E que apesar de viver em uma sociedade corriqueira, frenética, consumista, onde o ter muitas vezes se sobrepõe ao ser, de tempos líquidos, como diria Zygmunt Bauman, cada ser possui um ritmo único em meio a massa preocupada com um bom status.

Concluir o mestrado foi um sonho sonhado na graduação em História. Em alguns dias parecia distante em meio ao cansaço e outros fatores. Em outros, o caminho me permitia ver a linha chegada. É interessante porque os sonhos sonhados por nós, por mais nossos que sejam, são frutos de intenções, expectativas e projeções que outras pessoas colocam sobre nós e indiretamente influenciam o nosso querer, o nosso caminhar.

E como é bom nos dar conta que conseguimos superar os dias sombrios, dias de lutas e descrenças em nós mesmos. Olhar e ver que estamos mais próximos de nos tornar uma versão de quem queremos ser, mas, sempre acompanhado da incógnita do que virá na próxima parada, com um olhar nas transformações e fases que nos moldam ao decorrer da jornada. Estamos vivos. Apesar das intempéries, viver é fantástico, acordar e perceber isso me motiva!

Na minha vida conheci pessoas queridas, peças-chaves para este momento. Nada foi fácil. Cada degrau me moldou e molda, enquanto pesquisadora, mas, sobretudo, enquanto ser humano. O mundo é tão imenso que deveríamos nos preocupar em acrescentar uns aos outros a fim de nos tornarmos melhores. Penso exageradamente neste espaço de agradecimento em notas como um pequeno rascunho de uma autobiografia.

Espero que a minha pesquisa clareie as ideias de pessoas que um dia trilharam caminhos semelhantes aos meus e se não for presunção, espero inspirar pessoas na conquista dos seus ideais. Seja através dos meus escritos acadêmicos, de uma fala ou escuta. Tenho a total noção de que somos todos finitos, o que é uma pena, pois eu amo viver e amo viver ao lado de pessoas que escolhi levar comigo durante a minha jornada. Mas, a finitude é constantemente boa, pois, me lembra das urgências das palavras, dos últimos encontros, quando nem sabemos que são últimos. Dela podemos retornar ao mistério da nossa essência humana, mística, real, assombrosa ou não. E dela devemos deixar um legado. Espero um dia deixar o meu!

Estudar o urbano de Monte Horebe me remete à minha infância. Uma cidade em que vivi uma vida toda, até aqui. Cidade de porte pequeno, onde as pessoas se conhecem, se cumprimentam, onde se pode ficar até tarde das horas nas calçadas e detém certo ar de segurança.

Uma cidade que considero promissora, mas com oportunidades seletivas e baixo desempenho econômico. E daí decorre à migração de muitas pessoas para outras localidades vizinhas, Estados, países. Isso que não é característica única dela, porém, me chama a atenção! Fico feliz em ter desenvolvido alguns trabalhos sobre a sua urbanidade e contribuído com a escrita acadêmica da sua história local e regional.

Dito isso, não poderia deixar de agradecer a quem esteve comigo em mais uma fase da minha vida. Mais que agradecimentos, essas pessoas tem a minha admiração e algumas, o meu inteiro afeto.

Pela alma que enche meu corpo de vida, alimentando o pulsar no meu peito. Pelos momentos incontáveis, agradeço a Deus, que é sempre, o farol que me guia em meio à escuridão e a turbulência dos meus pensamentos. É o mistério que me lanço sem reservas.

Por ser o meu porto seguro, agradeço a Dethy Oliveira e a Assis Soares. A certeza do meu amor por vocês me move, não imagino viver em um mundo onde vocês não estejam. Sinto o orgulho e o cuidado de vocês por mim nos simples gestos.

Aos meus avós, Santana Ana e Miguel, Josefa e Luiz, *in memoriam*. Enquanto escrevia este trabalho lembrei um pouco da infância que tive em Monte Horebe e das histórias contadas. Os domingos nos sítios, o almoço no fogão a lenha, os animais correndo soltos no "terreiro". A vida que compartilhamos em alguma dimensão do tempo e foi tão valorosa para mim.

A Geferson, Luana e a Luiza, minha gratidão pela parceria, pelas palavras de incentivo, por ser família e me dar os meus amores maiores. As suas singularidades os tornam únicos na minha vida.

À Isabelle, Louise, Miguel e Benjamin. Guardo muitos dos nossos momentos em minha mente. Isso me faz querer ser melhor. Mais do que isso, transformar o mundo em um lugar melhor para que vocês possam crescer seguros e realizar os seus sonhos. Dos títulos que eu poderia ter hoje, vocês me deram um dos mais grandiosos.

À Naára, por me ouvir, pela parceria frequente e por me lembrar de que eu posso ser mais!

À Ilza, Márcia e Paula. À tia Rosa (*in memoriam*). Gostava muito da senhora, sua partida foi uma perda para este mundo.

A alguns amigos que me reconectaram com este desafio acadêmico, que ofereceram conversas proveitosas sobre teóricos e afins e momentos felizes, dentre eles, Ramon Queiróz. Algumas dessas amizades perduram através do tempo e ajudam a edificar a minha humanidade e o meu olhar de pesquisadora.

Ao professor Dr. Eduardo Jordão, meu orientador. Agradeço pela partilha de conhecimentos, pela compreensão e maestria como conduziu a escrita deste trabalho. Tenho muita gratidão pela maneira como desde o primeiro momento me direcionou nessa empreitada, favorecendo a ampliação do meu olhar para a temática da cultura cidadina, seus detalhes e tramas.

Agradeço ao Programa de Pós - Graduação em História do Centro de Humanidades / (PPGH/CH), da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), pela formação viabilizada no decorrer do curso de mestrado, pelo direcionamento hábil e pela gentileza dos seus colaboradores. E aos meus colegas de turma pela breve partilha nesse percurso!

Aos professores Dr. Antônio Clarindo Barbosa de Souza e a Dra. Rachel de Almeida Viana, que integram a banca avaliadora desta dissertação, agradeço pela leitura, pelas contribuições no melhoramento deste estudo, desde a fase da sua qualificação. Conseqüentemente, isso amplia o meu olhar, enquanto pesquisadora e me inspira diante da prática docente.

À gestão responsável pela viabilização da minha pesquisa nos arquivos públicos. E as pessoas que cederam gentilmente fotografias do seu acervo privado, rememorando informalmente sobre elas. Pesquisar é uma tarefa árdua. Seria ótimo se os arquivos de todos os acervos, principalmente no tocante da esfera pública, tivessem o trato que merecem e o acesso necessário para que fatos tão importantes não se perdessem em meio às fissuras do tempo.

Por fim, agradeço a mim, me pertencer é substancial para me reconectar quando preciso mudar de rota e me refazer. As metamorfoses diárias nem sempre são indolores, como diz uma famosa frase "*No pain, no gain*", se não houver dor ou força, não há recompensa. Acredito que na maior parte das vezes essa afirmação denota um sentido confirmativo, mas não na sua totalidade. A calma nos dignifica,

enquanto a tempestade nos molda. Espero que esta dissertação cumpra o seu objetivo de contribuir academicamente com diálogos dos meus pares e interdisciplinares. Que desperte o interesse pela pesquisa da história local e se não for presunção da minha parte, que seja uma semente fértil para a história de Monte Horebe.

A todos que contribuíram com essa pesquisa, sou grata!

EPÍGRAFE

¹“Os processos estão sempre submetidos ao tempo [...] A vida caminha por si só e não podemos medir as dimensões do que realizamos até que esteja feito”.

(Farias, 2022).

¹ FARIAS, Gabriel. **Tempo**. Quebrando a caixa. 11 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.instagram.com/p/CYpPKGfNgpC/?igsh=MWVwNXoyeHJmY2ZybA%3D%3D>. >Acesso em 23 de dezembro de 2023.

RESUMO

Esta dissertação objetiva analisar o espaço urbano de Monte Horebe na década de 1980 e 1990, investigando os principais desafios enfrentados, suas transformações e demandas sociais. Utilizamos fontes documentais como Atas municipais, a iconografia de acervos privados e público, depoimentos secundários contidos em Oliveira (2018), buscando traçar um panorama da sua urbanidade, das políticas públicas que envolvem o gestar da cidade e o desvelar dos ritmos cotidianos. A dissertação dialoga com autores clássicos como Mumford (1998), Rolnik (1988), Pesavento (2001) e Bresciani (1991), para refletir os olhares já lançados sobre esse objeto de estudo interdisciplinar. Além disso, incorporamos teóricos contemporâneos como Assis (2022), Mariano (1999), Roberto (2018) e Cruz (2019), que realizaram pesquisas sobre o sertão paraibano, contribuindo para um diálogo com a história local. Apontamos a importância do trato com as fontes para a preservação da cultura e do patrimônio histórico, propondo intervenções como a digitalização dos documentos e a criação de um museu municipal para recontar e valorizar a história e a identidade comunitária. Por fim, enfatizamos o vínculo afetivo entre o habitante e a cidade, baseado em conceitos da memória coletiva e individual, propostos por Halbwachs (1990) e Nora (1993). Discorremos sobre o cotidiano e a interação dele com os elementos e costumes imiscuídos na paisagem sertaneja. Em última análise, almejamos contribuir para novos estudos acadêmicos, no tocante da materialidade e da sociabilidade de Monte Horebe.

PALAVRAS CHAVES: Monte Horebe. História local. Urbanidade.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze the urban space of Monte Horebe in the 1980s and 1990s, investigating the main challenges faced, its transformations, and social demands. We use documentary sources such as municipal minutes, the iconography from private and public collections, and secondary testimonies contained in Oliveira (2018), seeking to provide an overview of its urbanity, public policies related to the city's development, and the unfolding of everyday rhythms. The dissertation engages with classic authors such as Mumford (1998), Rolnik (1988), Pesavento (2001), and Bresciani (1991) to reflect on the perspectives already established on this interdisciplinary object of study. Furthermore, we incorporate contemporary theorists such as Assis (2022), Mariano (1999), Roberto (2018), and Cruz (2019), who have conducted research on the hinterland of Paraíba, contributing to a dialogue with local history. We highlight the importance of engaging with sources for the preservation of culture and historical heritage, proposing interventions such as the digitization of documents and the creation of a municipal museum to recount and valorize the history and community identity. Finally, we emphasize the emotional bond between the inhabitant and the city, based on concepts of collective and individual memory, proposed by Halbwachs (1990) and Nora (1993). We discuss daily life and its interaction with the elements and customs embedded in the backcountry landscape. Ultimately, we aim to contribute to new academic studies concerning the materiality and sociability of Monte Horebe.

KEYWORDS: Monte Horebe. Local history. Urbanity.

LISTA DE FIGURAS

<i>FIGURA 01: Divisão de cidades da Paraíba- Microrregião de Cajazeiras</i>	52
<i>FIGURA 02: Pe. Francisco Tavares Linhares e Dom José González, década de 90</i>	54
<i>FIGURA 03: Dom Zacarias de Moura. Década de 80.</i>	54
<i>FIGURA 04: Cruzeiro de Santa fé.</i>	55
<i>FIGURA 05: Pavimentação de Santa fé– igreja ao fundo</i>	56
<i>FIGURA 06: Santa fé, foto aérea, 2023.</i>	57
<i>FIGURA 07: Pintura de tela. PB 400, Entrada para Monte Horebe</i>	80
<i>FIGURA 08: Eucaliptos na PB 400, Entrada para Monte Horebe.</i>	81
<i>FIGURA 09: Rua Teotônio Martins</i>	85
<i>FIGURA 10: Trabalho da malha asfáltica- Rua Teotônio Martins</i>	85
<i>FIGURA 11: Trabalho da malha asfáltica- Rua Mãe Santa</i>	86
<i>FIGURA 12: Vista aérea da ECI Bonifácio Saraiva de Moura, 2023.</i>	88
<i>FIGURA 13: Slogan “Cidade Educadora”</i>	92
<i>FIGURA 14: Informativo - Semana Pedagógica 2023</i>	92
<i>FIGURA 15: Feirantes em seus cavalos, década de 80.</i>	96
<i>FIGURA 16: Sítio ponta da serra, década de 90.</i>	96
<i>FIGURA 17: Habitantes na rua Pedro Gondim.</i>	98
<i>FIGURA 18: Feira livre</i>	99
<i>FIGURA 19: Feira livre II</i>	99
<i>FIGURA 20: Praça substituta do mercado público - Rua Pedro Gondim, 2020.</i>	100
<i>FIGURA 21: Quiosque e Mercado público - Pedro Gondim, 2019.</i>	100
<i>FIGURA 22: Mercado público, portão principal – Rua Pedro Gondim</i>	101
<i>FIGURA 23: Quiosque de miudezas do seu Valdemar, 2015.</i>	102
<i>FIGURA 24: Habitantes pousando para a foto em festividade católica</i>	104
<i>FIGURA 25: “Rainhas da festa” religiosa de 31 de maio</i>	104
<i>FIGURA 26: Busto de Venâncio Dias, cofundador.</i>	105
<i>FIGURA 27: Busto de Venâncio Dias e caixa com televisor público, 2010</i>	106
<i>FIGURA 28: Posto da TELPA - Bonito de Santa fé, 1987</i>	108
<i>FIGURA 29: Praça da matriz, anos 2000.</i>	110
<i>FIGURA 30: Praça Pe. Cícero</i>	112

<i>FIGURA 31: Praça Pe. Cícero, 2014.</i>	113
<i>FIGURA 32: Parte interna lateral - Escola Venâncio Dias, 2014.</i>	146
<i>FIGURA 33: Rua Pedro Gondim – prédio antigo ao fundo, 2014.</i>	146
<i>FIGURA 34: UBS Joaquim de Sousa, 2016.</i>	147
<i>FIGURA 35: Plantação de milho e feijão - Ponta da Serra, área rural, 2014.</i>	147
<i>FIGURA 36: Produtos artesanais locais na feira, 2022.</i>	148
<i>FIGURA 37: Agricultura local na feira, 2022.</i>	148
<i>FIGURA 38: Sacos de Feijão de corda dispostos na feira, 2014.</i>	149
<i>FIGURA 39: Silos de zinco- armazenagem de legumes e cereais, 2014.</i>	149
<i>FIGURA 40: Antiga casa- Rua Pedro Gondim, 2014.</i>	150
<i>FIGURA 41: Lateral da prefeitura ao lado do centro de educação, anos 2000.</i>	150
<i>FIGURA 42: “Quadrinho” - ao fundo o antigo mercado público, 2015.</i>	151
<i>FIGURA 43: Sede do Sindicato rural dos trabalhadores, anos 2000.</i>	151
<i>Figura 44: Antiga casa na rua Pedro Gondim, 2013.</i>	152
<i>FIGURA 45: Antiga casa na Rua Pedro Gondim, 2013.</i>	152
<i>FIGURA 46: Câmara de vereadores, 2016.</i>	153
<i>FIGURA 47: Instalação da rede de energia no bairro São Francisco, 2023</i>	153
<i>FIGURA 48: Frei Damião e populares em Monte Horebe, década de 80.</i>	154
<i>FIGURA 49: Desfile cívico, ao fundo a Escola Venâncio Dias, década de 80.</i>	154
<i>FIGURA 50: Casa de Pedra, ponto turístico, 2022.</i>	155
<i>FIGURA 51: Cachoeira dos Cabrais, ponto turístico 2022.</i>	155
<i>FIGURA 52: Eco pedal, turismo na pedra do sino, 2022.</i>	156
<i>FIGURA 53: Show de repentistas na praça central, 2022.</i>	156
<i>FIGURA 54: Certificado de habilitação de ensino docente, 1982.</i>	157
<i>FIGURA 55: Decreto de criação da instituição, 1987.</i>	157
<i>Figura 56: Vista panorâmica., anos 2000.</i>	158
<i>Figura 57: Câmara municipal de Monte Horebe, 2024.</i>	158

LISTA DE TABELAS

<i>TABELA 1: Eleições 1982</i>	70
<i>TABELA 2: Eleições 1986</i>	71
<i>TABELA 3: Eleições 1986</i>	71

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	14
2. CAPÍTULO I	29
CIDADES, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA	29
3. CAPÍTULO II	52
CAMINHOS PARA A ESCRITA. DOCUMENTOS QUE NORTEIA VOZES QUE ECOAM NO PLENÁRIO: CENÁRIOS, AGENTES SOCIAIS E OS LUGARES SILENCIADOS	52
3.1 DESAFIOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL: FONTES EM USO	62
4. CAPÍTULO III:	79
DE PRINCESA DOS MONTES A CIDADE EDUCADORA. MONTE HOREBE NAS DÉCADAS E 80 E 90: PAUTAS, SOCIABILIDADES E ÍCONES DE MODERNIZAÇÃO	79
4.1 AS FEIRAS E O COTIDIANO HOREBESE	93
4.2 NOS CENÁRIOS A SOBREPOSIÇÃO DOS HÁBITOS: COMUNICAÇÃO, SAÚDE E RESQUÍCIOS HISTÓRICOS	105
4.3 A CIDADE INTERCEPTADA PELA PAUTA HÍDRICA	118
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	135
7. ANEXOS	146

1. INTRODUÇÃO

“²Quando a casa dos avós se esvazia, o mato cresce no terreiro, o carro de boi encostado apodrece o tamboeiro, a família desreúne, o almoço dos domingos vai perdendo o costume; a porta não fica aberta, o cupim come a sua parte, quando a casa dos avós se esvazia, tudo o que resta é saudade,” (Sandes, 2024).

Início este trabalho com o poema acima que coincidentemente figura uma cena comum de um fim de tarde em Monte Horebe, seja no perímetro urbano ou nos seus arredores rurais. Isso me traz um sentimento de rememoração de vínculos afetivos que vivenciei e desenvolvi ali, colocando logo em primeiro momento a discussão de que a materialidade citadina intervenciona afetos, identificações individuais e coletivas, em um espaço que Hillman (1993), chama de psíquico e que Durán (2008) denota como uma identificação cognitiva e afetiva do habitante frente ao habitável, sendo um gerador de vínculos heterogêneos.

Seria o lugar onde os movimentos de resistência, ordenação cultural e psicológica se formam, compondo novas dinâmicas, apoiadas em experiências negativas ou positivas entrelaçadas ao traço heterogêneo relacional com o elemento habitável. Corroborando com Paiva e Gabbay (2018), as cidades são orientadas para diversas funcionalidades e a apropriação dela é o que sistematiza as relações nos seus espaços, “cujo cimento é o afeto e o imaginário”, (Paiva e Gabbay, 2018, p. 133). E guiados por esse despertar afetivo nos direcionamos.

Logo, pautados nessa dinâmica afetiva que as teias da memória proporcionam, e partindo do nosso local de pesquisa, destacamos a partir de uma rememoração pessoal, a cena do habitante, na figura do agricultor, do comerciante ou da “dona de casa” /costureira, sentada na calçada em uma cadeira, confeccionada à

² SANDES, Gonçalo. **Quando a casa dos avós se esvazia tudo que resta é saudade**. 09 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.instagram.com/reel/C14PzIBO5Bg/?igsh=MWt3cHZocjc0aDlvaA%3D%3D>.> Acesso em 23 de janeiro de 2024.

mão, feita de fitilho, ou de couro seco de algum animal criado no cercado para venda ou subsistência. Na zona rural, o terreiro de chão batido, limpo, bem varrido e as galinhas perambulando rumo ao seu poleiro. A quem vem e a quem vai, os cumprimentos da tarde.

Aos poucos, o sol se pondo no horizonte, o animal amarrado à árvore de castanhola, juazeiro ou umbuzeiro, típicas da região, e o rádio a pilha ligado, noticiando fatos, tocando modas de repente, viola e sanfona, na difusora rádio de Cajazeiras. As portas de madeira divididas horizontalmente, abertas de fora a fora para ventilar o ambiente de meias paredes, e o telhado de barro, permitindo que a luz reluza o gibão e o chapéu pendurados em um gancho de madeira, onde a rede de algodão está posta. Ao lado da máquina grande de costura com gabinete, descansa a enxada, instrumento de um dia de trabalho do agricultor.

Na parede, artigos que figuram imagens religiosas. Quadros com pinturas e retratos fúnebres que se misturam aos de momentos alegres: eventos como nascimentos, batizados, aniversários, casamentos, fotos do casal, dos filhos, viagens e procissões, envoltas em molduras de madeira que ali encontram o seu destaque.

O corredor interliga os cômodos, acima das paredes, um sótão guarda os legumes / cereais engarrafados, provenientes da colheita passada, e os excedentes ficam a cargo dos silos de zinco. Na cozinha, o candeeiro apagado sob a mesa, o fogão de lenha borbulhando comidas costumeiras: o angu de milho moído (no moinho de ferro) acompanhado da galinha caipira cozida; o cuscuz, o pirão, o feijão de corda, o toucinho frito, as bolinhas de carne empanadas e o arroz vermelho.

Na mesa, a farinha, a batata doce, a macaxeira, o milho verde e as frutas sazonais, colhidos na roça. Ao lado da mesa de madeira, o pote ou filtro de barro e os copos de alumínio dispostos em ordem de tamanho. Paisagem marcada pela caatinga, rasteira, que quando chove enverdece – a e enche o semblante sertanejo da esperança de um ano de boa colheita. Riquezas desse sertão, riquezas de Monte Horebe, lembranças afetivas que abre um leque de possibilidades para esta escrita acadêmica.

A partir de agora, caro leitor, esta é uma tentativa de através do nosso *métier* historiográfico escrever sobre um cotidiano o qual, antes de tudo me coloco como habitante e encontro pertencimento. Faço - o saber que, trilhei diversos caminhos até

chegar ao estágio presente deste trabalho e em alguns deles me deparei com elementos urbanos no meu cotidiano.

Enquanto historiadora me percebi desde a graduação com anseio por desenvolver uma pesquisa relevante academicamente e que fosse ao encontro, mesmo que parcialmente, com as minhas vivências, realidade e crenças. Não no sentido religioso da palavra, mas humano, na transição do utópico e vivenciado para o concreto, registrável e passível de pesquisa. E observar a paisagem urbana, frequentemente me remeteu a ideia de finitude debaixo de um céu imenso, principalmente quando vista de cima, onde em determinado momento, as luzes parecem se contrastar com o horizonte.

Imagino a vida que existe ali, naquele cotidiano de casas com ordenamento planejado, ou não, mas, que frequentemente convergem em busca de um centro. Tenho consciência que todo indivíduo que vive em cada pedaço de chão experimenta uma rotina diferente, em um espaço comum, coletivo, e, também privado, dentro das relações que o envolve. Este estudo resulta parcialmente da teia de relações afetivas a qual me percebi envolvida, decorrente do meu lugar de vivência, desde a infância até aqui.

Há muitas memórias impressas nessas linhas as quais procuro descrever esta cidade, as mais fortes delas, são os laços familiares que citei pré-textualmente, mesmo que como pesquisadora haja um devido distanciamento do meu objeto de escrita. Corroborando com Nora (1993), a fragmentação da memória é um processo natural, seletivo. A escrita, portanto, auxilia a manter vivos os vestígios desse registro.

Ressalto ainda que, comumente, me questiono como era o espaço de Monte Horebe em outras décadas. Quantas pessoas andaram pelos mesmos lugares que ando hoje e imprimiram memórias diferentes, como uma apreensão subjetiva de um "*Corpus*" espacial, retendo vivências, olhares, memórias, histórias e intenções. Cada ação produzida foi tocada pela mão avassaladora do tempo, que aos poucos corrói a consciência tal como a pele em que habitamos, sem distinção geográfica, psicográfica ou demográfica. E como coloca Pesavento (2007), deixa rastros de historicidade.

Lembro-me que, costumeiramente ouvia histórias sobre as vivências dos meus avós, tios e pais que entoavam expressões antecedidas de uma lembrança afetiva: "No meu tempo"; "De primeiro", e, logo após, rememoravam as épocas passadas, pessoas, suas vivências, labutas diárias, modos de vestir, modos de se comportar, falar, códigos de conduta, comemorações populares, lazeres, e as mais variadas faces de paisagens que em outros tempos compunham a sua dinâmica material e social.

Metaforicamente é como se a rememoração fizesse com que o tempo aceitasse uma licença poética de apreensão de um lugar de estaticidade, materializável. Provavelmente, tais circunstâncias tenham me direcionado na escolha do meu ofício e me impulsionado à temática citadina, direcionada para Monte Horebe, como objeto de estudo. Corroborando com Pesavento (2001), a experiência histórica pessoal resgata emoções, sentimentos, dando uma perspectiva sensível da realidade, de modo que o aprender a sentir e pensar faz com que o indivíduo traduza o mundo de forma a abranger razões e sentimentos.

Neste trabalho me coloco como pesquisadora, com um olhar investigativo, mas também, me reconheço como uma habitante que até o presente momento viveu uma vida em Monte Horebe, que conhece as suas ruas pelos nomes, pela referência das casas, prédios, habitantes. Conhece parte do seu povo, da sua cultura, dos seus pontos turísticos, suas lacunas administrativas e estruturais. Sobretudo, que detém afeto, sente pertencimento e a necessidade de contribuir epistemologicamente com a escrita da sua história.

Corroboramos com o que Silva (2013), chama de espaço de afetos e desafetos, onde o homem se relaciona com a realidade disposta a ele por meio de dinâmicas temporais e espaciais, tecendo a construção de experiências e simbologias. Dessa maneira, enquanto historiadora, parto do meu local de experiências para desenvolver estudos sobre essa cidade e a sua pluralidade.

Academicamente, em 2018 na graduação em História pela UFCG/CFP³, campus de Cajazeiras, defendi o meu primeiro Trabalho de conclusão de curso⁴, o qual me propus a investigar o povoamento e a urbanização em Monte Horebe nas

³ Universidade Federal de Campina Grande/ Centro de Formação de Professores.

⁴ Trabalho intitulado: Entre o Sereno e as Prosas: Um estudo historiográfico sobre o processo de urbanização em Monte Horebe – Pb nas décadas de 1960 e 1970.

décadas de 60 e 70. O que antecede a publicação dessa escrita são discussões em um grupo de estudos que focalizava a temática do urbano sobre viés interdisciplinar, debatendo textos tidos como clássicos, como "Las ordenanzas", de Felipe II; estudos de Munford, Maria Stella Bresciani, Sandra Pesavento, Nicolau Sevcenko, Leandro Konder, Walter Benjamin e outros teóricos.

Essa pesquisa foi como um incentivo inicial para a reflexão de que antes da emancipação política de Monte Horebe em 05 de dezembro de 1961, já existia a formação de um pequeno aglomerado urbano que foi se expandindo com o tempo, e, de uma sociedade latente, embora pouco expressiva, que, como coloca Febvre (2001), é um dos pontos essenciais de partida para o desenvolvimento citadino, sendo passível de possibilidades de investigação, partindo de um estudo do micro como peça fundamental para a compreensão do macro ambiente no qual nos situamos.

No desenvolver do Trabalho de conclusão de curso citado, sob *metiér* da história oral e documental, o acesso e “garimpo” dos arquivos e fontes me fizeram questionar várias coisas. Dentre elas, a falta de manuseio adequado com os arquivos públicos.

E também o porquê de em meados de 2018, completos 56 anos desde a sua emancipação política e 93 anos, desde que se tem registro, em 1925, segundo Dias e Dias (2011), ⁵do lavramento da escritura e doação de terras pelo Senhor Joaquim de Sousa para a construção da capela destinada a São Francisco de Assis, perímetro aonde viria a se desenvolver um comércio e as primeiras construções e moradias do que seria a referida cidade, não houve o desenvolvimento considerável de pesquisas acadêmicas que adentrassem tal temática local, podendo ser aprofundada e direcionada por várias vertentes, se trabalhadas em tempo hábil.

Mas quem determina o tempo correto de um pesquisador diante do seu objeto de pesquisa? Enquanto pesquisadora acredito que, o historiador é movido pela inquietação, mas direcionado através das fontes. E quantas fontes foram perdidas ao decorrer desse tempo citado? Perdas humanas inestimáveis, potenciais depoentes que teriam muito a oferecer com os seus relatos e experiências cotidianas.

⁵ Estudo memorialista, sem a finalidade acadêmica ou aprofundada, com intenção descritiva sobre a referida cidade suas curiosidades, política e lendas urbanas.

Tais pessoas poderiam versar sobre o encontro das suas subjetividades e sensibilidades dispostas na realidade citadina, em sua estrutura concreta, física, mas também social e cultural, uma vez que, existe uma apropriação do espaço ocupado e transitado, dado através de fatores externos e internos, como a experiência e o tempo, pois, cada pessoa adentra a uma localidade por meio de portas, como aponta Bresciani (1991), que geralmente traz como aporte as subjetividades e experiências do habitante ou de quem assume a postura de um *flâneur* e flana por ela.

Corroborando com Walter Benjamin ⁶, nas cidades existem tempos construídos, onde as efemeridades são experimentadas por distintos sujeitos, de formas, perspectivas e lugares sociais diferentes, sublinhando um caráter dinâmico. E que concomitantemente ao passo que são ativas no tempo em que acontecem, sofrem passivamente a ação dele, sendo tais experiências seletivamente deterioradas e/ou arquivadas pela memória, mas que quando rememoradas, oferece uma conotação simbólica e representativa daquilo que conscientemente foi percebido e apreendido. Pois, as lembranças estão impregnadas de percepções da realidade, detendo subjetividade e uma relação articulada entre o presente e o passado, possuindo uma função social, conforme argumenta Bosi (1994).

Todavia, essa perda não ocorre somente com o elemento humano. As fontes iconográficas para serem produzidas requerem de recursos materiais e se falando de décadas anteriores aos anos 2000, quando a propagação das mídias eletrônicas e da cultura digital se alargou progressivamente, tais registros em dadas realidades sociais eram escassos, caros, e passíveis de descarte no tempo presente, decorrente do seu desuso.

Podemos, a exemplo dessa discussão, refletir sobre os arquivos documentais, com foco maior nos acervos oficiais, usados no embasamento desta escrita, que também são passíveis de descarte ou arquivamento inadequado, causando assim, o seu desgaste e a não possibilidade de acesso ao pesquisador, dependendo de vários fatores, como a permissão da gestão responsável ou a inexistência da documentação procurada. Nesse caso, o acervo pesquisado possui defasagem de documentos, desconhecendo a regulamentação normativa do Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ. Isso limita a nossa pesquisa até o ano de 1993.

⁶ Para maiores reflexões ver: BENJAMIN, Walter. Passagens. Belo Horizonte, Ed. UFMG, 2006.

Como previamente citado, este trabalho será moldado metodologicamente por meio de fontes documentais e iconográficas. A escolha dessas fontes e da temporalidade em evidência se relaciona com a trajetória acadêmica já citada e com o acentuado desenvolvimento citadino após a década de 70. Objetivamente, diante dos arquivos documentais da câmara municipal José Dias Guarita, me deparei com livros de atas e enxerguei neles a gama de dados, informações e possibilidade de uso como fonte principal de variados estudos acadêmicos, se antes de tudo tais fontes fossem estudadas e selecionadas objetivamente.

Como já havia finalizado uma pesquisa com enfoque na povoação da referida cidade até finais dos anos 70, pude perceber tanto nas falas de depoentes quanto nos documentos que o descortinar da década de 80 e 90 era marcado pela continuidade e implementação de equipamentos citadinos. Bem como, por reivindicações públicas com foco na construção de escolas, de moradias, aberturas de estradas, alargamento da feira livre, preocupação com os serviços de abastecimento de água, energia, entre outros.

Nesse tocante, para a época tais equipamentos atuavam como representações de inovações no tecido urbano, postos em uso através de políticas públicas, seja em detrimento das reivindicações populares levantadas nos debates pelos vereadores nas sessões municipais ou da preocupação com o espaço físico, coletivo, expressas nas barganhas políticas, e com o melhor e/ou adequado "*modus vivendi*" dos habitantes.

Reconhecemos que existem muitas arenas de disputas contidas em uma cidade e que as atas contêm pautas dominantes que ecoam, do mesmo modo que detém de pautas e vozes silenciadas. Mas, elas também nos fornecem detalhes importantes sobre a gestão da cidade e por isso as escolhemos predominante de forma metodológica, mas fazendo uso de fontes secundárias com vistas a buscar maior completude nessa escrita.

Feita a escolha metodológica principal, ela nos guiará nas seguintes questões que formam a problemática desta pesquisa: Quais os desafios sociais e de crescimento existentes para essa cidade? Quais equipamentos detinham e como essa urbe combatia os seus problemas públicos? Partimos de uma análise da sua organização material, social e dos seus ritmos cotidianos. Corroborando com Febvre (2001), mais do que aparato físico, a dinâmica cotidiana de uma cidade em

temporalidades demarcadas, podem ser descritas e problematizadas, se enquanto historiadora, me munir do método correto. E foi isso que me propus a fazer. Mas de que forma?

A presente dissertação, como sugere o título: **“Entre Discursos, Afetos e Imagens: a projeção do espaço urbano no alto sertão da Paraíba. Monte Horebe, 1980 - 1993”**, faz alusão às fontes que nos direcionarão do início ao fim dessa empreitada historiográfica em busca de compreender a história local e seus ritmos sociais, atravessada por sua urbanidade. Temos em mente que ela, tal como outras cidades já estudadas possui uma dinâmica, tanto material, quanto social e que pode ser projetada de diversas formas.

Algumas delas foram estudadas através da oralidade, da iconografia, da arquitetura e arruamentos e também dos discursos políticos descritos em documentos como atas, planos urbanísticos e requerimentos que, comumente pode conter debates sobre os melhoramentos físicos, os problemas encontrados nas vias públicas em detrimento da reivindicação do elemento humano, e, sobre os desejos almejados para a urbanidade a depender do tipo de documento a ser analisado.

Portanto, as atas da câmara municipal serão a nossa fonte principal e primária. Usaremos livros de atas, datados de 1980 a 1993. Esse recorte temporal é delimitado em detrimento da organização do acervo público documental encontrado. Nele buscamos pensar como estrutural e administrativamente Monte Horebe se organizava. As caracterizamos como fonte principal em detrimento do seu acervo, todavia, identificamos lacunas também no ecoar de vozes populares, comuns.

Nessa linha de raciocínio, atrelado a impossibilidade de realizar entrevistas em decorrência de fatores externos que antecederam a defesa da dissertação, utilizaremos também, em segundo plano, 01 livro de ata da Escola Bonifácio Saraiva de Moura, endossando características relativas à educação no município; fontes imagéticas de acervos privado e público, com intuito de perceber as transformações na sua urbanidade.

E, por fim, secundariamente, utilizaremos trechos exploratórios de entrevistas com habitantes comuns, feitas pela autora, em 2018 para um trabalho da graduação em História, que podem destacar perspectivas do habitante comum da

época em relação à localidade e seus construtos físicos, a fim de adentrar assertivamente nas décadas de 80 e início da década de 90, por meio do diálogo com as fontes, pensando como a urbanidade e o cotidiano de Monte Horebe se constituía.

Pressupondo que a memória está interligada às vivências, estando em constante evolução dos grupos sociais, se guiados pela ótica de Halbwachs (1990), mas passível de esquecimento. Na ótica de Nora (1993), isso justifica a organização dos arquivos. Arquivar, fotografar, registrar para relembrar os fragmentos que a memória naturalmente esquece. Apesar de reconhecer ao inestimável valor da história oral, em sua forma inédita e suas arenas de disputas, em decorrência de fatores externos, decidimos por percorrer pelo caminho predominantemente documental, com comprometimento de nos aprofundar ao máximo que nos é permitido do nosso objeto de investigação.

O objetivo principal se desenvolve em torno da análise dessa cidade sertaneja do alto sertão paraibano, produzindo uma história local sobre ela, investigando os seus problemas públicos e os desafios sociais, para especificamente pontuar o seu desenvolvimento material, enquanto espaço físico e de sociabilidade impressos na sua ideia de urbanidade e no seu cotidiano, visto principalmente a partir das fontes documentais.

Buscamos, assim, nos aproximar dessa urbanidade, oferecendo um novo estudo na área, salientando a importância de conhecer e problematizar o passado dos pequenos centros urbanos, pois, eles compõem a identidade de uma comunidade, tendo como premissa que ao habitante é associado o sentimento de pertencer ao lugar.

Em relação ao recorte temporal, além do descrito acima, vale salientar que, investigar o cotidiano em décadas de efervescência da criação de sistemas teoricamente assertivos de políticas públicas, como o SUS, criado no ano de 1990, através da lei federal nº 8080, o SUAS, através da lei federal nº 8.742/93 e a Lei de diretrizes e bases da educação – LDB, nº 9.394/96, é significativo.

Isso porque elas visavam melhorar a qualidade de vida das pessoas comuns, pode ser um indicativo para percebermos como a dinâmica no tecido urbano se configurava e se foi impactada.

A normatização dessas políticas públicas, de certo modo obrigou a existência de um direcionamento nas áreas da saúde, assistência social e da educação por parte da administração governamental. Eram nas cidades que se concentravam os polos de atendimento direto de assistências, postos de saúde e escolas de nível de estudo mais avançado, como o 2º grau. Teoricamente buscava-se uma função descentralizadora e de democratização da saúde, educação e assistência social, podendo intensificar o fluxo de pessoas transitando pelas vias.

Ao nível local, Assis (2020), nos conta que a década de 80 é marcada pela precarização da seca, pelo desemprego, pela pobreza, pelos saques às feiras através da ação desesperada de flagelados, principalmente entre camponeses, e aqui, temos que ressaltar que em 1980 a maioria da população morava na zona rural, provavelmente em decorrência de fatores econômicos, pois, a fonte predominante de subsistência e renda baseava-se na agricultura e na pecuária, na época, atingida diretamente pela seca latente que é um fator geográfico que atingia e atinge a região sazonalmente, causando grandes períodos de estiagem e baixa ou escassa produção de alimentos de subsistência.

Com isso, homens e mulheres eram alocados em serviços temporários, pesados e precários, como a quebra de pedras, onde o pagamento mal dava para comprar o alimento para sustento da família. Esse indicador vai ser primordial secundariamente para entender o cotidiano do horebense comum, sua heterogeneidade e os emblemas que envolviam os habitantes, muito embora não iremos nos prender profundamente a ele.

Nessa perspectiva, Assis (2020) enfoca as vivências desses camponeses com a falta de chuvas, partindo da narração das suas experiências, lugar sensível a eles, rememorando e revelando nuances de uma sociedade que na prática não experimentava as oportunidades utópicas e abundantes que se imaginava existir no ambiente citadino, se seguíssemos uma linha de padronização da cidade como detentora de um conceito de progresso, já discutido e superado por diversos autores.

Devemos refletir também que o lugar ocupado pelos indivíduos, como os bairros periféricos e determinados pontos da zona rural é um marcador social, sendo vivências individuais atravessadas por um coletivo, por políticas públicas, por vezes defeituosas, excludentes, assistencialistas, como a atuação das “Frentes de

emergências”, substancial para o período, mas precária para a alta demanda e atravessada pelo viés de interesses políticos, pensada para atender uma demanda geográfica específica, no Nordeste.

O fato descrito acima transformava as duras oportunidades em seletivas, um tanto oportunistas, pois, algum grupo poderia barganhar a pobreza e as necessidades de toda uma classe em troca de apoio político, que em sua maioria era analfabeta, mas, não passiva, consciente das negociações e interesses políticos.

Entretanto, necessitadas delas, findando que o subsídio governamental continuava a girar na mão de uma elite local que viabilizava a alocação mais apropriada dos recursos. Nessa temporalidade, várias obras foram executadas usando a mão de obra sertaneja por meio das frentes de emergência, como escavações de açudes e construção e/ou abertura de estradas.

Podemos, embasados nesse estudo de Assis (2020), observar como se posicionava socialmente uma parcela dos habitantes de Monte Horebe, entendendo quais as demandas e obras eram solicitadas e quais as finalidades delas, tendo em vista as melhorias e os ícones de inovação dos espaços coletivos em detrimento do discurso de melhor qualidade de vida.

Como referencial teórico, além de Assis (2020), recorreremos a teóricos clássicos, como Munford (1998), Konder (1994), mas também, buscaremos teóricos mais atuais como Bresciani (1997) e Pesavento (2001), Silva (2013), com ampla produção científica acerca da historiografia das cidades.

Por semelhante modo, nos ancoraremos também em trabalhos desenvolvidos sobre as cidades do sertão, como o de Roberto (2018), Mariano (1999), Cruz (2019), Assis (2022) e outros autores que nesse tocante enfocaram elementos de São José de Piranhas, Princesa Isabel, Pombal e Monte Horebe, principalmente dando ênfase aos ícones de modernização e inovação, presentes nessas cidades paraibanas, seu cotidiano e fases temporais.

Esses estudos ajudam a remontar as suas histórias e os seus cenários. E, muito embora, todas elas sejam divergentes em seus aspectos estruturais, econômicos e sociais, são similares em importância historiográfica e acadêmica, dentro de suas áreas de interesses e particularidades.

Esta dissertação se subdivide em três capítulos. O capítulo 01 é denominado **Cidades, História e Historiografia**. Nele, dialogaremos com os nossos pares, apresentando estudos e olhares já lançados sobre as cidades, enquanto “objeto formal”, sabendo que cada uma delas, apesar de semelhantes ou antagonistas, é única em seus ritmos, formas, problemas e na composição da sua sociedade.

Por tanto, pontuaremos brevemente como se deu a composição cidadina, passando pelos primeiros núcleos e cidades modernas, detalhadamente planejadas, geometrizadas, apoiados nos escritos de Mumford (1998), Benjamin (1987) e Konder (1994). Mas entendendo que na atualidade já tivemos amplas produções sobre a história das cidades, adentrando a algumas delas. Nesse contexto, versaremos sobre a interdisciplinaridade e receptividades dos estudos citadinos, sob a ótica de historiadores, geógrafos, arquitetos, engenheiros e afins. Com intuito de situar o leitor sobre o aporte teórico estudado.

O capítulo 02 é intitulado **Caminhos para a escrita. Documentos que norteia vozes que ecoam no plenário: cenários, agentes sociais e os lugares silenciados**.

Discorreremos sobre o processo de povoamento da cidade de Monte Horebe até a emancipação da mesma, dada em detrimento do seu comércio, localização geográfica e interesses políticos. Nesse ponto não nos aprofundaremos, haja vista o desenvolvimento de um estudo⁷ mais detalhado sobre essa temporalidade que o leitor poderá se ater a ele, se aprofundar e se for o interesse correlaciona-lo a outros escritos já lançados acerca do referido município, antes mesmo de ser emancipado.

Debruçaremos sobre os documentos, discorrendo acerca das fontes utilizadas nesse estudo de modo a fazer saber quais arquivos serão usados e o porquê. Sublinharemos quais os principais personagens que compõem o quadro de legisladores municipais de acordo com os posicionamentos mais frequentes e substanciais frente às reivindicações da casa municipal José Dias Guarita.

E de modo mais geral, a sua rede de relações partidárias, já que, às mulheres e aos homens públicos era conferida a função de zelar, fiscalizar e gestar a cidade

⁷ Ver: OLIVEIRA, Leiana Isis Soares de. **Entre o Sereno e as Prosas**: Um estudo historiográfico sobre o processo de urbanização em Monte Horebe – Pb nas décadas de 1960 e 1970. UFCG/CFP. 2018.

administrativamente, demarcando a não neutralidade de interesses envolvidos nos cargos eletivos por eles investidos.

Por fim, centralmente enfatizaremos quais debates eram articulados sobre Monte Horebe, a luz das fontes documentais, versaremos sobre a conservação do arquivo legislativo municipal e convocaremos essa memória individual, que sempre parte de um coletivo, dos seus costumes, requerimentos, regras e pautas. Um lugar de fala que ecoa vozes de lugares bem demarcados, não neutros e que avesso a isso silencia outras vozes e pautas.

Temos a consciência que existem outras arenas de disputas que apresentam vozes mais populares, se estudadas mais diretamente, através da oralidade, como a feira, por exemplo.

Todavia, destacamos a presença de fatores externos que não nos permitiram recorrer diretamente (de modo primário) a ela, fazendo de forma pontual, apresentando as vozes das depoentes que secundariamente utilizaremos para destacar e levantar algumas questões, entendendo o local que elas ocupam. Logo, apresentaremos os resultados da discussão, dialogando sempre com os nossos pares e com os documentos para a partir dessa escolha metodológica ir de encontro com a nossa problemática.

E por fim, no capítulo 03, intitulado **De princesa dos montes a cidade educadora. Monte Horebe nas décadas e 80 e 90: pautas, sociabilidades e ícones de modernização**, nos aprofundaremos na realidade histórica física, e expectativa de melhorias cidadinas, captada através das fontes, já mencionadas, a fim de investigar qual a função que essa cidade desempenhava na vida dos “horebenses”, enquanto espaço de sociabilidade, revelando fragmentos do seu cotidiano.

Podemos, em decorrência dessa discussão, retratá-la nas décadas de 80 e 90, elencando o contraste entre a perda de espaços públicos em detrimento das novas tendências de modernização, fazendo um paralelo com as inovações do tempo presente. Pertinentemente, captando as imagens possíveis para então visualizar as transformações ocorridas no tecido urbano, enfatizando sutilmente aspectos como saúde, educação, mobilidade social e as feiras, enquanto lugar de sociabilidade e ponto de encontro para os habitantes.

Ancoraremos na pesquisa de Oliveira (2018) e seletivamente no estudo memorialista de Dias e Dias (2011), a este último trabalho aplicaremos um filtro mais apurado. Objetivamos discorrer como os costumes e o espaço ia se constituindo para o habitante de Monte Horebe nas décadas destacadas. Seus ícones, especificidades e como ele se apropriava do espaço social com o qual se identificava.

O historiador ao investigar como se dá esse processo dinâmico dos habitantes diante da cidade pode recorrer a Bresciani (1991) quando ela afirma que a cidade influencia o sentimento da comunidade, pois, cria uma noção de pertencimento e reconhecimento, possuindo representações, símbolos, alimentando o imaginário e os sonhos dos seus munícipes e revelando contrastes, já que, ao gerar inovações a uma dada localidade e povo, comumente, há a segregação de minorias, principalmente nas periferias ou em lugares afastados, onde essas inovações não as alcançam, causando descontentamento, reivindicações e arranjos próprios.

A cidade dos homens, contendo inúmeros significados, sonhos, luta por poder, por liderança, por melhorias e a existência de atrasos. O descortinar dessas décadas, propostas neste estudo, nos ajudará a compor mais uma peça da história de Monte Horebe, que pode ser estudada por várias perspectivas, tempos, viés interdisciplinar e poderá oferecer uma possibilidade de registro da história local para futuras pesquisas, sejam elas com finalidades acadêmicas ou não.

Nesse sentido, foi em decorrência de afetos e desafetos nutridos por Monte Horebe que, tecem uma memória e pertencimento associado a este lugar que tal estudo teve início, se materializando, trazendo à tona como ela estava articulada e era remontada no período estudado, desempenhando um papel na sua modernização.

Esse é um elemento que impulsiona continuidades e retrocessos, dando um ar de maior desenvolvimento ou ruralidade as urbes. Destacando que nesse tocante estamos tecendo uma escrita acerca de uma cidade com uma história e realidade atrelada a elementos rurais, como muitas da Paraíba e do Nordeste.

Como coloca Mariano (1999), ao estudar a cidade de Princesa na década de 1920, é de suma importância produzir e conhecer pesquisas sobre as cidades do sertão paraibano, principalmente com enfoque a percepção da “chegada do moderno”

nesses lugares, e a maneira como impacta a vida de quem detém alguma relação com eles, reconhecendo a sua importância social.

Muito embora esse trabalho não adentre diretamente e com foco central aos relatos e vidas de pessoas comuns que transitam pelas ruas e sítios de Monte Horebe, até mesmo em decorrência da nossa escolha metodológica que não permite ampliar a nossa visão nesse ponto, reconhecemos que, eles tecem um enredo primário e central e não um secundário que decorre de um fazer político.

Em suma, a pesquisa é uma tarefa árdua. Ao historiador cabe aceitar o seu ofício, enfrentar as dificuldades, “garimpar”, e às vezes, encaixar peças de um quebra cabeça, que se tratando da vida urbana elenca diversas problemáticas. A partir de agora, convido você, caro leitor, a embarcar conosco nas linhas de afetos, desafetos, vivências, tramas políticas, sociais e cidadinas que esse estudo proporciona.

2. CAPÍTULO I

CIDADES, HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA.

*A rua ensurdecadora ao redor de mim agoniza.
Longa, delgada, em grande luto, dor majestosa,
Uma mulher passa de uma mão faustosa,
Soerguendo-se, balançando o festão e a bainha;
Ágil e nobre, com sua perna de estátua.
Eu, embevecido, inquieto como um extravagante,
Em seus olhos, o céu lívido onde se oculta o furacão,
A doçura que fascina e o prazer que destrói.
Um clarão... Depois à noite! - Beleza fugidia
Cujo olhar me faz subitamente renascer,
Não te verei senão na eternidade?
A rua ensurdecadora ao redor de mim agoniza.
Longa, delgada, em grande alhures;
bem longe daqui! Muito tarde! Jamais talvez!
Pois ignoro onde tu foste, tu não sabes onde vou,
Ah se eu a amasse, ah se eu a conhecesse!⁸*

⁸ Tradução: Marco Antonio Frangiotti. (in Baudelaire: Oeuvres Complètes, Paris: Ed. Robert Laffont, S.A. 1980, pg. 68-69).

Como expressa Baudelaire no poema acima, nos grandes centros urbanos olhares se entrecruzam e não se reconhecem, por vezes, dificilmente voltam a se encontrar mediante o corriqueiro do cotidiano e a grande demanda populacional dos que transitam nas ruas com propósitos distintos ou não, mas completos desconhecidos.

Nesse sentido, as cidades em si são heterogêneas e subsidiando realidades múltiplas e específicas, se fazendo moradia dos homens, ponto de encontros, desencontros, sonhos e desejos que colidem com a perda e ganho da sua materialidade, e, por consequência, tornam-se armadilhas da memória, verdadeiros labirintos, impedindo o recontar de fatos tais como ocorreram sem dissociação ou fragmentação, compondo a subjetividade do historiador, como aponta Rezende (1997).

Essa heterogeneidade comporia o que Viegas (2024)⁹, destaca como “cavalo de troia” ao comparar a vastidão de possibilidades que o historiador e outros profissionais que se interessam pelas múltiplas faces da história urbana, se deparam, tendo que, diante dessa dinâmica e vastidão de possibilidades, fazer um afunilamento sobre a temática que deseja abordar, não podendo abarcar todas as possibilidades, o que pode ser dual, perigoso e causar dispersão, mas também, pode ser somativo, se feito com cautela e direcionamento, resultando em ramificações de estudos, onde se alocam pesquisadores com interesses em comuns.

Em detrimento da produção interdisciplinar esses saberes podem agregar diferentes *expertises* favorecendo a lapidação do leque investigativo e o surgimento de temas emergentes que podem se entrecruzar em várias áreas, não só evidenciando as singularidades do objeto de estudo, mas favorecendo a sua ampliação, que sob a ótica empírica se mostra diversa e valiosa para o pesquisador, pois, pode inter-relacionar díspares métodos.

Há de se saber que existem diferenças entre a literatura urbana e a história das cidades, produto das ramificações de interesses acadêmicos. Uma evidencia as transformações no tecido físico, urbano, os planejamentos e formas. Outra enfoca

⁹ VIEGAS, Danielle Heberle. História urbana e interdisciplinaridade: práticas, truques, empréstimos. In: **Teorias e Metodologias de Pesquisa sobre História, Cultura e Cidades**. AZEVEDO NETO, Joachin Melo; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; MELO, Alcilia Afonso de Albuquerque. 1ªEd. Guarujá – SP: Científica Digital, 2024.

hermeneuticamente o construto da cidade atravessada pelo tempo e pelas ações dos seus atores sociais, sobre essa última esse trabalho é predominantemente construído.

Sem hierarquias, ambas possuem seus estudiosos, contribuições e podem ser investigadas isoladamente ou em conjunto, provendo resultados ricos para o campo temático teórico e metodológico, que se diga com firmeza, ainda é uma área que apresenta um crescente desenvolvimento de trabalhos no tempo presente e em vários programas de pesquisas de instituições de ensino de todo o mundo.

Como bem coloca o professor Oliveira (2024), na obra “Teorias e Metodologias de Pesquisa sobre História, Cultura e Cidades”,¹⁰ cada lugar desperta em diferentes atores sociais sensações “*topofílicas*”, inclusive, naqueles que estão debruçados, vivenciando-a e/ou escrevendo sobre ela a luz do passado ou do presente, guiados pelos aspectos históricos, materiais ou imateriais.

Pressupomos que, toda cidade comporta vislumbres e decepções, dominantes e marginalizados. Desperta sensações e cheiros e o encontro do novo com o velho, o passado e o presente que se relacionando, encontram formas de (co)existir e de resistir.

Em Monte Horebe fatos como esses descritos por Boudelaire no poema citado, podem não ser comuns de ocorrer, pois cidades interioranas, principalmente aquelas de pequeno porte, são marcadas pelo reconhecimento de sua comunidade, pelas famílias que há anos habitam os mesmos bairros, que desenvolve pequenas atividades comerciais, passadas como tradição entre as gerações. Uma comunidade que destaca prontamente a presença de visitantes, logo, os reconhecendo como alheios ao lugar.

Há muitas características contidas nessa terra e no seu povo que uma intersecção dos escritos e pesquisas voltadas à história local poderia aproxima-las e lançar luz sobre essa temática com vieses epistemológicos diversos e interdisciplinares. Neste capítulo, buscamos versar sobre a interdisciplinaridade e receptividade dos estudos citadinos, pontuando como as cidades se tornaram objeto

¹⁰ OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Os rumores e humores da cidade: pressupostos teórico-metodológico nos estudos sobre o urbano. In: **Teorias e Metodologias de Pesquisa sobre História, Cultura e Cidades**. AZEVEDO NETO, Joachin Melo; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; MELO, Alcilia Afonso de Albuquerque. 1ªEd. Guarujá – SP: Científica Digital, 2024.

de análise para estudiosos de vários campos do saber, com ênfase no campo historiográfico.

Ancorados em Monteiro (2012), sublinhamos que, os historiadores, urbanistas, geógrafos e outros cientistas das mais vastas áreas do saber, promoveram pesquisas sobre elas, analisando os seus traços, as suas ruas, as suas formas, patrimônio histórico, os seus símbolos, as vivências e os costumes de seus habitantes, ampliando o leque de investigação e constatando a multiplicidade de experiências humanas, ao tempo em que perceberam as singularidades no espaço habitado, produto de uma busca pela legitimidade epistemológica em várias áreas científicas, gerando uma intersecção, afastamentos e contribuições entre elas.

É em busca do específico sobre o elemento cidadão que ao passar do tempo, nessa vertente de investigação, se move o historiador. Portanto, se faz saber que, na historiografia é cada vez maior o número de trabalhos escritos acerca deste tema, isso porque, ela tem firmado um gradual crescimento desde o início dos anos 80 do século passado, com vistas para o desenvolvimento de trabalhos diversos, que com enfoque no Brasil, teve um potencial de produção considerável.

De maneira geral, podemos citar estudos realizados por Walter Benjamin, como em Wille Bolle (1994); Sebastião Rogério Ponte (1993); e outros autores que guiados pelos paradigmas da História Social e da História Cultural, abriram um leque maior de possibilidades de investigação, oferecendo contribuições expressivas, como Bresciani (1991), Pesavento (2001) e tantos outros.

Sob a abrangência da história cultural, emergente da crise de paradigmas, no fim do século XX, com os *Annales*, houve a possibilidade de um diálogo entre a história e outras ciências, contribuindo e impactando na produção historiográfica, trazendo diferentes debates multidisciplinares. Nesse cenário, focalizando a temática cidadina, é perspicaz dizer que ela aborda as representações sociais no tecido urbano.

Segundo Pesavento (1995), o fenômeno urbano comporta o acúmulo de bens culturais que possibilitam a sua leitura, de acordo com a apreensão de ideias e imagens que representam o imaginário coletivo, sistema de ideias-imagens, oferecendo um novo olhar para pensar o social a partir de representações,

contestando a mera busca pela objetividade, racionalidade e narrativa dos vencedores nas ciências humanas e sociais.

Sob a perspectiva da história cultural, entendemos que a historiografia pode sim trabalhar as representações coletivas que compõem o imaginário social. O historiador lapidaria as representações daquilo que é material. Nesse sentido é plausível que a história tome a cidade com objeto de pesquisa, inferindo uma reflexão sobre ela. Geertz (1989) *apud* (Pesavento, 1995, p. 281) considera a cultura como uma rede de um coletivo que são estabelecidos socialmente.

Logo, a cidade seria o espaço adequado e fértil para tecer significados sociais e conjuntos, expressos em seus arruamentos, paisagens, cenários, iconografias, discursos políticos, planos urbanísticos e técnicos. Segundo Pesavento (1995), estabelecendo um *modus vivendi*, instaurando padrões citadinos e normas de condutas, fazendo emergir os movimentos migratórios, acentuando as desigualdades entre as classes, advindos de processos econômicos e sociais atrelados à industrialização e a acumulação de capital. Constituídas de territórios, cujos limites e identidades religiosas, sociais e culturais interagem entre si. Como enfatiza Lepetit (2001), ela é feita de cruzamentos.

Pesavento (1995) defende que, a vertente cultural pode ser posta como uma floresta de significados e símbolos, podendo auxiliar o historiador ou dificultar a sua busca investigativa do cenário urbano, indo além da sua materialidade. É como a teoria do labirinto de Abraham Moles (1984) *apud* (Pesavento, 1995, p. 288), no espaço há obstáculos, falsas saídas, mas também há corredores que possibilitam percorrer o caminho certo e sair. Como um *flâneur*, resta aos historiadores aproveitar a caminhada a qual assumiu o compromisso de trilhar.

No entanto, cada cidade possui seus ritmos próprios, não se pondo isolada no mundo, mas, compondo singularidades e identidades. E por consequência, problemáticas e questões a serem solucionadas. Pesavento (1995), coloca que são imprescindíveis as leituras que o urbano fornece quando une a objetividade dos seus traçados com as imagens e os discursos sobre ele. Salientando que os espaços sociais são incumbidos de significações, de desejos, de sonhos, de intencionalidade e de vivências. E quem confere isso ao espaço urbano são os seus agentes sociais.

Ao historiador, a urbe apresenta diversos caminhos, portas e possibilidades, basta adentrar e descortiná-la através do seu *métier*, como sublinha Bresciani (1991). Evidenciamos que os estudos do urbano, possui uma crescente produção, alvo de pesquisas interdisciplinares, como já foi mencionado, sejam nas áreas de história, arquitetura, engenharia, antropologia, geografia e tantas outras, e em todas elas fornece ao cientista social e das demais áreas a possibilidade de se debruçar sobre ele através das fontes, minuciosamente selecionadas para embasar a sua pesquisa, seja pela vertente social, política, cultural, urbanista ou outra.

No tocante da história cultural, Darnton (1990) nos diz que, o estudo da cidade se voltou para a dimensão cultural da experiência do habitante, dialogando com antropologia, principalmente em sua teia simbólica, orientando o historiador a buscar significação através dos mais variados elementos urbanos, como os padrões de higiene, a construção do espaço físico, constituição dos espaços sociais, das narrativas políticas, da semiótica, da memória, entre outros.

De acordo com Foucault (1979), os mecanismos disciplinares encontram a razão de existência na ordem do espaço citadino, nas suas próprias regras e adaptações internas. Isso ocorre porque os habitantes o reinventam cotidianamente, se sobrepondo muitas vezes a imposições que não tem sentido prático para eles.

Corroborando com Darnton (1990), a história cultural encontra ponto de interseção e diálogo entre a antropologia simbólica e a história, enquanto campo de saber, com finalidades de interpretação das significações de dadas práticas culturais, identificando a constituição da realidade social em diferentes recortes temporais e espaciais.

Albuquerque (1995) coloca que o espaço é materializado, subjetivado e estereotipado por meio de mecanismos de saber e poder que o recortam e constrói. Logo, entende-se que pesquisar sobre o elemento citadino em sua perspectiva local é discursar e entender o seu contexto social, as estratégias de convivência, arranjos de poder e de saber, historicamente construídos. Isso incide sobre a constituição do espaço em análise e a formação da sua comunidade.

Sob a perspectiva da história social, a vida cotidiana, as relações sociais e as transformações culturais ao longo do tempo desvelaram detalhes significativos e

plausíveis de estudos, como a demografia urbana promovendo uma análise das mudanças recepcionadas nas migrações internas, das composições étnicas, estruturas sociais e estratificação, favorecendo reflexões sobre as desigualdades e experiências de diferentes grupos na cidade, abrangendo atividades familiares, trabalho, lazer, costumes e a relação entre as estruturas físicas com as interações sociais, refletindo valores sociais e a interação neles dispostos.

A história social favorece o aprofundamento de como essas mudanças e a luta frequente das classes influenciam o desenvolvimento urbano. Ao incorporar essa perspectiva histórica, os estudiosos conseguem capturar a complexidade das interações humanas nas cidades, proporcionando uma compreensão mais completa e rica da evolução urbana ao longo do tempo, identificando rupturas, permanências e arranjos cotidianos.

Tê-la como objeto de estudo é atentar-se para o fato de que existem necessidades, utopias, intencionalidades e problemáticas postas pelos habitantes que a reivindicam diariamente, sejam nas questões estéticas ou funcionais. É um olhar para o passado com os olhos do presente, onde o presente oferece possibilidades de reconhecimento do passado sobre uma matriz explicativa e contemporânea, concordando com Pesavento (2001).

Pensar a cidade através das suas representações e o processo de mudança que o social provoca, evocam sensações, percepções e representações para aqueles que vivenciaram e seu processo de renovação urbana em detrimento do estético, do funcional e do moderno, ao tempo que exprimem significação sobre ele. Corroborando com Pesavento (1995), traduzir a urbe em discursos ou imagens engloba um fenômeno de percepção que envolve a complexidade das lógicas sociais.

Portanto, a estrutura física da cidade produz narrativas não verbais de suas vivências passadas. A cidade representa o que se poderia chamar de um campo de pesquisa e discussão interdisciplinar, não sendo apenas um *lócus* de acumulação de capital expresso nos seus contornos, mas, um objeto que subsidia problemáticas diversas que, vai além dos processos econômicos e sociais, perpassando-as e indo de encontro com as representações construídas sobre ela, com ênfase no imaginário e nos arquétipos que a classificaram ao decorrer do tempo.

Tal como é gestada, palco de disputas, confrontos sociais, projetos técnicos e funcionais, uma cidade é sonhada, é desejada, e reivindicada nos seus padrões de beleza e sociabilidade, tanto nos discursos políticos quanto nos projetos urbanísticos, permanecendo cristalizada na produção imagética e provocando a criação de sensibilidades. São essas algumas das contribuições da história cultural e social para os estudos que envolvem as nuances cidadinas, favorecendo a amplitude das pesquisas sobre elas.

Por outro lado, se voltarmos o nosso olhar para as contribuições da história política na evolução das cidades a perceberemos como multifacetada, porque a relação entre eventos políticos e o desenvolvimento urbano pode encontrar pontos de intersecção na sua própria existência, favorecendo ao longo do tempo o molde da identidade das cidades e características adjacentes, já que elas têm suas origens vinculadas às decisões políticas estratégicas, algumas materializadas nos nomes das ruas, bairros e repartições. A escolha do local pode ser guiada por motivos administrativos ou comerciais, demonstrando como os líderes políticos influenciam a cartografia urbana.

Podemos enfatizar que o planejamento urbano é uma faceta crucial do desenvolvimento das cidades, influenciado por decisões e arranjos políticos. Refletimos que a disposição das ruas, a localização de grandes edifícios privados e de domínio público, mercados, regulamentações de construção e zoneamento são consequências de políticas urbanas. Logo, a infraestrutura das cidades, incluindo os sistemas de transportes, redes de água e saneamento partem de decisões e investimentos públicos.

Atravessado por esse viés, as transformações na política, como revoluções ou reformas, têm repercussões diretas na estrutura urbana e nas relações sociais. Mudanças nas fronteiras políticas também impactam significativamente o perfil demográfico, econômico e a linguagem, principalmente quando historicamente se tem um núcleo urbano que serviu como referência de grande centro de poder político.

Isso favorece as influências econômicas e trocas culturais decorridas do contato direto dos agentes sociais frente ao espaço transitado e habitável, modificando-o de acordo com as suas necessidades e reivindicações. No caso da urbe

em evidência, existe um limite geográfico com o Estado do Ceará. Isso influenciou as trocas culturais, favorecendo o sotaque da língua dos seus habitantes em algumas pronúncias.

A nível regional, podemos mencionar que há produções acadêmicas contemporâneas de discentes e docentes das unidades acadêmicas de graduação e pós graduação da UFCG e outras unidades de ensino da Paraíba, do Nordeste e do Brasil. Os resultados advindos dessas pesquisas são significativos, assinalando uma crescente produção nessa temática, com enfoques metodológicos e áreas diversas, seja em torno das reformas urbanas, projetos e planos urbanísticos com vistas para os impactos sociais, ambientais, mobilidade urbana, preservação e restauro de monumentos, intervenções no espaço público ou pela experiência retida e a história construída, investigada pelos vieses documental e da oralidade.

Nesse tocante, já foram estudadas cidades como Londres, Paris, o Rio de Janeiro, São Paulo, Porto Alegre, Recife, João Pessoa, Salvador, Fortaleza, Guaranhuns, Princesa Isabel, Campina Grande, Sousa, Cajazeiras, São José de Piranhas, Bonito de Santa Fé, Monte Horebe e outras, onde se tornam evidentes o cenário remodelado e suas sociabilidades. Há várias obras problematizadoras do cenário citadino, desde os primeiros agrupamentos aos dias atuais, pontuando além dos aspectos já citados, a sua vida administrativa, cultural, econômica, política e outros.

Mas como explicar ou definir em que consiste uma cidade?

Esse questionamento pode gerar reflexões e um debruçar sobre amplas abordagens teóricas e metodológicas. Rolnik (1988), a equipara a um imã que atrai o elemento humano em detrimento das suas buscas e aspirações individuais, atribuindo a ela um espaço dinâmico guiado por suas relações políticas, econômicas e sociais. Monteiro (2012) nos diz que, além de física, ela possui também uma dimensão simbólica e cultural que atrelada a sua urbanidade detém marcos de variados tempos e processos sociais.

Bresciani (1997) a demarca como uma experiência visual, marcada por arruamentos e pelo trânsito das pessoas que adentram nela por meio das suas portas. Salientando que, com o passar do tempo elas obtiveram planejamentos com base em suas utilidades, sendo idealizado como espaço da civilidade, do progresso, abrigo dos

homens, da moral e dos valores éticos de uma classe dominante que fazia e usufruía das leis e privilégios, afastando a massa desprivilegiada e menos abastada.

A cidade dos homens, feita por eles e para eles, que concentraram uma vida administrativa, sociabilidades, atividades econômicas, culturais e religiosas. Passando por transformações materiais influenciadoras do comportamento citadino, a exemplo da reorganização das ruas e construções destinadas ao uso do público, como parques, centros comerciais, praças, museus, teatros e outras, incentivando o embelezamento das casas, os melhores hábitos de higiene, a expansão do setor agrícola, o aumento do consumo, do comércio e da estimativa populacional, favorecendo um melhor desenvolvimento de espaços, a criação de leis, de praças e outros aportes materiais.

Segundo Munford (1998), essas praças serviam como elementos que subdividiam as ruas centrais de onde as outras iam se estruturando ordenadamente. É pertinente ressaltar que, muitas delas se desenvolveram em torno de praças centrais, locais das feiras livres, igrejas e práticas religiosas. Logo, o transitar por esse entorno criava a necessidade de povoá-lo e naturalmente desenvolvia ainda mais as suas práticas sociais. Pois, utilitariamente isso tornava a vida do habitante mais assertiva.

Se voltarmos à historiografia clássica, citaremos os polos medievais cercados por muros, elaborados como estratégia de defesa militar, comum nas cidades antigas ocidentais. Estudiosos como Holanda (1963) e Maria Berthilde de Moura Filha (2010) destacaram a organização da América espanhola e portuguesa e suas formas.

Maria Stella Bresciani (1991) e Nicolau Sevcenko (1998) versaram sobre as reformas urbanas, suas transformações físicas, sociais e culturais, ocorridas em detrimento dos seus atores sociais, que em contato com esse espaço o intervencionou, de acordo com suas pautas e necessidades.

Nos estudos clássicos, Mumford (1998), remonta-se o surgimento das urbes como estratégia de dominação do homem frente à natureza, apontando uma progressiva substituição de aldeias e habitações mais primitivas, servindo como facilitadoras de funcionalidades, direcionados pela vida laboral. Tornando-se lugar de encontro, expressividade, de símbolos e ritos sagrados, abrigando funções.

Essas funções seriam administrativas, comerciais e de culto. Refletindo acerca disso, torna-se importante esclarecer que questões básicas de sobrevivência desenharam as estruturas cidadinas, mas que cada sociedade se desenvolveu em torno de demandas específicas internas. Se compararmos essa definição com a funcionalidade cidadina atual, há várias divergências, mas também pontos em comum correlacionados a suas funcionalidades e aos seus agentes sociais.

No interior dos centros descritos pelo autor supracitado, os trabalhos eram divididos, o controle sobre a água redirecionava a um armazenamento, a criação de poços, açudes, irrigação, a drenagem de pântanos, o cultivo e o armazenamento de alimentos e sementes. Dessa forma, as funções exercidas resultavam em uma melhor organização, na otimização da divisão dos trabalhos, mas, sobretudo, na função administrativa. Cada urbe desencadeou o seu processo de urbanização de acordo com os seus parâmetros específicos alinhados a sua realidade.

O desenvolvimento do comércio foi um grande impulsionador de algumas cidades e do seu molde, das leis, do surgimento de líderes e do controle social. A organização dos seus equipamentos em torno da coletividade e domínio das atividades produtivas e econômicas passou a compor um germe cidadão, visivelmente tangível e primitivo. Nesse sentido, abrigando cerimônias, famílias, tribos e clãs, segundo Mumford (1998).

Progressivamente, uma nova ordem urbana foi emergindo com a industrialização. O tempo cotidiano se remodelou com os hábitos, com o esquadramento dos espaços, suas reformas e interesses populacionais. Logo, o impulso do capitalismo passou a ditar novos ritmos, novas organizações em torno de lugares mais estratégicos nos núcleos urbanos. Sobre as cidades modernas, podemos dizer que a industrialização e as novas formas de produção foram propulsoras do seu advento.

Esse fator impulsionou o êxodo para as localidades urbanas, principalmente em busca da inserção no novo mundo do trabalho, cujo ritmo foi impactado pela industrialização, pelas novas formas econômicas e de produção, acentuando um êxodo rural e com ele a marginalização e a segregação das classes baixas, que até mesmo nos dias atuais reverberam, mas com nova configuração.

Emerge também uma associação do espaço urbano com símbolos do progresso e com a civilidade, ritmados pelo crescimento demográfico, lucro imediato, pelos encontros e desencontros, como denota Carvalho (2008). Estabelecendo um lugar de contrariedades, de desigualdade, ampliado pela precariedade dos miseráveis que transitavam e habitavam nos grandes centros urbanos, sendo varridos para áreas periféricas e que ali encontraram formas de resistência.

Refletimos que aqueles ocupantes de lugares privilegiados experimentaram a cidade de forma diferente, desfrutando do direito de transitar livremente por ela, por mais que na teoria esse direito devesse ser isonômico.

Em apreensão a esse contexto e a uma busca pela representação da modernização e esteticamente padronizada, iniciaram em diversas localidades as reformas urbanas a exemplo de Paris em 1875, influenciadora de intervenções citadinas em vários locais do mundo, tema esse que possui grande número de escritos acadêmicos. No Brasil, foram realizadas reformas influenciadas por este fim, em primeiro momento no Rio de Janeiro, conduzidas na gestão administrativa de Pereira Passos.

Estas, especificamente passaram a ser conhecidas como “Reforma Pereira Passos” ou “bota a baixo”, consistindo em tese na abertura da circulação de ar com o alargamento das ruas, arborização, construção de monumentos e outras obras, a fim de melhorar as questões de saneamento básico, incorporando obras públicas que expusesse essa associação ao novo, ao moderno europeu, mas, que na realidade apontava e efetivava um traço segregador da massa pobre e diariamente atuante no tecido urbano, personificadora dos problemas, estigmas e também de arranjos sociais existentes, guiados por um jogo de interesses individuais e coletivos.

Através dessas reformas, percebemos que a cidade, apesar de material, também pode ser apropriada pelo discurso e fazer político em torno da sua administração, viabilizando obras públicas e com a chegada do que no século XIX representou a modernização dos seus equipamentos: O trem e os meios de comunicação, que, por exemplo, iam introduzindo no cotidiano as intervenções físicas e sociais. Em primeiro momento, no Rio de Janeiro, e posteriormente, em outras localidades como São Paulo, Salvador, João Pessoa, Campina Grande, Recife e em outras regiões

brasileiras, não atingindo na mesma proporção à realidade de todas as cidades de fato.

Carvalho (2008) enfoca o urbano como centralizador das inovações, da razão, da ciência. Citamos Paris e o Rio de Janeiro, mas podemos citar São Paulo, Recife, João Pessoa, Salvador, Cajazeiras, Campina Grande, entre outras cidades brasileiras. É importante frisar como cada urbe possui um ritmo e experimenta a modernização de forma diferente.

Apenas no século XX o Brasil se tornou um país de configuração urbana e na década de 60 se intensifica um movimento de maior amplitude em pesquisas acadêmicas sobre esse tema, até mesmo no tocante da semiótica, sendo até hoje uma temática com amplas produções.

Salientamos ainda que, nos Estados do Nordeste, principalmente na faixa interiorana, essa modernização chegou mais tardiamente, se tivermos como referência os demais centros urbanos, onde essas inovações já existiam há mais de décadas. Por exemplo, Monte Horebe nunca foi contemplado com a construção de uma ferrovia, diferente de cidades circunvizinhas, de posição estratégica comercial e maiores desenvolvidas, como Cajazeiras, Sousa e Pombal.

Segundo o professor Aranha (1991), em grande parte da Paraíba o contexto das representações do moderno está interligado a produção algodoeira e a malha ferroviária. É pertinente destacar que, tais mudanças físicas e cotidianas acarretaram também mudanças econômicas, mentais, culturais, a aquisição de hábitos, tais como a linguagem, os códigos de condutas, as vestimentas e o comportamento dos transeuntes, como nos conta Silva (2017).

Em relação à formação desses hábitos citadinos, houve também uma influência midiática capitalista em algumas localidades. Tornou-se comum no imaginário coletivo, uma cena hollywoodiana, onde pessoas caminham pelas vias principais de uma metrópole, apressadas, trajadas com suas pastas, roupas e bolsas de grife, rumando para os seus trabalhos.

Nesse cenário, a cidade que emerge se põe como uma vitrine de marcas, inovações tecnológicas e arquitetônicas, despertando no habitante o desejo de também estar

inserido nesse contexto, reforçando a ideia de progresso econômico e desenvolvimento.

Em contrapartida, se há a interligação com a representação física ou imaginária de um ambiente glamouroso, com praias, arranha-céus, hotéis e cartões postais, como o Cristo redentor, o pão de açúcar, a torre Eiffel, a estátua da liberdade ou até mesmo a selva de pedra, como popularmente São Paulo é chamada, há de se saber também que nelas, interiormente, coexistem elementos contrastantes a esses “símbolos do progresso”, como o descarte inadequado de lixo e odores da cidade luz e a massa pobre perambulando o centro. E que nem todas as cidades e nem na cidade como um todo são atreladas a equivalência dessas transformações.

A exemplo da capital paulista, cujo centro comporta grandes parques verdes e realidades que divergem do seu cotidiano, destacada, esporadicamente, por seu ritmo de trabalho, pela marginalidade, pela periferia, casas de taipas, quitinetes, ruas esburacadas, grandes ladeiras, pelas tentativas de invisibilidade da sua população de rua e lixo nas encostas; ou Brasília, que como discute Ceballos (2005), planejadamente traz um plano piloto, paisagens causadoras de deslumbres, mas que também traz vivências evidenciadoras de suas disparidades, caracterizando a diversidade do seu povo, tangenciados para bairros mais carentes do olhar e incentivo financeiro público.

O fato é que a projeção de uma região traz consigo estereótipos e representações acerca dela, enfocando um padrão e uma homogeneidade não existente. É assertivo supor, conforme exposto por Febrve (2001), que ela é um organismo vivo, latente, heterogêneo e ditado, por vezes, pelo seu ritmo social, pelas experiências e vozes da população local que constroem narrativas, percepções e significados em torno do espaço habitado, não sendo um produto acabado, mas sim um processo em estado gradativo de evolução.

Considerando do ponto de vista holístico, as interações sociais, culturais, mentais e as práticas cotidianas vão além dos eventos políticos ou fatores econômicos, admitindo o diálogo com outras ciências para a compreensão do tema como um todo. Portanto, torna-se comum e também ultrapassado que o ambiente citadino, já estudado por diferentes óticas, apesar de conter suas habitações e

construções, está envolto em complexas sociabilidades, manifestadas nas teias subjetivas que ditam o seu ritmo diário, interligando os seus elementos.

Cabe ressaltar que, pensar nesse espaço é também visualizar uma complexa hierarquia, disparidades, desejos individuais e coletivos lançados sobre um produto físico, comum, transitado e detentor de desequilíbrios econômicos, causados pela concentração de propriedades nas mãos de minorias, como defende Konder (1994). É pautado em dados científicos, ter ciência da sua heterogeneidade estrutural, social e arquitetônica. As ruas, becos, vielas, estradas de pedras, terra ou asfalto esquadrinham cidades do mundo inteiro, as leis locais ditam o seu comportamento legal, mas podemos dizer que é a dinâmica social e subjetiva que conduz a sua motricidade.

A atribuição de urbanidade e de progresso se deu a uma associação mais ampla dos seus símbolos do moderno, tal como a efervescência da industrialização, a busca pela inserção no mundo do trabalho e a aquisição econômica vinculada à ideia de inovações, sendo um fator gerador do crescimento demográfico urbano, acentuando o êxodo rural que em algumas localidades aconteceu tardiamente em relação aos grandes centros, evidenciando um espaço desigual externo e interno com situações de miséria, invisibilidade e falta devida de investimentos do erário público, principalmente nas periferias.

Sobre as regiões periféricas, podemos afirmar ancorados Santos (1988), que a sobreposição dos espaços públicos e a ordenação dos espaços privados delinearão as relações, desenhando narrativas, as formas de conhecer, transitar e de habitar. Podemos dizer que as habitações, podem se tornar uma forma de manipulação gestada no discurso, principalmente expresso nas tramas políticas e nos monumentos que, comumente recebem uma nomenclatura associada a figuras políticas e parentais.

Prédios públicos, ruas, bairros, dentre outros, atuam como elementos que inserem tais figuras na história do lugar, sendo difícil escrever a história local sem mencioná-los, ainda que indiretamente. Em contrapartida, as regiões periféricas comportam toda uma classe que atingidas pela especulação imobiliária, pela falta de recursos e assistência governamental, encontraram nessas regiões arranjos para a sobrevivência e até mesmo de ligação com as suas atividades laborais. Há uma

dinâmica que emerge nessa configuração de lugar, atrelada à pobreza, mas que também é dual e variada.

Ao falarmos do Nordeste, em especial do Alto Sertão da Paraíba, é comum percebermos uma ligação desses ambientes a estereótipos da fome, das casas de taipas, das secas e da pobreza, como é cristalizado e difundido principalmente pela indústria da comunicação e da cinematografia tradicional. No entanto, precisamos reforçar que existem contrapontos a esse discurso padronizado. Alguns deles contendo uma amplitude maior de inovações, projetos e de investimentos públicos e privados mais do que outros.

Estas, geralmente localizadas no interior, são mais conectadas a um cotidiano ruralizado, mas nem por isso, ultrapassado. Expressa as suas próprias ideias de inovações nos seus ritmos cotidianos e nos equipamentos que possui, conversando com outras localidades, atendendo a população e suas necessidades, fortalecendo a sua própria estrutura e podendo contemplar com privilégios grupos minoritários e seletos, que comumente estão no topo das decisões políticas e ocupam as melhores habitações e cargos públicos. A ordenação espacial confere uma resposta positiva a discursos de poder e interesses, como enfatiza Santos (2017).

Em relação às cidades nordestinas, é imprescindível dizer que elas contêm paisagens que as diferem das demais, dando-as experiências visuais próprias. E assim como qualquer centro urbano tende a comportar suas próprias vitrines de modernizações. As suas margens podem ser também, não como uma exclusividade regional, baús de miséria, comportando uma classe esquecida ou invisibilizada, não oferecendo o básico aos moradores de suas periferias, sítios e distritos.

Em Monte Horebe isso é um fator de destaque, mas não exclusivo dela. Cidade de visual e clima próprio, serrano, com ruas e prédios públicos possuidores de nomes de figuras políticas. Visualmente, o centro da cidade possui maior zelo administrativo do que os bairros mais afastados e as suas localidades rurais, apontando lacunas e disparidades, evidenciadas na falta de água e de saneamento básico.

Ainda sobre esse tocante, corroboramos com Roberto (2018), destacando que é inviável que a modernização resulte em conforto para a sua população como um

todo, dada em detrimento do fator de classe e das veias que a envolve. Por vezes, evidenciam os desconfortos e desigualdades entre essas camadas que dicotomicamente reinventam os seus desejos de consumo à medida que inovações surgem, refazendo hábitos, ao passo que também vão transitando pela cidade, alguns não a reconhecem como detentora dos seus desejos e oportunidades alcançáveis, migrando definitivamente ou se deslocando diariamente para locais mais abastados em busca deles.

O papel da cidade se interligado a esses equipamentos de modernização, atrelados a interesses particulares e coletivos, enquanto contexto urbano, gera transformações físicas, algumas são melhores beneficiadas do que outras, em um processo mais acelerado, como esclarece Roberto (2018). Ruas são alargadas, melhores iluminadas, trazendo uma perspectiva de segurança. Espaços de convivência são criados, remodelados, sendo ofertados melhores serviços assistenciais, de direito subjetivo, e, com eles, novos códigos de conduta e costumes cotidianos.

Sobre os códigos de conduta e costumes, Bresciani (1991), nos diz que o transitar pelas ruas dão a elas funcionalidades e revelam atores sociais que por vezes compõe a margem de exclusão. Há contrastes existentes entre o cotidiano diurno e noturno, seus agentes sociais e as atividades desenvolvidas. À noite as ruas ganham novos sons, práticas, divertimentos, pois, o habitante reinventa suas práticas de apropriação e uso do que é palpável: seus espaços, traçando narrativas subjetivas.

Cada indivíduo produz comportamentos, sensibilidades, sensações e uma identidade social em detrimento do espaço construído, apropriado. Até mesmo a organização dele está intrinsecamente interligada a vida dos homens, conforme descrito por Souza (2003). Inquestionavelmente, os constructos socioculturais, vão se sobrepondo aos políticos e econômicos e vão se revelando de forma ativa na estrutura do seu cotidiano que aos poucos pode apresentar ares de modernização.

Logo, as suas transformações são objeto de intenções plurais em distintas temporalidades que não se isola na sua materialidade e sim abrange as diversas teias de relações contidas nesse lugar. Há, pois, uma conformidade do tempo passado experienciado e o presente. Mariano (1999) faz um apontamento semântico, nos induzindo a questionar os símbolos do moderno como oposição ao antigo,

conflitando com a ideia de progresso e felicidade humana. Mas, nos atentamos à modernização como um grupo de mudanças promovidas por agentes sociais.

Ganhando maior enfoque de estudo com a linha “Cultura e Cidades” desenvolvidas na UNICAMP, traçando investidas sobre as representações sociais que a cidade pode promover e centralizar nas suas práticas. Silva (2011) defende que, a inserção dos equipamentos do moderno modifica também a cartografia do lugar e as sensibilidades atreladas ao imaginário que a vida dos habitantes passa a subsidiar.

No tocante da análise histórica das cidades da Paraíba que envolve o período entre os anos 1980 e os dias atuais coexistem investigações acerca de uma série de transformações nos âmbitos social, econômico e político, destacando a influência das alterações no cenário urbano, no crescimento demográfico e nos desafios associados à infraestrutura, sua evolução e regresso.

A reflexão acadêmica engloba temas como a descentralização administrativa, o papel essencial desempenhado pelas cidades médias na economia regional, desafios ambientais e as mudanças culturais ao longo do tempo. Além disso, análises científicas embasam estudos que exploram a urbanização e suas implicações nas dinâmicas sociais, incluindo a linguagem própria e as vivências dos bairros periféricos, experimentada pelos seus moradores.

Investigações específicas também abordam a preservação do patrimônio histórico, o surgimento de setores econômicos em ascensão e o impacto direto das políticas públicas na estrutura urbana. A historiografia, respaldada por dados acadêmicos, desempenha um papel crucial na compreensão das complexidades urbanas na Paraíba contemporânea, proporcionando análises substantivas sobre o planejamento urbano, a qualidade de vida e a identidade local.

Voltamo-nos à produção acadêmica a fim de destacar que a historiografia da Paraíba é marcada por escritas diversas, várias delas voltadas a temáticas locais, retratando suas diversas cidades, algumas delas já citadas, detentoras de singularidades. Não podemos deixar de salientar a contribuição de pesquisas desenvolvidas no campus da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG, que contém os cursos de licenciatura e bacharelado em História.

Nessa perspectiva, enfocamos também as produções do Programa de Pós Graduação em História, do Centro de Humanidades - PPGH/CH, em especial a linha 01, cultura e cidade, com pertinentes escritos acadêmicos e editoriais do seu corpo discente e docente, dentre as quais poderemos citar a “A invenção de um lugar: vivências e memórias (n) da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959-2006)” apresentada no referido programa por Silva (2013).

E da linha 03, com enfoque as práticas culturais e sensibilidades, das quais podemos citar a pesquisa de mestrado intitulada “Com dois te botaram com três te retiro”: as práticas educativas da reza e da cura no sertão paraibano (final do século XX início do XXI), onde Assis (2022) destaca um recorte das práticas e arte do curar que contempla a cidade de Monte Horebe.

Silva (2013) destaca como a cidade pode deter um espaço que também compõe afetos e desafetos, e produz versões sobre si mesma, refletidos na sua espacialidade e dinâmica social, revelando uma teia de laços, experiências e significados construídos pelos seus cidadãos que, de acordo com suas dinâmicas temporais intervencionam o espaço e reivindicam melhorias.

Assis (2022) correlaciona a prática da cura das benzedadeiras com o cotidiano da nossa cidade pesquisada, Monte Horebe. Revisar bibliografias como estas, nos coloca dentro de um campo de atuação, que por ventura, possibilita um diálogo com os nossos pares e áreas correlatas, ampliando o nosso olhar e saber teórico metodológico. Concordando com Certeau (2011), a articulação na pesquisa historiográfica referencia um lugar de produção socioeconômico, político e cultural.

Conhecer a urbe que havia nas décadas de 80 e 90, nos debruçando sobre os arquivos documentais, através do encontro com a bibliografia e com as demais fontes, nos faz adentrar ao campo de atuação dos atores sociais da época ao tempo em que, o diálogo com os nossos pares e com o tempo presente nos faz refletir acerca do nosso objeto de investigação, fornecendo novos apontamentos para o tema.

Sobre as produções historiográficas das cidades paraibanas na década de 1980 até os dias atuais, podemos afirmar que, têm sido abordadas por diversos autores em suas obras acadêmicas, discussões sobre as mudanças sociais, econômicas e políticas ao longo desse período e o impacto na vida dos cidadãos. Dentre essas produções,

podemos também fazer menção a Celso Mariz, que traçou a pesquisa “Cidade e Homens, (1945)”, versando sobre as cidades de Campina Grande, de Patos, Areia e de Bananeiras e suas singularidades.

Voltada para o cotidiano do sertão paraibano, citamos os estudos de Antônio José Souza e a sua produção acadêmica sobre o Padre Rolim e conseqüentemente as transformações citadinas na “cidade que ensinou a Paraíba a ler”, Cajazeiras, detentora de um crescente número de instituições e estabelecimentos de ensinos, como um campus da UFCG, do IFPB, A Faculdade Católica da Paraíba, o Centro Universitário Santa Maria - UNIFSM e outros.

Sobre Sousa, intitulada “Cidade sorriso”, podemos citar os escritos de Julieta Gadelha (1986), traçando uma discussão em torno dos seus ritmos cotidianos, frentes ao advento dos seus equipamentos de modernização. Também podemos citar Silva (2020), que interliga as memórias produzidas pelo advento da malha ferroviária ao desenvolvimento do bairro da estação na referida urbe, não somente no sentido físico e material, mas no tocante da produção de comportamentos e sociabilidades rememoradas através da oralidade.

José Octávio de Arruda Mello, destacou a década de 1980 como um período de afunilamento econômico e resistência política com movimentos sociais e manifestações populares que de certo modo influenciaram a sua configuração urbana, de acordo com interesses sociais de uma coletividade.

Há estudos que buscaram versar sobre os desafios enfrentados pelas cidades paraibanas em temporalidades distintas, incluindo questões de infraestrutura, segregação socioespacial e também questões relativas aos desafios voltados para a sustentabilidade.

Já no campo da história oral interligada a memória urbana, eles se desenvolveram destacando a importância do método oral na compreensão das transformações urbanas, incorporando as vozes e experiências da população local a suas reflexões.

Estes, por sua vez, contribuíram para a formulação de novas abordagens metodológicas, e a análise de imagens, para enriquecer a pesquisa historiográfica. Desse modo, firmando a importância de se analisar a temática embasada em

possibilidades metodológicas diversas e questões mais atuais, como o campo da história urbana ambiental.

Afunilando o nosso leque teórico e geográfico, podemos citar as pesquisas de Leitão (1985), versando sobre o replanejamento da cidade de São José de Piranhas após a consequência de inundação da antiga cidade, Piranhas velha, pelo açude do Boqueirão, estratégia governamental para lidar com a estiagem e o período de seca na localidade.

Nesse sentido, a pesquisa de Roberto (2018), traça também um panorama acerca de São José de Piranhas, também conhecida popularmente como “Jatobá” em detrimento de suas origens, enfocando as suas transformações materiais e sociais atreladas à memória do seu espaço nas décadas de 1980 e 1990 e seus símbolos de inovações.

Roberto (2018), ao retratar o cotidiano de São José de Piranhas, antiga “Jatobá”, que foi construída devido ao declínio de Piranhas Velha em detrimento da sua inundação, nos permite analisar um molde de urbanidade dessa localidade que está conectado ao imaginário horebense, em decorrência de sua proximidade e costumes construídos.

Frequentemente os habitantes de Monte Horebe rumavam mais de 17 km montados burros, bicicletas, cavalos ou a pé. Aqueles mais abastados iam de carros, em busca de participar das feiras livres que na atualidade ainda acontece às segundas-feiras ou das manifestações religiosas e culturais. Como se essa cidade fosse para Monte Horebe à referência mais próxima de um centro urbano desenvolvido, contendo agências bancárias, feira livre expressiva, serviços de correios e clubes de festas.

No caso de Monte Horebe, ela só viria integrar a lista de cidades brasileiras em 1961. Mas, faz-se saber que em 2024, mesmo com a implementação de políticas públicas e equipamentos que visam reduzir as disparidades do município, existem pessoas que habitam em bairros periféricos como o conjunto habitacional São Francisco, em Santa fé, seu único distrito e suposta antecessora, e em áreas rurais circunvizinhas que não desfrutam do básico, como a redistribuição dos serviços de água encanada e saneamento, não sendo uma deficiência exclusiva da localidade.

Porque é comum que as áreas rurais não tenham abastecimento proveniente de água encanada.

À medida que há uma distância das ruas centrais, iluminadas, bem visitadas e tida como cartão de visitas, desvela nesses locais, a falta de infraestrutura em torno da sua gestão urbana que não deve ser uma problemática exclusiva dela, mas afeta a sua comunidade e o seu espaço como um todo. Nas décadas de 80 e 90 essa situação era ainda mais precária.

Sabemos que, cada município subsidia os seus próprios dilemas em torno dos seus atores sociais, legitimando as suas especificidades, como coloca Monteiro (2012), detendo ritmos próprios de desenvolvimento, sendo esses ritmos, essas vivências, essas lacunas que nos guiarão em torno da análise da sua história, podendo ou não nos abrir um leque de comparação com a situação atual, mas que não é de objetivo central nessa pesquisa.

No aspecto interdisciplinar, há uma produção local de estudos historiográficos, geográficos e em outras áreas acadêmicas, memorialistas e afins, acerca dos seus diferentes aspectos. Como por exemplo, os livros memorialistas “O cavalo de piripiri”, Lima (1977) e Monte Horebe: Suas histórias e estórias, Dias e Dias (2011); estudos acadêmicos Dias (2014), Oliveira (2018), Alves (2019), Assis (2020), Cavalcanti (2021), Santos (2022), Assis (2022) e outros.

Isso denota um interesse crescente pela pesquisa local, nas suas diferentes vertentes, o que nos possibilita conhecer essa urbe sob as perspectivas e olhares acadêmicos diferentes. Isso contribui para a ancoragem de debates e subsídios de novos emblemas, sendo que em contrapartida amplia a limitada produção de estudos locais.

Por fim, ressaltamos que coexiste um traço comum entre todas essas pesquisas aqui citadas e as muitas outras que não foram diretamente referenciadas, mas embasam o nosso conhecimento sobre o tema de modo geral.

Há entre todas essas investigações um elemento comum, que subsidia as pesquisas direta ou indiretamente: o fator urbano, os seus ritmos cotidianos atrelados às suas transformações e as atuações dos seus personagens que impactam naquilo que é material, a cidade, e que dialeticamente são impactados por ela.

Há um olhar atento, observador nos arredores ao passo que a experiência é apreendida intrinsecamente. Nos capítulos que se seguem observaremos atentamente Monte Horebe, apreendendo como as fontes podem compor mais uma peça chave do quebra cabeça de sua história local e dilemas sociais no recorte estipulado. Pois, como coloca Mariano (1999), ao historiador cabe o feito de ir atrás dos rastros de historicidade do passado que reverbera na história do presente e estão impressas nas nossas cidades reais.

Concordando com Certeau (2011), a articulação na pesquisa historiográfica referencia um lugar de produção socioeconômico, político e cultural. Conhecer a urbe que havia na década de 80 nos debruçando sobre as fontes e revisando a bibliografia nos faz adentrar ao campo de atuação dos atores sociais da época, ao mesmo tempo em que, dialogamos com os nossos pares e com o presente, fornecendo novos apontamentos.

Aliás, o historiador tende a ser capaz de ao lançar um olhar investigativo sobre elas, enxergar os seus fenômenos urbanos, suas representações e mudanças, trazendo à tona a sua importância histórica e social. Portanto, corroborando com Monteiro (2012), elas intencionam possibilidades de pesquisas, comportando realidades sociais e simbólicas, sendo então, transdisciplinar e/ou fragmentada.

Problematizar a história local é se debruçar sobre suas fontes, contatar novos objetos de investigação, dialogar com outras áreas de conhecimento, a fim de ampliar o entendimento do objeto de pesquisa e compreender as práticas que cotidianamente intervencionam o tecido urbano, nos seus mais variados aspectos, sendo fundamental para desenvolver uma pesquisa mais precisa e assertiva, que como aponta Ceballos e Figueiredo (2021), pode ser intervencionada por diferentes tipos de pesquisadores. Logo, a materialidade, as vivências, os costumes e os registros são fatores que desvelam e moldam o tecido citadino, permitindo a nossa escrita.

3. CAPÍTULO II

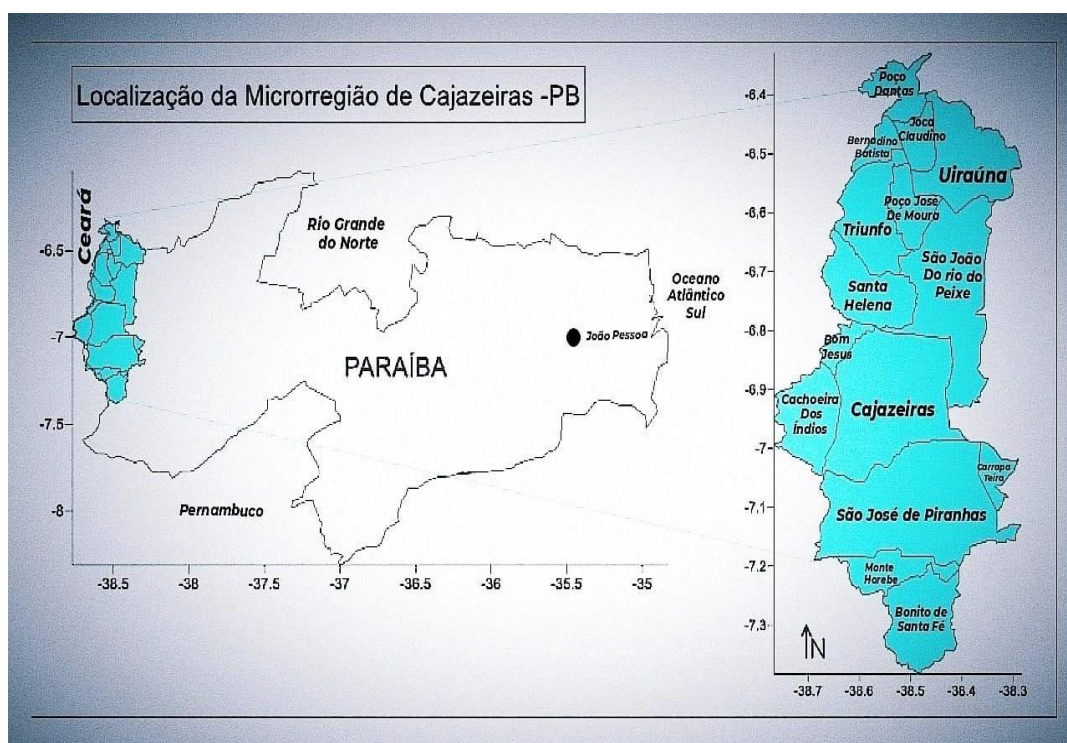
CAMINHOS PARA A ESCRITA. DOCUMENTOS QUE NORTEIA VOZES QUE ECOAM NO PLENÁRIO: CENÁRIOS, AGENTES SOCIAIS E OS LUGARES SILENCIADOS.

“O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas”.

(As cidades invisíveis – Ítalo Calvino, 2003).

Iniciamos este capítulo situando o nosso objeto de estudo. Vejamos:

FIGURA 01: Divisão de cidades da Paraíba- Microrregião de Cajazeiras



FONTE: Researchgate. Disponível em: https://www.researchgate.net/figure/Figura-1-Localizacao-geografica-da-Microrregiao-de-Cajazeiras-PB_fig1_303966752. Mapa adaptado pela autora (2024).

Em termos geográficos, Monte Horebe localiza-se a oeste da Paraíba, integrando-se a mesorregião do sertão paraibano e a microrregião de Cajazeiras. A

figura 01 evidencia a sua localização dentro da microrregião a qual pertence. Na parte leste limita-se com o município de Serra Grande, ao sul com Bonito de Santa Fé, ao norte com São José de Piranhas; a oeste com o Estado do Ceará, pelo município de Barro e distrito de Anauá. A sua área territorial, segundo IBGE (2022), é de 116.854 km quadrados, possuindo uma altitude de 693 m e uma população de 4.338 pessoas, sendo 37,12 Hab /km².

Está localizada na região imediata de Sousa e Cajazeiras, na depressão do Piranhas, semiárido nordestino, possuindo um clima tropical e uma estação de seca, sob o bioma da caatinga, estando, pois, nas mediações hidrográficas do rio piranhas, um dos mais importantes afluentes do Estado.

Historicamente, é uma jovem cidade que emerge em meados do século XX, assim como outras urbes do alto sertão paraibano, no caso dela, decorrente de vários fatores, tais como a ruína de Santa Fé, seu único distrito, atualmente. O clima e a boa localização fronteiriça entre Estados da Paraíba e do Ceará favoreceram o comércio e com ele a influência política e econômica de algumas famílias locais.

São mais de 34 sítios e quatro bairros, sendo: o bairro Centro, Nossa senhora Aparecida, São José e São Francisco, esses dois últimos considerados periféricos e o último em recente nomeação e processo de expansão.

Um dado relevante a ser citado, a fim de compreender a gênese do povoamento dessa região é que muitas cidades do sertão da Paraíba como São José de Piranhas, com quem Monte Horebe mantém forte ligação, foram fundadas através de doações de sesmarias, de acordo com Roberto (2018), sendo o catolicismo um grande impulsionador das formações dos núcleos urbanos no sertão. Usando do espaço citadino para o desenvolvimento de funções religiosas, reunindo a comunidade em torno dos ritos cristãos, geradores de significados expressivos na vida de parte dos habitantes e do seu imaginário social.

Roberto (2018) nos diz que, a cidade de São Jose Piranhas foi se desenvolvendo em torno de uma capela em 1830, e, salientamos aqui que, isso não foi uma característica única de São José de Piranhas. No cerne da fundação do que viria a ser o município de Monte Horebe está à projeção da construção de uma capela destinada a São Francisco de Assis, e posteriormente, a construção da igreja matriz

em 1940. Somente em maio de 1963 ela seria elevada a condição de paróquia, mas, já reunia uma coletividade em seu entorno.

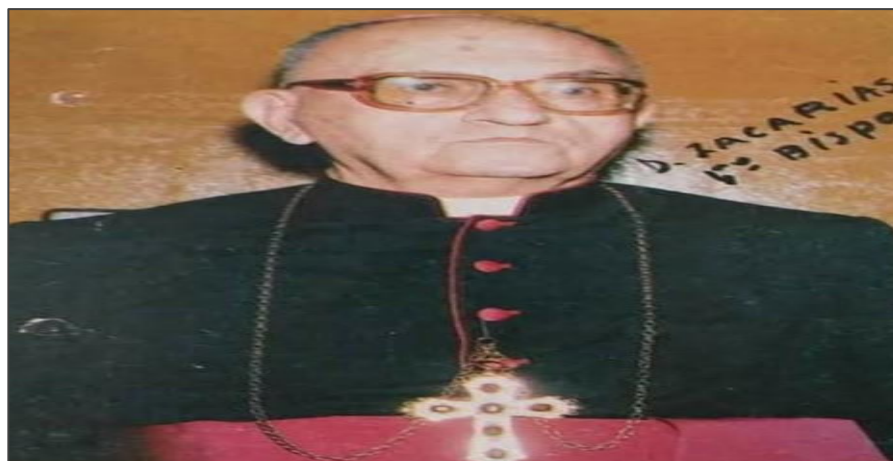
Ocasionava assim o seu desmembramento burocrático da paróquia Santo Antônio, pertencente à cidade de Bonito de Santa Fé, de acordo com Oliveira (2018), por meio do decreto episcopal do 5º bispo, Dom Zacarias de Moura, festejando esse ato com uma procissão, repiques festivos e a missa de posse do padre Francisco Tavares Linhares. Atores sociais que podemos ver nas figuras 02 e 03 e tiveram participação na história local.

FIGURA 02: Padre Francisco Tavares Linhares e Dom José González, década de 90.



FONTE: Arquivo de Neuza Pereira

FIGURA 03: Dom Zacarias de Moura. Década de 80.



FONTE: Google imagem. Acesso em junho de 2023.

Além dessa denotação religiosa, a história do seu povoamento até a emancipação política envolve disputas entre famílias no distrito de Santa fé, atualmente pertencente à zona rural do município em evidência. Antes da povoação em Monte Horebe, Santa fé servia como importante rota comercial da região, sendo comercializadas especiarias, tecidos, produtos agropecuários e sendo atrativa pelo seu clima frio e boa localização.

Todavia, a insegurança da localidade provocada por constantes conflitos decorrentes da disputa do poder local entre famílias rivais culminou em seu gradativo despovoamento, e ruína. Tais conflitos deixaram máculas na estrutura do povoado, como marcas de projéteis na igreja e no cruzeiro, mostrados nas imagens 04 e 05, favorecendo o povoamento de monte Horebe.

FIGURA 04: Cruzeiro de Santa fé.



FONTE: Acervo privado pessoal, 2022.

Presentemente, Santa fé possui um cemitério dentro do seu povoado, resquício de quando era independente, uma igreja subordinada aos serviços paroquiais de Monte Horebe, uma escola ofertando a educação infantil e fundamental. Possui serviços assistenciais de saúde básica, escalados para a localidade e sítios circunvizinhos, conforme o calendário da secretaria de saúde do município.

Em 2023 ela recebeu pavimentação no seu trecho principal, como podemos visualizar nas imagens 05 e 06, visando melhorar, de certo modo, a vida daqueles que vivem ali, em virtude do lamaçal e da poeira nas épocas de chuva e estiagem, respectivamente, dificultando o transitar dos seus habitantes e as suas condições de vivência.

FIGURA 05: Pavimentação de Santa fé– igreja ao fundo



FONTE: Acervo privado pessoal, 2022.

FIGURA 06: Santa fé, foto aérea, 2023.



FONTE: Acervo da prefeitura municipal.

Uma profecia influente no imaginário social da comunidade de Monte Horebe descreve-a como sucessora de Santa fé, visando ser uma terra prometida e vindoura, como aponta o estudo memorialista de Dias e Dias (2011). Recebendo esse nome pelo padre Manuel Otaviano em 10 de outubro de 1925, em alusão a passagem bíblica contida no livro do êxodo, dia em que foi celebrada uma missa, e lavrada à escritura de doação de um terreno por Joaquim de Sousa para a construção de uma capela destinada a São Francisco de Assis, o seu padroeiro.

Corroborando com Carvalho (1995), o imaginário une os anseios, medos e esperanças de um povo, criando um elo em torno da sua identidade e dos objetivos coletivos, onde sentimentos se expressam e aquilo que é subjetivo adquire uma

materialidade, representação, símbolos. A legitimação de identidades, valores e discursos passam pelo crivo do imaginário social e seus arquétipos coletivos.

Por causa da sua localização geográfica, se limitando com o Estado do Ceará, o povoado foi escolhido estrategicamente para comportar uma feira livre que reunia comerciantes do Ceará e da Paraíba, passando por um período de prosperidade até 1926, quando um bando de cangaceiros invadiu a localidade, causando temor nos habitantes e levando-os a abandonar as suas casas e se esconderem na mata com os seus bens e mulheres, temendo saques, violências físicas e mortes.

Porém, nos anos que sucederam esse acontecimento, o povoado foi se reerguendo, levando alguns cidadãos a se motivarem a lutar por sua emancipação, firmando alianças políticas estaduais, até ser elevada a categoria de cidade em 1961, através da lei nº 2608/ 1961, de acordo com Dias e Dias (2011).

A lei nº 2608/05 de dezembro de 1961 desmembrou Monte Horebe de Bonito de Santa Fé, a elevando a condição de município, administrado interinamente até 1962, quando ocorre uma reunião na câmara municipal a fim de empossar os candidatos leitos nas eleições de 07 de outubro de 1962. Vejamos. “[...] a mesa constituída como ficou escrito, deu posse aos candidatos eleitos prefeito e vice-prefeito, cidadãos, Severino Gabriel Vieira e Ivo Saraiva de Moura...” (Câmara de vereadores, 1961, p.3).

A emancipação representava um avanço, um ir ao encontro com os anseios de uma parcela dos habitantes, homens políticos locais, com vistas para uma nova fase que, ao mesmo tempo em que apresentava rupturas, incertezas, detinha continuidades.

Diante do que foi colocado em questão, infere-se que, após a sua emancipação, buscou-se efetivamente incorporar nessa urbe a comodidade que uma cidade deveria oferecer aos seus habitantes, buscando uma “modernização”, de forma a atender as suas necessidades e desejos. É interessante ressaltar que nem sempre essa modernização era acessível e disposta às camadas mais populares e menos favorecida economicamente.

Desde então se intensificou um processo gradativo de habitações no centro da cidade, impulsionado por seu comércio. Alguns serviços e construções se ligam a

esse desenvolvimento material, a exemplo do cemitério, do cartório de registro de títulos e documentos, correios e da igreja matriz. O estudo memorialista de Dias e Dias (2011) descreve Monte Horebe como pouco povoado e detentor de iniciativas e barganhas dos representantes políticos da época, objetivando a conquista de equipamentos urbanos que viriam a complementar a autorização do seu autônomo funcionamento. Compreendemos que o seu povoamento e a emancipação política estão ligados a fatores religiosos, políticos, sociais e econômicos.

Adentrando a década de 80, o recenseamento geral do Brasil reuniu dados demográficos do Censo agro, industrial, comercial e de serviços e enquadrou em Monte Horebe no código 094, pertencente ao sertão de Cajazeiras, perfazendo um total de 20 regiões. De acordo com essa tabela o total populacional foi de 3.782, onde 1.879 eram de homens e 1.903 eram de mulheres. O número relativo aos domicílios particulares permanentes por condições de ocupação era de 720 domicílios. Desse total, 586 eram próprios; 49 eram alugados; 77 eram cedidos e 08 detinham outras condições.

Em termos específicos, a população residente na zona urbana, por situação, domicílio e sexo perfazia um total de 1.156 habitantes, onde 555 eram homens e 601 eram mulheres. Por sua vez, a população residente na zona rural resultava em um total de 2.626 habitantes, onde 1.324 eram homens e 1.302 eram mulheres e se comparado à população urbana de municípios vizinhos era considerada uma urbe relativamente despovoada. Esse número se mostrou crescente na década seguinte.

Em termos de comparação, São José de Piranhas, na mesma época que detinha um total de 18.027 habitantes, população urbana perfazia o número de 4.347, e Cajazeiras, com população de 46.439 pessoas. Isso evidencia o que foi dito anteriormente, em algumas localidades, nessa temporalidade, o número demográfico da zona urbana não ultrapassou o da zona rural. Nesse caso, o número populacional da zona urbana é inferior ao da rural. E isso provavelmente decorre de fatores como a fonte de subsistência dessas pessoas.

Provavelmente, em um cenário novo, de rivalidade política com o município de Bonito de Santa Fé, tendo em vista a desagregação de Monte Horebe, as referências mais próximas de uma cidade ideal seria a própria Bonito de Santa Fé, Cajazeiras e São José de Piranhas, que em meados de 1980, já se tinham aparatos

estruturados, como feira livre expressiva, agências de serviços públicos, empresa de telecomunicações, bancos e clubes de sociabilidade, bem como, uma melhor estrutura urbana, racional e planejada, nas palavras de Roberto (2018).

Em 1980, São José Piranhas já possuía prédios destinados à prefeitura, ao mercado público, ao cemitério, a delegacia e ao fórum. Era uma cidade circunvizinha em que Monte Horebe se espelhava, com vistas para um maior progresso cidadão, já que os habitantes experimentavam esse progresso ao rumar para lá nas manhãs das segundas-feiras, dia da feira livre, ou para resolver pendências ligadas ao setor bancário, judiciário e afim.

Tal experiência despertava anseios para o lugar de vivência da recém-emancipada, já que para usufruir desses serviços os moradores teriam que se deslocar para essas zonas circunvizinhas.

Segundo a Ata de reunião extraordinária da Câmara municipal de Monte Horebe, ocorrida em 22 de dezembro de 1988, as reuniões ocorriam em um salão dentro da própria prefeitura, não tendo um prédio próprio para realizar os encontros legislativos. Isso demonstrava uma deficiência e atraso na constituição dos equipamentos cidadãos, se comparada a outras localidades, aqui citadas, motivo de reivindicação futura, posta em debate na reunião ordinária de 20 de setembro de 1984.

Os representantes do legislativo municipal alegavam que faltava um local apropriado para as reuniões, haja vista a ocorrência delas em um compartimento da prefeitura e quando ela se encontrava fechada, havia dificuldades ou impedimento de ocorrência das reuniões, atrapalhando o trabalho do legislativo municipal e conseqüentemente a discussão acerca das reais necessidades urbanas, atrasando as votações de projetos, que na oportunidade solicitavam a aquisição de um trator agrícola para suprir as necessidades da população no tocante da agricultura e outras obras específicas, “prejudicando o povo”.

[...] Ainda, o vereador Vicente Pessoa de Abreu reclamou da falta de local apropriado para o movimento da câmara, chegando a ocorrer como ocorreu na semana passada que os vereadores voltaram sem fazer reunião, porque a prefeitura se encontrava fechada, prejudicando o povo (Câmara de vereadores, 1984, p. 07).

Dito isso, em 1980, Monte Horebe rumava a passos lentos, em busca de melhorias estruturais para o seu crescimento. Apresentam-se como uma cidade, planejada no seu centro, em forma retangular, de casarios remanescentes. Como rememorou Maria Vilani em novembro de 2017: “Quando começaram a construir a rua que desce para o colégio José Dias Guarita hoje, lembro que tinha assim umas quatro casas. Mas já em alinhamento. Era bem organizado. Depois foram cruzando as ruas”.

E ainda: “[...] inclusive aqui onde é o clube tinha várias casas que o povo chamava de casas de taipas. As do centro já foram feitas de tijolos. Eram pessoas que tinham condições de construírem casas melhores” (Oliveira, 2018, p.93).

A partir do que foi exposto, refletimos que a sua urbanidade e habitações se desenvolveram, em primeiro momento em torno de uma praça central, na Rua Pedro Gondim, cujas primeiras construções se deram antes mesmo da sua emancipação, quando ainda pertencia a cidade de Bonito de Santa fé. Ela se caracterizava por ser rasteira, em um único plano, cujos bancos soltos eram feitos de concreto. Somente após uma reforma foram colocados bancos com encosto, cujo valor adveio de doações de pessoas públicas, colocando pequenas placas com os seus nomes escritos em cada um, como uma espécie de homenagem.

Nessa via, por se tratar de um ambiente central, as casas visivelmente eram de tijolos, o que na fala de Maria Vilani descrita por Oliveira (2018), é explicada em detrimento de melhores condições socioeconômicas dos seus moradores. Logo, concluímos que, a princípio não havia muitas construções dispostas em todos os bairros e que nem todos os bairros existiam na configuração de hoje. O bairro central foi o primeiro em que o núcleo urbano foi se expandindo em número de habitações, aumentando progressivamente na década de 90.

Existia apenas o bairro centro e a periferia, mas sem nomenclatura de bairro. Sendo entendida por periferia o entorno urbano que estava às margens ou distante da praça central e pouco habitada. É interessante ter em mente que como a grande parte dos habitantes morava na zona rural, havia uma dependência da prática de atividades ligadas a agricultura de subsistência.

Entendemos que adquirir terrenos na zona urbana requeria um poder aquisitivo para algumas pessoas, causando também um distanciamento com o seu principal local de trabalho. Não sendo lugar de moradia para uma parcela da população, mas de passeio, culto, divertimento e resolução de questões. Portanto, é nesse sentido que Monte Horebe vai tomando forma e criando as suas redes de relação, significados e singularidade, expressas no cotidiano e por consequência, nas documentações analisadas.

Logo, corroborando com Lima (2018), o historiador ao analisar as suas fontes de pesquisa tem por função a desnaturalização do presente e o entendimento do passado, percebendo as camadas de tempo como um processo de rupturas, continuidades e novas configurações, onde os indivíduos se relacionam entre si e constituem a sua realidade.

A partir de agora vamos adentar a essas documentações, tendo como foco descrever as atas, que são as nossas fontes principais, contextualizar e fazer uma análise crítica aos documentos. Traçar o perfil do legislativo municipal no período de 1980-1993, pontuando algumas das suas redes de relações e as condições de preservação dos arquivos.

3.1 DESAFIOS PARA A PESQUISA HISTÓRICA NO BRASIL: FONTES EM USO

De acordo com Santos (2016), ao traçar um panorama sobre a história arquivista e a sua importância nos explica que a arquivologia está envolta em questões historiográficas, contribuindo para preservar a memória cultural, gestando as narrativas históricas que se apoiam nesse tipo de fonte, ocasionando uma aproximação de *práxis* interdisciplinar entre a arquivologia e a historiografia, sendo, portanto, de grande valia para a legitimação das pesquisas nessa área.

No Brasil a pesquisa histórica enfrenta diversos desafios, como a escassez de recursos financeiros e de apoio institucional, isso pode limitar o acesso aos arquivos e as fontes primárias, como atas e requerimentos dos órgãos públicos. Além disso, a preservação inadequada de documentos e a falta de investimentos em tecnologias de

digitalização podem dificultar a conservação desse tipo de material, resultando em danos que comprometem a integridade deles, dificultando a leitura e análise, já que esses materiais podem estar sujeitos a danos físicos, como desgaste, deterioração ou perda, comprometendo a sua utilidade para a pesquisa.

Outro desafio a ser levado em consideração está na decifração de caligrafias antigas e na compreensão de linguagens mais rebuscadas, exigindo uma *expertise* específica por parte dos historiadores, ao mesmo tempo em que aponta uma deficiência nas grades de alguns dos cursos de história, comumente não tendo mais de uma disciplina voltada para o preparo do profissional nesse tocante.

Há também uma falta de padronização na catalogação de arquivos, carência de armários, prateleiras adequadas para comporta-los e facilitar a localização eficiente, adicionando camadas de complexidade desnecessárias ao processo de pesquisa.

Aqui destacamos também as restrições de acesso impostas por instituições detentoras de responsabilidade sob os documentos públicos, que contraditoriamente deveriam seguir a um princípio da transparência no acesso aos papéis não sigilosos para esse público.

Essas restrições impostas para o acesso ao arquivo público podem evidenciar lacunas na documentação devido a perdas ou destruição ao longo do tempo, resultando em obstáculos enfrentados pelos pesquisadores ao buscar compreender e analisar o passado, principalmente das cidades, por meio do viés documental. Há uma variedade de fontes documentais que podem direcionar na compreensão dos eventos passados de maneira precisa. Dentre elas, destacamos:

- Os documentos Oficiais: Onde há a inclusão dos registros governamentais, intervenções, leis, decretos e documentos administrativos, que fornecem informações sobre a estrutura e o funcionamento das instituições e das cidades ao longo do tempo. Nesse viés de estudo se tem uma gama de trabalhos escritos, como o de Roberto (2018), ao versar sobre o cotidiano de São José de Piranhas.
- As correspondências: Cartas, diários pessoais entre indivíduos, podendo oferecer *insights* valiosos sobre perspectivas pessoais dos sujeitos envolvidos nelas, as relações sociais e os eventos cotidianos, proporcionando uma visão mais íntima da história. Sobre esse tipo de fonte Oliveira (2018) delinea acerca das memórias afetivas, sensibilidades e experiências construídas em Monte Horebe no período de 1960 a 1970.

- Os jornais e periódicos: Pois eles possuem o registro de eventos, opiniões e reflexões contemporâneas por meio de periódicos impressos, digitalizados ou digitais, permitindo aos historiadores analisarem como determinados eventos foram percebidos e discutidos no recorte temporal e espacial selecionado. A utilização de arquivos de jornais e periódicos é de grande importância para a compreensão da história local de uma cidade, oferecendo uma variedade de informações sobre eventos, a sociedade e a cultura ao longo do tempo. A exemplo do trabalho de Assis (2020) que secundariamente se utiliza desse tipo de fonte, possibilitando uma ampliação do seu objeto de estudo.
- Registros Eclesiásticos: Documentos eclesiais, como livros de batismos, de tomo, de casamentos e de óbitos, que podem contribuir para a reconstrução de genealogias, para entender a vida religiosa e social de comunidades específicas. Há pesquisadores que escrevem sobre a história local, recortando o cotidiano religioso da paróquia. A utilização de fontes eclesiais, como os livros de tomo das paróquias, desempenha um papel crucial na compreensão da história de uma cidade. Esses registros, mantidos pela Igreja abrangem uma variedade de informações que oferecem *insights* valiosos sobre a sociedade, cultura e vida cotidiana ao longo do tempo, podendo incluir informações sobre práticas culturais e religiosas, festividades, tradições locais e até mesmo conflitos. Esses detalhes contribuem para uma compreensão mais rica do contexto histórico, oferecendo uma perspectiva única sobre a história social local;
- Mapas e Plantas: Podem desencadear informações sobre a geografia, expansão urbana e planejamento territorial, contribuindo para a compreensão do desenvolvimento de áreas específicas e contribuindo para debates interdisciplinares;
- Testamentos e Inventários: Documentos legais que podem oferecer dados valiosos sobre propriedades, heranças e estrutura socioeconômica, permitindo uma análise detalhada das condições de vida em determinado período;
- A iconografia: As imagens capturam visualmente a dinâmica da sociedade, congelando cenas, capturando também a cultura e os eventos de uma época, proporcionando uma perspectiva única, principal ou complementar aos documentos textuais.

Acerca do uso iconográfico na pesquisa, ele desempenha um papel que pode ser principal ou secundário, enriquecendo a compreensão do passado, dando uma perspectiva visual única sobre eventos e culturas, já que são ferramentas poderosas para contextualizar a sociedade de uma época, documentando vestimentas, arquitetura, modos de vida e expressões culturais. Permitem que historiadores “reconstruam” ambientes e compreendam a vida cotidiana, sendo relevante academicamente.

Distintos em suas épocas e contextos, eles podem proporcionar um registro visual autêntico e tangível de eventos históricos. Complementando e, por vezes, desafiando narrativas textuais, enriquecendo uma visão dos acontecimentos. A comparação de imagens ao longo do tempo possibilita a análise das mudanças e continuidades em uma região e sociedade. “Quando foi comunicada a invenção da fotografia em 1839, esta surgiu paralelamente ao advento das metrópoles europeias, (Possamai, 2008, p. 68).”

Consequentemente, existe desde muito tempo uma relação entre história e fotografia, frequentemente usada como registro documental das mudanças citadinas, influenciando o imaginário coletivo com base no registro visual, denotando utopias de crescimento e inovação associadas aquele ambiente representado, pois “o contato visual com as cidades distantes propiciava viagens imaginárias”, (Possamai, 2008. P. 69). E ainda propicia. Bairros, monumentos, cartões postais representados em fotos são associados a elas e ao satisfazer do homem em “coleccionar pedaços de mundos” ainda inacessíveis a ele, por algum motivo.

Isso é valioso para estudar o desenvolvimento urbano, destacando as transformações na paisagem e as mudanças nas práticas sociais, desempenhando um papel fundamental na desfragmentação da memória coletiva, conectando gerações e facilitando a transmissão da oralidade, tradições e identidades culturais. Pois, como coloca Pinheiro (2000), a fotografia é um olhar que recorta, seleciona, decide, subjetiva, desperta emoções e novas visões de mundo a partir de uma interpretação. Simultaneamente, é um olhar que emprega uma técnica envolvendo outro olhar: o do observador, com sua bagagem de vida, sua cultura e sua emoção que vai além do registro, além da imagem, no imaginário.

O uso de imagens nos convida a uma reflexão crítica sobre o processo de representação visual, considerando as intenções por trás da produção das imagens, da perspectiva do fotógrafo e os possíveis vieses presentes, contribuindo para uma abordagem mais contextualizada. Sendo registros ambicionados por seus produtores visuais, onde a sua autenticidade também pode ser posta em xeque, especialmente no ambiente digital, onde a manipulação de fotografias torna-se mais comum.

Logo, a verificação da autenticidade e a vigilância contra possíveis manipulações representam desafios cruciais. Os historiadores precisam considerar diferentes interpretações e perspectivas para evitar conclusões distorcidas baseadas unicamente na análise visual. Comumente, as pesquisas que as usam, complementa o seu embasamento com o uso de outra fonte.

Uma interpretação precisa demanda um entendimento profundo do contexto cultural em que as imagens foram produzidas. Elas capturam momentos específicos, mas podem não abarcar totalmente a complexidade dos contextos históricos. Muitas imagens históricas enfrentam desafios de preservação, especialmente as mais antigas. A falta de investimentos em digitalização e de conservação principalmente dos acervos públicos pode resultar na perda irreparável desses registros visuais.

Nesse caso, o acervo privado mantém relações com o campo afetivo, identitário e viabilizam a sua melhor preservação. Mais ainda, vale salientar que nelas não há uma representação da realidade, não como um todo, mas a elaboração de construtos que partem de um contexto social, seus padrões e também de uma série de fatores não isolados, como as técnicas aplicadas, o material usado nos registros, o critério de escolha daquilo que é fotografado, a subjetividade que interfere na seletividade do objeto.

Notavelmente, os registros fotográficos apreendem o construto de uma representação ou recorte do espaço urbano dentro da conjuntura a qual ele e os demais elementos estão inseridos. Nesse sentido, os registros imagéticos estão imiscuídos em uma relação do campo da memória.

Aquilo que é fotografado é sucintamente selecionado e em contraponto, o que não é tornado visível por algum motivo, é tangenciado, descartado e esquecido. Há justamente intenções que influenciam a escolha do registro.

Nesse sentido, saindo do contexto macro e afunilando pelos detalhes do micro cenário que rege diretamente essa pesquisa, é importante evidenciar que ao longo dessa escrita fizemos usos de fontes iconográficas, cujos acervos contemplam o acesso público, dispostos principalmente no acervo digital da prefeitura municipal. Há de se saber que o acesso ao acervo físico denotou restrições que revelaram a não localização dos registros por seus responsáveis. Contempla também o acervo fotográfico da autora em períodos distintos de tempo, neles podem-se notar mudanças na sua paisagem; e no acervo de moradores que nos cederam para essa busca acadêmica de remontar o passado de Monte Horebe.

A cerca disso, Ferrara (2013) destaca que a paisagem nas imagens corresponde a uma seleção perceptiva estética [...], sendo ela transformada em imagem da cidade, constituindo um elemento visual que nutre a cultura urbana e a torna inconfundível. O intuito é apreender esse lugar de urbanidade apresentado através de recortes temporais distintos, os atrelando a suas funções, tecendo narrativas que pontue os desafios sociais existentes no limiar do passado e do presente.

A segunda fonte e mais predominante no nosso texto são as atas. Em relação ao emprego das atas de reuniões em pesquisas históricas, elas assumem uma importância fundamental na reconstrução dos eventos e na compreensão da evolução das comunidades locais. Esse recurso oferece valiosos *insights* sobre as deliberações oficiais, debates sobre dinâmicas cidadinas, destacando tanto aspectos positivos quanto desafios associados a ela.

As atas de reuniões municipais servem como registros oficiais das decisões pensadas, discutidas e tomadas pelos órgãos governamentais. Esses documentos proporcionam uma visão autêntica e minuciosa das políticas públicas implementadas em nível municipal. Além de refletir as decisões políticas, podem oferecer uma janela para a vida comunitária, mesmo que com pouca abrangência. Vemos na prática que elas documentam discussões sobre questões como infraestrutura, educação, saúde pública e regulamentações municipais, proporcionando uma compreensão mais ampla do que é investigado.

Nesse sentido, elas registram as tramas políticas e sociais de uma comunidade em um espaço bem demarcado, frequentemente elitizado e não neutro. Mudanças nas

lideranças, tomadas de decisão e eventos históricos são sistematicamente documentados. Nessa linha investigativa, é importante reconhecer que as atas podem refletir um viés institucional, já que são geralmente produzidas pelos órgãos governamentais, não ampliando as vozes populares, comuns ou dando lugar às experiências e contribuições de comunidades marginalizadas, ao mesmo tempo em que destaca demandas coletivas.

É essencial reconhecer que nelas esse viés institucional é imperativo, pois, frequentemente reflete a perspectiva dos órgãos governamentais, o que significa que decisões controversas ou vozes minoritárias podem não ser plenamente representadas.

Antes de iniciar a análise, é fundamental contextualiza-las no cenário histórico, realizar comparações entre diferentes períodos e contextos. Corroborando com Bloch (2002), ao pesquisador cabe ter uma abordagem meticulosa e crítica para captar nuance e motivações não explicitamente expressas.

A preservação física das atas ao longo do tempo é um desafio constante sujeita a danos devido ao envelhecimento do papel, condições ambientais adversas e a falta de medidas adequadas de conservação. Em resumo, elas constituem uma fonte inestimável para pesquisas locais, oferecendo uma visão autêntica e detalhada do desenvolvimento comunitário e reivindicações políticas.

Em síntese, estudar a história local por meio de fontes documentais oficiais é uma abordagem enriquecedora, permitindo uma compreensão aprofundada das comunidades em um contexto histórico específico. Em alguns casos, estes documentos podem estar ausentes, desorganizados, deteriorados, escassos para determinados períodos, limitando assim a capacidade de recontar a história local.

Por semelhante modo, analisamos o Livro de atas número 01 da Escola Bonifácio Moura, onde buscamos complementar a nossa investigação acerca do cotidiano de Monte Horebe, com enfoque na sua educação, haja vista que em outras instituições escolares que contemplavam o nosso recorte temporal, as documentações não são de fácil acesso e/ou foram perdidas, por fatores de deterioração, mudança de prédio ou de gestão.

Todavia, a predominância da nossa análise parte das atas municipais datadas de 1980 a 1993, todas elas convergem para as demandas públicas postas em pauta nas reuniões ordinárias com frequência quinzenal, seguindo normas de recesso e apresentação do balanço anual, onde se observa as contas e a proposta orçamentária para o ano que iria se iniciar.

Percebe-se que em algumas dessas reuniões o número de vereadores era abaixo do permitido para que houvesse a sua realização, adiando as pautas. E a falta de espaço destinado apenas à câmara municipal causava certo incômodo neles, pois, as reuniões ocorriam no interior do prédio da prefeitura, dando certo ar de clandestinidade aos representantes legais do povo horebense.

Somente em 1990 é introduzida no texto da L.O. M (Lei orgânica municipal) a alocação de recursos do ano de 1991 para a construção desse espaço. Diante do cenário brasileiro de transição política que o nosso recorte temporal pontua, marcado pelo fim do regime militar e pela redemocratização do país, sabe-se que diversos partidos políticos surgiram e outros se consolidaram. Destacamos alguns dos principais partidos que atuaram nesse período, sendo:

- O Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), participando ativamente das eleições diretas de 1989, com presença marcante na Paraíba;
- O Partido Democrático Trabalhista (PDT), fundado por Leonel Brizola, de participação expressiva nos primeiros anos após a redemocratização;
- O Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), fundado em 1988 por dissidentes do PMDB, se tornando uma força política relevante nos anos seguintes;
- O Partido dos Trabalhadores (PT), fundado em 1980, de grande valia na oposição ao regime militar e crescendo como uma força política importante durante a redemocratização representando a classe operária;
- O Partido Liberal (PL), ativo nesse período, participando da reorganização partidária após o fim do regime militar;
- O Partido Comunista do Brasil (PCdoB), atuando na legalidade durante os anos de redemocratização, após décadas de clandestinidade durante a ditadura militar;
- O Partido Democrático Social (PDS), sucessor da Arena, partido de sustentação ao regime militar, o PDS esteve presente na transição para a democracia;

- O Partido da Frente Liberal (PFL), atual Democratas (DEM), teve influência em diversos estados brasileiros, incluindo a Paraíba;
- O Partido Popular (PP) que na Paraíba não obteve êxito.

É importante destacarmos que o sistema partidário brasileiro passou por transformações ao longo dos anos, com fusões, dissidências e a formação de novas legendas. A lista acima representa alguns dos partidos mais relevantes durante o período de transição democrática nos anos de 1980 a 1993.

Listamos abaixo quem eram esses agentes públicos, de acordo com o registro dispostos pelo TRE- Tribunal Regional eleitoral, descritos nas tabelas abaixo.¹¹

TABELA 1: Eleições 1982

Eleições 1982
<p>Governador: Wilson Braga;</p> <p>Vice governador: José Carlos da Silva Junior - PDS</p> <p>Percentual de votos: 58,48% dos votos;</p>
<p>Prefeito: Luíz Pedrosa de Oliveira.</p> <p>Vice-prefeito: Geraldo Ferreira de França – PDS1</p> <p>Percentual de votos: 932 votos,49.3%</p> <p>Total de eleitores: 2.358;</p>
<p>Vereadores:</p> <p>Bolivar Dias Guarita;</p> <p>Miguel José de Araújo;</p> <p>José Basílio Braga;</p> <p>José Leite de Brito;</p> <p>Vicente Pessoa de Abreu;</p> <p>Maria Gonçalves;</p> <p>Unias de Almeida Ramalho.</p>
<p>Partido: Todos pertencentes ao PDS</p>

FONTE: Elaborado pela autora com dados do TRE

¹¹ Para mais informações, acesse: ><https://www.tre-pb.jus.br/eleicoes/e/resultados-de-eleicoes><. Acesso em 13 de janeiro de 2024.

TABELA 2: Eleições 1986

Eleições de 1986:
De 1988-1989: José Geraldo dos Santos foi nomeado interventor no município.
Governador: Tarcísio Burity. Vice-governador: Raimundo Asfora – PMDB
Eleições de 1988: Prefeito: Lauro Dias de Oliveira. Vice-prefeita: Marilene Rangel Ramalho - PL Percentual de votos: 35,69%, Total de votantes: 2.865
Vereadores e partidos: José Basílio Braga- PFL; Francisco de Assis Dias Paletó - PL; Antônio Dias de Miranda - PDS; José Leite de Brito – PFL; Maria Luzinete do Nascimento Lima - PL; Maria Gonçalves - PFL; Teodomiro Dias de Sousa – PMDB; Cícero Pereira Dias- PL ; Francinaldo Dias de Figueiredo - PMDB.

FONTE: Elaborado pela autora com dados do TRE

TABELA 3: Eleições 1986

Eleições de 1990: Governador: Wilson Braga Vice-governador: Enivaldo Ribeiro – PDT Percentual de votos: 43,47% dos votos.
Eleições de 1992: Prefeito: Erivan Dias Guarita - PDS; Vice-prefeito: Geraldo de França
Evânias Barbosa Leite - PDS; Francisco de Assis Dias - PTR; José Luciê Dias -PDS; Geraldo da Silva - PTR;

Antônio Dias – PDS; Maria de Fátima Saraiva – PFL; José Basílio Braga – PTR José Nilton Pereira – PFL Maria Luzinete Lima – PDS

FONTE: Elaborado pela autora com dados do TRE

No nível municipal ocorreu às eleições de 1982, elas foram importantes, pois representaram uma das primeiras oportunidades para os brasileiros expressarem sua vontade nas urnas após o fim do regime militar em 1985. Essas eleições envolveram a escolha de prefeitos e vereadores em todo o país, fazendo parte do processo de redemocratização.

Já as eleições municipais de 1988 foram cruciais, acontecendo após a promulgação da Constituição Federal, em vigor nos dias atuais. Os brasileiros votaram em candidatos a prefeitos e vereadores, e essas eleições foram fundamentais para a consolidação de um novo cenário político.

Em 1986, ocorreram eleições gerais para cargos como senador, deputado federal e estadual. Em 1990, novas eleições gerais foram realizadas, incluindo a escolha do presidente da República, governadores, senadores e deputados. Essas eleições influenciaram diretamente a representação política da Paraíba no cenário nacional.

Vale ressaltar que esse período foi caracterizado por mudanças significativas na estrutura política do Brasil, com a consolidação da democracia, desempenhando um papel crucial na definição desse novo contexto político e na participação ativa dos cidadãos na escolha dos seus representantes.

Voltando-nos para o cenário municipal, o perfil dos vereadores variou, foi eleita desde uma costureira, como Maria Gonçalves a um representante da elite local como Teodomiro Dias. Sabemos que o local social demarca o entoar de vozes de classes e suas demandas. E mesmo com a teórica participação dos cidadãos, na prática essa participação popular nas reuniões era escassa, talvez pelo público não compreender a real importância delas, pela distância das suas casas, pela rotina do dia a dia ou por falta de avisos.

Em 16 de outubro de 1985 é reivindicado que o alto falante “A voz do município” noticiasse avisos de utilidade pública, reforçasse o aviso sobre o dia e horário das reuniões e também reproduzisse a rádio “difusora de Cajazeiras” para que os munícipes se mantivessem informados de assuntos pertinentes a eles, tanto na esfera local, regional como nacional.

É interessante reforçar que os populares não iam com frequência para essas reuniões, pois provavelmente não tinham a dimensão da representatividade sobre a expressão da sua voz na tribuna ou não viam projeções positivas e de reais mudanças a partir da sua fala, e, por isso se abstinham de sair da sua labuta diária e participar. Nesse caso, para aqueles que moravam na área rural, se tinha um custo que provavelmente não compensava, caso não existisse outra razão para a ida à cidade.

O fato é que na reunião de 14 de abril de 1989, faz-se um “apelo por uma maior participação do povo”. É imprescindível dizer que essa participação popular vem a legitimar na prática os seus representantes, vale ressaltar que não somente as reivindicações populares seriam relevantes para esses agentes, mas a quantidade da plateia que os assistiam, podendo reafirmar o *locus* de poder expresso nos cargos públicos eletivos.

Na temporalidade analisada, os principais agentes públicos que mais se destacaram devido a quantidade de reivindicações em torno nas pautas cidadinas, foram: Maria Gonçalves, Teodomiro Dias, José Basílio Braga, Antônio Dias de Miranda e Maria Luzinete Lima. Em uma arena de disputa não neutra, onde se ecoa vozes partidárias, há de saber que alguns faziam parte de grupos de oposição e outros, por estarem no mesmo grupo político, apenas se omitiam diante das discussões, teciam elogios ou assinalavam superficialmente lacunas e pontos de melhorias na gestão da cidade, alegando conveniência partidária e o descaso com as reais necessidades coletivas.

Como é citado na reunião de 29 de setembro de 1987: “[...] não preocupados com os problemas do povo estão fazendo uma política de baixo nível” (CÂMARA DE VEREADORES, 1984, p. 53). Esse espaço de não neutralidade sublinha jogos de interesses, influências, poderio local. Ele pode não revelar um cotidiano comum ou ecoar vozes populares, mas ele viabiliza o registro mesmo que parcial e lacunar de demandas que o município e esses cidadãos enfrentavam.

As principais reivindicações nas reuniões, como apontadas nas atas estudadas, centralizam-se em demandas coletivas. Traçamos um perfil daquilo que mais era levado em pauta nas décadas estudadas. Em 1980 e nos anos que se seguem nota-se uma preocupação com o aumento do funcionalismo público, salários de servidores municipais, restauração de praças e escolas. Com a instituição do piso salarial dos professores, implantação da rede elétrica e sua distribuição, trato devido do serviço de água, principalmente nas ruas mais afastadas, denominadas de periferia, onde havia poucas residências, muito matagal e má atenção pública.

Inclusive, transitava na câmara solicitações de roço desse matagal, juntamente com a crítica da limpeza urbana, solicitação de aterro de uma lagoa próxima ao cemitério, proliferando “insetos danosos à saúde da população”, e a proibição de animais soltos nas ruas, sem seus donos, a fim de evitar as sujeiras, o mau cheiro e a desordem. Em 30 de março de 1989, ocorre um debate acerca da construção de “mangueirões” para que a população urbana pudesse criar suínos, mas em local distante do perímetro habitado.

Sobre a limpeza das vias, em 27 de outubro de 1989 solicita-se uma caminhonete para fazer o recolhimento do lixo das ruas e levar para locais mais distantes dela, a uma distância de 5 km do perímetro habitado, segundo a Lei orgânica municipal, votada em 04 de abril de 1990 para o exercício do ano de 1991. Em diversos momentos essa é uma questão que encontra espaço nos discursos, destacando certo descaso com os lixos nas ruas.

Vale ressaltar que em meados de 2023 ainda há muito descarte de lixo nas margens de estradas, mesmo havendo coleta urbana e informações que podem direcionar esse descarte da maneira mais sustentável. Inclusive, parte desses resíduos é levado à cidade de Conceição, PB para que ocorra a separação e reciclagem.

Versava-se também sobre as demandas de transporte, principalmente para a locomoção dos estudantes para Cajazeiras, São José de Piranhas e para os serviços de saúde, de forma que, em nenhum desses anos se tem a oferta de um serviço de saúde assertivo e rápido principalmente para a população carente, com ênfase aos da zona rural. Em 02 de dezembro de 1988 o projeto de lei nº 08/01/88 previa uma abertura de crédito para a aquisição de uma ambulância. Somente em 20 de outubro de 1989 ocorre o recebimento do dinheiro para custear tal veículo.

Na reunião de 03 de outubro de 1989, há uma crítica ao atendimento médico discriminatório à população horebense que em casos de urgência e emergência fazia uso desse serviço em cidades como São José de Piranhas, Bonito de Santa Fé e/ou Cajazeiras. Faltava assistência médica e educacional na zona urbana e na rural, como Santa Fé. É pertinente dizer que foi proposto que uma caminhonete velha, modelo C-10 ficasse à disposição dos pobres, principalmente em casos que necessitasse de atendimento médico urgente, mas que na prática, raramente estava desocupada ou na localidade. Descaso apontado anos depois.

Em 26 de abril de 1991, relatava-se: “Teodomiro de Sousa, da bancada oposicionista, fez ver aos colegas que o município de Monte Horebe estava mergulhado em um desastre administrativo, pois, segundo ele, desapareceu especificamente um Santana, a caminhonete C-10 e uma ambulância” (Câmara de Vereadores, 1984, p. 163).

Recorrentemente chama-se a atenção para o descaso com a população carente, como podemos ver: “Bolívar Dias solicitou o melhoramento da assistência às pessoas carentes da zona urbana e rural para tratamento médico de urgência” (Câmara de Vereadores, 1984, p. 21). “Assim como, se solicitou a contratação de um odontólogo para realizar extrações dentárias e de um médico que atendesse as demandas mais urgentes e menos complexas dos munícipes.” A população estava desassistida no tocante a saúde. Faltava transporte, materiais e profissionais adequados para atendimentos simples.

Através da lei nº 136/91 de 27 de setembro de 1991, a prefeitura municipal assumiu a competência de aderir ao Sistema Único de Saúde - SUS em articulação a secretaria de saúde, em consonância com o conselho municipal de saúde, a partir das leis municipais, viabilizando a sua aplicação no município, com vistas para o desenvolvimento ações de vigilância epidemiológica e apresentação de indicadores competentes a ele.

Apesar das lacunas, carências, desvios de responsabilidades que passam pelo crivo político e administrativo, a criação e adesão municipal ao SUS favorece um gradativo olhar para as necessidades dos cidadãos, buscando um controle dos indicadores para o fortalecimento da assertividade dos serviços de saúde.

Em relação as sociabilidades, as pautas se interligam à restauração do mercado público, local que se realizava feiras e festividades, a restauração do centro cultural Raimundo Martins, onde também se realizava eventos e festas, a restauração da quadra de esportes, localizada na rua Joaquim de Sousa, pautas reivindicadas em diversas reuniões ordinárias da câmara municipal e persistindo na temporalidade estudada, mesmo com a mudança da gestão administrativa, como podemos ver a seguir:

A vereadora Maria Gonçalves apresentou um requerimento solicitando a recuperação do terminal rodoviário José Ferreira Caju e no centro cultural Raimundo Martins, que segundo a vereadora, são prédios bastante requisitados pelo povo dessa cidade, [...] e recuperação do matadouro (Câmara de vereadores, 1984, p, 44).

Era também solicitada a contratação de funcionários e aquisição de mobiliários para o prédio da TELPA, já que era um dos meios de comunicação e divertimento entre as pessoas, revelando códigos de conduta, buscando estender esse serviço também para a zona rural do sítio Braga e do Capim. Desse modo, “o vereador Railson da Silva Cavalcanti usou a tribuna para solicitar a ampliação do cemitério público desta cidade, pediu aumento para todos os servidores municipais, bem como aquisição de mobiliário para o posto de serviço da TELPA” (Câmara de vereadores, 1984, p. 126).

Teodomiro Dias cobrou mais uma vez da administração municipal a reposição de televisores públicos aos seus lugares de origem para que as pessoas possam assistir aos programas televisionados, principalmente na copa do mundo [...] disse ter conhecimento que existe televisor público em residência particular, o que é inadmissível, finalizou o vereador (Câmara de vereadores, 1984, p, 128).

E ainda:

O vereador José Basílio Braga endossou as palavras de sua colega e aproveitou para enfatizar os baixos salários que os funcionários do município recebem e que segundo o edil, por essa circunstância as telefonistas da TELPA no último final de semana, iniciaram uma greve, prejudicando sobre maneira nossa população, concluiu o vereador (Câmara de vereadores, 1984, p, 123).

E por fim, a restauração de praças, instalação de televisores públicos e canais de “tv” a fim de incentivar as sociabilidades no espaço comum, público, entendendo esses espaços como viabilizadores de pautas sociais, como podemos ver a seguir. “Em seguida usou a palavra o vereador Vicente Pessoa de Abreu solicitando a

instalação de dois televisores públicos nesta cidade” (Câmara de vereadores, 1984, p. 123).

A instalação desses aparelhos era uma das principais reivindicações, perpassando décadas e gestões. De certo ponto representava um símbolo de melhorias e modernização cidadina. Tais informações estão contidas no documento supracitado.

Ao adentrar ao acervo da câmara municipal José Dias Guarita, encontramos o primeiro desafio, a permissão de acesso às fontes, mas que se mostrou sem resistência à pesquisa. Em seguindo momento, o desafio estava contido na dispersão dos livros de Atas, organizados em local inadequado, alguns deteriorados e com sua autenticidade questionável, estes foram excluídos da nossa pesquisa.

Na parte externa do prédio da câmara municipal, um anexo contemplava o local do restante dos arquivos. Todavia, não obtivemos êxito no acesso a esse acervo, dado em detrimento da sua desorganização, como uma espécie de descarte de documentações que em longo prazo torna-se excedente, cumulativa e se não tiver o devido trato, torna o lugar insalubre. O desuso favorece o descarte de arquivos públicos que poderiam ser utilizados em pesquisas e com ele a perda total ou predominância lacunares nas documentações, principalmente de décadas anteriores ao tempo presente.

Fazemos saber que a pesquisa documental apresentada aqui, passa pelo viés político e pelo viés da gestão daquilo que pertence ao coletivo. Documentos são resquícios de historicidade, de valores culturais, sociais, padronizados ou não, e que ainda carece de políticas e ações públicas que reconheçam a sua serventia e aplique o devido trato na sua preservação e conservação, favorecendo assim uma maior transparência e assertividade nas pesquisas.

Como coloca Silva (2020), o Estado precisa registrar provas de suas atividades, nesse caso, eles são legitimadores da atividade estatal. Dito isso, reconhecemos que existem arenas de disputa que apresentam melhor a movimentação cotidiana comum, mas que também podem conter lacunas que os documentos visam preencher, mesmo diante dos retrocessos e desafios enfrentados.

Por fim, percebemos que há desafios frente ao uso documental, principalmente quando essas fontes denotam um viés que é institucional, político e elitista. Mas, a partir do nosso debruçar sobre eles, entendemos que a história política

mantém uma ligação com a urbanidade de Monte Horebe e com o seu desenvolvimento, dado em detrimento maior da maior intervenção do poder público.

São decisões que atravessam as problemáticas populares e as necessidades sociais coletivas ou de grupos particulares, materializadas em reivindicações, solicitações, apelos, denúncias, projetos de infraestrutura e reivindicações, tanto para a zona urbana como para a rural. E apesar do fazer político e imperativo do Estado silenciar histórias tristes e marginalizadas, o direito à cidade e a viabilização do seu acesso tem raízes nas decisões de quem administra o espaço coletivo e de bem comum, viabilizando-o.

É assim em Monte Horebe, é assim em lugares próximos ou longínquos. O povo não é coadjuvante nesse cenário, mas o verdadeiro agente propulsor de mudanças. E como bem argumenta Ceballos (2017), o ambiente citadino se torna moldável, adaptável às vozes dos habitantes, visitantes, urbanistas, cronistas e de todos aqueles que tiveram algum tipo de relação com ela – seja de identificação ou de estranhamento.

O modo como escolhemos manter relações com diferentes lugares destaca traços da nossa individualidade construída em meio a uma coletividade, dos seus padrões e leis. Denotando comportamentos culturais e/ou psicológicos. Portanto, o ver, flunar e vivenciar a cidade evoca em perspectivas plurais, possibilidades de interpretação, leituras, investigação e escrita do seu cotidiano.

4. CAPÍTULO III

DE PRINCESA DOS MONTES A CIDADE EDUCADORA. MONTE HOREBE NAS DÉCADAS E 80 E 90: PAUTAS, SOCIABILIDADES E ÍCONES DE MODERNIZAÇÃO.

“Sertão pedaço de ouro que eu fui nascido e criado, morando numa fazenda, andando pelo cercado, tomando leite mungido, sentindo o cheiro de gado.

Sertão do clima gostoso, do calor e da frieza, do vento que leva e sopra por força da natureza, quem não conhece o sertão, não sabe o que é beleza. O sertão que tem riqueza nos cantos dos tabuleiros se sente cheiro de flores naturais do juazeiro.

Sertão das belas paisagens pintadas pela natura, sertão do leite do queijo [...] Sertão da agricultura e do vaqueiro do gibão, pegador de boi valente...

Eu me orgulho de ser sertanejo abençoado que mora aqui no sertão, nesse torrão velho amado [...]. Escrevi esta toada ofertada ao Brasil inteiro, para todo nordestino do meu Brasil inteiro...”¹²

É imprescindível ler o que está descrito acima e não retornar momentaneamente às origens. Como um *flâneur* que caminha atentamente pelas ruas, buscando registrar tudo aquilo que se pode olhar, captando cenas que se imiscuem nas suas vivências, moldando-as, cunhadas em uma identificação espacial, (Paiva e Gabbay, 2018).

Desvela-se a face sertaneja enraizada no sentimento de regionalismo e pertencimento de um lugar de bioma único, diferente de qualquer outro no mundo.

De um povo cujos padrões de vida são distintos das demais regiões, que carregam estereótipos de marginalização e escassez, ditados pelo fator das secas sazonais, migração e em alguns locais, falta de estruturas adequadas às suas

¹² GALEGO ABOIADOR SERTÃO DE OURO. 2019. Disponível em >. <https://www.youtube.com/watch?v=xrquUXvz8f0&t=2s<>. Acesso em 23 de dezembro de 2023.

necessidades. São 9 Estados, segundo o IBGE (2022), 1.794 municípios, dentre os quais 223 compõe a Paraíba, e apenas um é o norteador desta pesquisa.

Visualmente, Monte Horebe é cortado pela PB – 400 - rodovia estadual construída no final da década de 70 através dos trabalhos desenvolvidos nas frentes de emergência com uso da mão de obra local, favorecendo escolhas políticas de elites locais. O fato é que há um apontamento de uma posição estratégica, de fácil acesso a ele e a algumas das regiões geográficas imediata de Cajazeiras, facilitando o trânsito de pessoas, mercadorias e a conexão intermunicipal.

Se observarmos na iconografia que se segue na figura 07, posicionando-nos tal qual um *Flâneur*, veremos primeiramente, um início de uma paisagem envolta em um ambiente verde, que só atinge essa coloração após o período chuvoso, de inverno, entre os meses de dezembro e maio; de montes e também mata rasteira.

Observemos.

FIGURA 07: Pintura de tela. PB 400, Entrada para Monte Horebe



FONTE: Acervo privado do artista João Luiz Neto, 2001.

Na parte superior, margem esquerda, um prédio murado, revestido de chapisco, pouco modificado nos dias atuais, mas que desde a sua fundação em 1987, pelo poder público estadual, é a única escola que oferece o ensino médio na localidade, a ECI Bonifácio Saraiva de Moura.

Em frente a essa instituição escolar, do lado direito, percebemos um cercado de madeira delimitando duas propriedades de uma mesma família que cultivava grãos e como apoio a subsistência, prática comum entre os sertanejos da localidade, comercializava em baixa escala produtos como o leite e o queijo caseiro de coalho e/ou manteiga. Essa é uma atividade que hoje, em menor proporção, ainda é desenvolvida pelas gerações existentes.

Vejamos a mesma paisagem, mas de outro ângulo e outro recorte temporal:

FIGURA 08: Eucaliptos na PB 400, Entrada para Monte Horebe.



FONTE: Acervo privado pessoal, 2023.

Como cartão de visitas, vemos tanto na imagem 07, como na figura 08, de outro ângulo, essa segunda mais realista, árvores de eucaliptos atuando como um grande portal que em retilínea aponta para o único terminal rodoviário, não registrado nelas, mas em situação de declínio estrutural. No presente momento, ele não concentra muitas atividades comerciais ou aloca agências de empresas de transporte, servindo, por vezes, como ponto de encontro entre taxistas e viajantes, e jogos de bilhar, devido à disposição de bares em seu interior.

Atua também como ponto de encontro para procissões e missas campais, preferencialmente aquelas ocorridas em 12 de outubro, precedida por uma cavalgada, reunindo vaqueiros da localidade que rumam trajados com botas, esporas, em seus

cavalos, com bandeiras e a imagem de Nossa Senhora Aparecida, nesse trecho da PB – 400, acima visto, desde o sítio Pinga até o terminal rodoviário, que apesar de deteriorado, ainda mantém a sua configuração original.

Descendo as escadarias em evidência na iconografia 07, podemos ver a Escola Venâncio Dias, de fachada branca e verde, murada, repleta de janelas que serviam como arejadoras do ambiente, e, duas bandeiras hasteadas nos seus mastros, possível identificar na imagem 08, na margem esquerda, prédio sem tintura. Inicialmente, era de domínio estadual, ofertava o ensino de 1º grau, depois passou a ofertar o ensino infantil e fundamental.

No início dos anos 2000 ela foi municipalizada e hoje se encontra desativada, estando em estado de demolição e sobreposição de uma nova obra em estado não concluído, um centro de formação de professores, avaliada em torno de R\$ 4.314.026,29 milhões de reais.

Se olharmos um pouco mais ao fundo da imagem 7, por traz da escola supracitada, outro prédio público, mas este, de domínio municipal, o colégio Ivan Bichara Sobreira. Em 1982 ofertava o primeiro grau, posteriormente abandonado e desativado no final da década de 80, quando após a construção da EMEIF José Dias Guarita, na gestão de Erivan Dias (1993-1994), esses serviços educacionais municipais foram transferidos para lá, cujo nome homenageia um ente familiar, costume em muitas localidades.

Sobre isso, podemos refletir acerca da legitimação das elites políticas no espaço público, nomeando obras públicas e incorporando os seus sobrenomes a uma narrativa que se apropria da história local para coadjuvar, contribuindo para uma perpetuação da cultura elitista.

Anos depois, o local foi apropriado por famílias que não tinham casas próprias, situação que perdurou até a segunda construção e distribuição de casas populares em um bairro novo, nas proximidades do antigo cemitério, extremo à região representada em ambas às imagens, hoje denominado bairro São Francisco, cujo limite se dá com o distrito de Anauá - CE.

Na reunião de 24 de novembro de 1989 tramitaram na câmara municipal o projeto de nº 06/89 concedendo a doação de 5.944 metros quadrados a noroeste, as margens da PB – 400 e dos antigos prédios do colégio Ivan Bichara e da creche Umbelina Pedrosa para a construção de casas populares através da SEAC - Secretaria

Especial de Ação Comunitária, estas, anterior às habitações populares citadas acima, mas que se mostrou insuficiente para o amparo de todos os necessitados por moradia. Isso evidenciava a situação de desabrigo de alguns moradores da localidade e a reivindicação pela solução dessa problemática. Todavia, em área distante da central. Nesse caso, a distância não era tão relevante, pois estamos falando de um município de pequeno porte e de grande predominância rural.

Se analisarmos essa manobra por outro viés, podemos afirmar que transferir esses habitantes para áreas mais periféricas contribui para o que Paiva & Gabbay (2018), chama de *gentrificação*.¹³ Delineando um movimento de substituição dos habitantes de uma região para outra, legitimando um lugar privilegiado para aqueles de uma classe mais elevada, ocorrendo mudanças físicas, socioculturais e imagéticas, atreladas a gestão do espaço urbano e investimentos em sua estrutura, embelezando e valorizando-a. Se vista de certo ângulo, cria-se uma estratégia proposital, articulada com projetos de limpeza ou revitalização urbana, asseguradas por leis municipais e parcerias privadas, acentuando uma desigualdade social latente.

E assim, corroborando com Arantes (2012) *apud* (Uchôa, 201, p. 04), principalmente nas grandes cidades, elas se “tornam máquinas de negociação, cuja cultura é uma mercadoria privilegiada”. Isso favorece a ocupação das zonas centrais por famílias mais favorecidas economicamente e culturalmente perpassando as gerações, muitos desses espaços passam a ter um elo com essas famílias e a ser conhecidos como “centros históricos”, segundo (Braga, 2016).

Nisso, os centros se tornam com afinco alvo de especulações imobiliárias, estratégias voltados para o turismo e para investimentos diversos. Na teoria bem habitada, por uma classe que se isola em condomínios e afins, compondo uma face da segregação residencial, voltada para classes mais elevadas. A segregação incorpora estigmas nas vivências e subjetividades. O acesso e o não acesso a determinados espaços inferioriza e sobrepõem as classes, refletindo aspectos econômicos de sua sociedade, conforme elucidado por Gonçalves (2013).

Sobre esse ponto, é pertinente destacar que Monte Horebe não possui essa proporção imobiliária. No entanto, dentro da sua realidade socioeconômica, no seu

¹³ Deriva do termo *gentrification*, enfatizado pela usado pela socióloga Ruth Glass, fazendo menção a transferência gradual ou súbita de habitantes menos abastados para zonas periféricas, dando lugar aqueles mais abastados, apagando a mancha urbana pobre e designando outra configuração socio espacial urbana.

centro existe a concentração do maior número de empreendimentos por bairros e o valor do aluguel mais caro da localidade. Assim como a população menos abastada procura moradias mais baratas nos bairros mais afastados.

É pertinente dizer que, há uma escassez de patrimônios históricos já demolidos e/ou substituídos por construções de moldes mais atuais, coexistindo algumas habitações de particulares no seu pequeno centro e em outros bairros.

Voltando às duas imagens postas anteriormente, notamos que ambas as instituições escolares eram situadas às margens do primeiro açude que “abasteceu” manualmente a cidade, usado para suprir as necessidades dos moradores dos arredores. Na época, alguns intercalavam entre abastecer suas casas das águas provenientes dele ou de olhos d'água dispostos em alguns pontos da localidade, principalmente em épocas sazonais de estiagem.

Por consequência do desuso e descaso por parte da administração pública e dos habitantes, com a instalação da rede de água pela CAGEPA, o açude foi substituído e tornou-se um depósito onde desembocam os dejetos habitacionais, cujo ambiente que o circunda é fétido, principalmente em períodos chuvosos. A área desmatada nas proximidades desse açude alocou a construção de mais casas, algumas delas por iniciativa de particulares.

Tais construções passaram a compor o que diversas vezes é enfatizado nos documentos analisados aqui, como bairro periférico, provavelmente por abrigar habitações que para a época eram consideradas de baixa renda, por conter mau cheiro, devido à poluição dos dejetos nas águas do reservatório e por abrigar um matadouro, substituto de outro existente na área central em meados de 1980.

Nele, muitas famílias tiravam o sustento para subsistência no trato dos animais abatidos, tanto por prestar serviços aos proprietários dos animais abatidos, na condição de marchantes e lavadeiras, atuando no abate, na limpeza do ambiente, quanto na separação das carnes comercializáveis daquelas postas para descarte e/ou reaproveitada pelas lavadeiras para o consumo de suas famílias.

Voltando as imagens anteriores, notamos também que os arredores da escola usada como referência, na foto 07, são cortados por 03 arruamentos, 02 pavimentados e outro de chão batido. Com base nos arquivos documentais, salientamos que nas ruas centrais, a pavimentação ocorreu gradativamente após a década de 70, ruas como a Teotônio Martins em meados de 2016 não tinha

calçamento, sendo posteriormente pavimentada e alocada a um projeto asfáltico, como veremos nas imagens seguintes.

Vejamos:

FIGURA 09: Rua Teotônio Martins



FONTE: Acervo privado pessoal, 2016.

FIGURA 10: Trabalho da malha asfáltica- Rua Teotônio Martins



FONTE: Acervo privado pessoal, 2023.

No ano de 2023, foi executada uma ordem de serviço para o asfaltamento de 09 ruas do município, dentre elas a Rua Teotônio Martins e a Mãe Santa, demarcadas nos discursos de 1980 a 1990 como zonas da periferia, totalizando o valor de R\$ 2.376.000,00 (dois milhões, trezentos e setenta e seis mil reais), o que de acordo com o gestor em exercício, em uma entrevista dada para o jornal eletrônico “Diário do Sertão”¹⁴ em 31 de outubro de 2023, isso facilitaria a mobilidade urbana, trazendo uma nova roupagem ao município, favorecendo uma melhor qualidade de vida à população e o seu turismo. De certo modo, expressando um ícone de modernização.

FIGURA 11: Trabalho da malha asfáltica- Rua Mãe Santa



FONTE: Acervo privado pessoal, 2023.

Na Rua Pedro Gondim, centro, o calçamento vem sendo substituído por um piso de intertravado, o que gerou uma divisão entre insatisfação e satisfação popular, colocando em pontos opostos de debate o embelezamento dessa área, para os defensores da ideia, e para os opositores, a retirada de um piso histórico e mais funcional.

Antes da conclusão total da obra, o intertravado apresentava deterioramento e afundamento em algumas áreas, devido às fortes chuvas, trânsito de caminhões de cargas e a não conclusão do serviço empenhado.

¹⁴ Entrevista disponível em: <https://www.diariodosertao.com.br/noticias/cidades/641712/video-prefeito-assina-ordem-de-servico-para-asfaltamento-das-principais-ruas-de-monte-horebe.html>. Acesso em 20 de abril de 2024.

Com isso, observamos que essas modificações no tecido citadino precedem decisões, perpassando temporalidades e demandas do seu povo.

Ainda sobre a disposição da educação neste lugar, a imagem 12 nos apresenta a escola Bonifácio Saraiva de Moura, de domínio estadual, vista de um ângulo aéreo. Em 10 de março de 1987, através do decreto nº 11.871 ela foi criada, introduzindo efetivamente o ensino de 2º grau, inexistente na localidade. Estruturalmente suas mudanças, desde a fundação, foram quase que irrisórias, se atendo mais a demanda interna e reparação externa.

A partir do 1º livro de ata da referida escola, que relata a primeira reunião ordinária, datada de 19 de abril de 1988, percebe-se a deficiência na sua estrutura, e nas palavras do diretor Cícero Nicácio Lopes:

Em seguida o diretor escolar expos aos presentes os parâmetros organizacionais da escola como um todo, desde as justificativas a problemas de ordem técnicas ocasionados na escola a precariedade de condições que obstaculizam a concretização da normalidade das atividades, como carência generalizada de recursos materiais permanentes... (Escola Bonifácio Saraiva de Moura, 1988, p. 02).

E ainda: “A falta de material humano, falta de pagamento dos professores que vinham trabalhando a tempo, sem receber seus vencimentos” (Escola Bonifácio Saraiva de Moura, 1988, p. 06).

Nota-se que a somativa de um novo patamar no ensino ainda era deficitária, tanto nas condições estruturais físicas, quanto na falta de valorização profissional, principalmente do magistério que na esfera municipal e na estadual padecia de recursos adequados, como materiais didáticos, condições para lecionar, transporte para chegar até a localidade tanto para discentes das áreas rurais, como alguns professores de lá, mas que eram habitantes de São José de Piranhas; e da falta do recebimento dos salários.

Na década de 80, ela iniciou os seus serviços ofertando o 1º e o 2º grau; nos anos 2000, o ensino fundamental de 2ª fase e o ensino médio, permanecendo hoje com a oferta apenas do nível médio, no molde do ensino integral estadual, com notável equipe pedagógica. No entanto, vemos desafios de infraestrutura no seu corpo físico tanto na atualidade, quanto nos anos iniciais da sua instauração, no último caso, descritos na Ata de reunião escolar do dia 14 de abril de 1988, pelo

diretor Cícero Nicácio Lopes e a Vice Marlene Dias, na presença de professores, motoristas e vigilantes:

[...] incumbiu-se o diretor escolar de expor aos presentes os parâmetros organizacionais da escola [...] a precariedade de condições obstaculiza a concretização da normalidade das atividades, como a carência generalizada de recursos materiais permanentes, além do processo de ingresso no serviço público dos futuros funcionários (Escola Bonifácio Saraiva de Moura, 1988, p. 02).

Posteriormente, é ressaltada ainda, a necessidade de aquisição de materiais permanentes e temporários. Itens para melhorar a infraestrutura da escola; a reparação de passarelas, capinagem externa e interna ao prédio, reparação de pisos, das paredes, na pintura das portas, carteiras, suportes de quadros a giz, aquisição de birôs, materiais para a cantina, limpeza na cisterna e na caixa d'água que abastece o prédio.

Observemos:

FIGURA 12: Vista aérea da ECI Bonifácio Saraiva de Moura, 2023.



FONTE: Acervo da ECI Bonifácio Saraiva de Moura, 2023.

Faltava uma estrutura adequada, recursos materiais, humanos, o pagamento adequado dos vencimentos de todos os funcionários, principalmente dos professores. Em 17 de janeiro de 1990 é discutido em reunião ordinária sobre a falta de assistência da secretaria do Estado às escolas, enfrentando problemas quanto à “alimentação escolar, material escolar, distribuição de energia elétrica, infiltração no prédio e a falta de transporte dos professores de São José de Piranhas que vinham lecionar em Monte Horebe” (Escola Bonifácio Saraiva de Moura, 1988, p. 13).

Esse dado nos direciona para a falta de responsabilidade pública com os serviços educacionais e para a escassez de profissionais qualificados em Monte Horebe, visto a necessidade de virem professores de São José de Piranhas para desempenhar tal atividade.

Na reunião escolar de 17 de janeiro de 1990 evidencia-se um índice alto de desistência discente, refletindo a deficiência no ensino. Apesar de avanços em relação a conjuntura anterior, há também um retrocesso, se comparada ao índice de São José de Piranhas, já que, os habitantes de Monte Horebe em meados de 90 se dirigiam para lá em caminhonetes dispostas pela prefeitura para cursar o Ensino médio em nível normal, conhecido como “o pedagógico” ou magistério I.

Há de saber que a educação não tinha amplitude e direcionamento, no tocante da alocação de recursos até mesmo em detrimento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação que somente foi implantada em 1996. Nesse caso, o desafio enfrentado pelas instituições escolares era imenso. Inclusive, na imagem aérea percebe-se a falta de pisos adequados na parte externa, se imiscuindo em uma paisagem de mata rasteira, as margens fétidas do reservatório poluído, citado anteriormente.

É pertinente ressaltar que quando a Lei de Diretrizes e Bases da Educação é sancionada, passou a transitar uma regulamentação da obrigatoriedade tanto do ensino ofertado pela esfera pública, quanto da permanência do aluno da escola, garantindo o seu acesso. Desse modo, a assertividade do ensino passou a ser direcionada mais eficazmente, mas, em contínuo estágio de melhoramento e ainda enfrentando desafios no tempo presente.

Em 13 de setembro de 1991, na câmara municipal se discute sobre a necessidade de ocorrer o roço no matagal que circunda essa escola, solicitando que a prefeitura arcasse com o serviço e com a disposição de transporte para levar os

docentes a uma reunião em Cajazeiras, salientando que era de máxima necessidade haver a disponibilização de crédito telefônico para os diretores das escolas, viabilizando os seus serviços. Percebemos que ainda não havia uma assertividade na disposição da responsabilidade dos níveis de ensino como é organizado nos moldes da LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação, já que fatos como esse precederam a sua criação.

Em 1988, na reunião ordinária de 04 de novembro critica-se o “péssimo funcionalismo da creche Umbelina Pedrosa” e a falta de transporte para estudantes que se locomoviam até São José de Piranhas a fim de cursar o nível de ensino referente ao 2º grau. Tal qual, no mesmo ano aprova-se o projeto de lei nº 01/88 que visava à criação de um piso salarial para os professores municipais e regentes de classe, piso que em diversas reuniões é posto como pauta de reivindicação.

É importante ressaltar que havia grupos escolares, de forma multisseriada, na zona rural, estrategicamente eles permitiam o acesso dos alunos da zona rural ao ensino de 1º grau, afastando a necessidade deles se deslocarem à cidade com essa finalidade, levando em consideração a distância e a ausência de condições financeiras adequadas para isso. Mas, até que isso se tornasse uma realidade, várias discussões para a construção desses grupos escolares na zona rural foram pleiteadas na câmara municipal.

Em 09 de fevereiro de 1984, no sítio Ribeiro de cima e no sítio da Boa vista; em 05 de abril, no sítio Ponta da Serra; em 26 de fevereiro de 1985 no sítio Serrinha, no sítio Batalha e com pedido de ampliação para o grupo de Santa fé. Em 1987, a restauração dos grupos dos sítios Guaiá, Ponta da Serra, Areias e Serrote.

Atualmente, a maior parte dessas escolas está deteriorada, abandonada, em desuso ou ocupada como residências de pessoas sem moradia própria. Com exceção de sítios como Santa fé, Capim, Pinga e Braga, ainda em funcionamento. Nesse caso, atendem a demanda de sítios circunvizinhos ou os discentes são transportados diariamente em ônibus escolares para escolas da zona urbana.

De acordo com o livro de Atas da década de 80, em 04 de fevereiro de 1984 cria-se a biblioteca municipal, denominada José Augusto da Silva, através de um projeto de lei, subordinada ao departamento de educação e cultura, sob um orçamento de dois milhões de cruzeiros para custear a instalação, manutenção,

aquisição do acervo inicial. E mais 500.000 cruzeiros para o pagamento de dois funcionários alocados nos seus serviços.

Uma visita hoje a esse ambiente é perceptível que falta um olhar mais atento do poder público para a sua estrutura, qualificação de pessoal de apoio, ações que incentivem o conhecimento dos seus acervos pelo público em geral, a atualização deles e a assertividade na sua oferta.

Por fim, mediante essas discussões percebemos que havia certa preocupação com as questões educacionais do município. Ao mesmo tempo, revela uma lacuna nessa área, uma carência e despreparo com os serviços que emergem no ambiente citadino.

Faltavam estruturas básicas para o funcionamento das escolas, profissionais qualificados para os cargos ocupados, principalmente dentro do próprio município, tendo em vista o deslocamento de professores de São José de Piranhas para sanar essa demanda; faltava remuneração adequada e outras medidas essenciais.

Atualmente, ela possui o *slogan* de “Cidade educadora” substituindo o *slogan* “Princesa dos Montes”, referenciando a sua localização geográfica. Mas, fica a indagação do que torna uma cidade educadora? O discurso e decisões políticas ou suas características educacionais? Isto abre um ponto de reflexão para futuras pesquisas.

O fato é que há cerca de quatro escolas atendendo na zona rural. Na zona urbana há uma creche ofertante do ensino infantil e uma escola ofertante do ensino fundamental nas duas etapas, de responsabilidade municipal. Há também uma de responsabilidade estadual desde a década de 80, como sublinhado, ofertante do ensino cidadão integral de nível médio e da modalidade da Educação de jovens e adultos, nos níveis fundamentais e no médio.

Existe um crescente número de profissionais correlacionados a área educativa. Essa realidade pode ser associada à oferta dos cursos de licenciatura na Universidade Federal de Campina Grande - Centro de Formação de Professores/ UFCG-CFP e outras instituições de Cajazeiras, cidade que pela proximidade favorece a comunicação com as regiões circunvizinhas, facilitando de certo modo o ingresso dos estudantes aos cursos dispostos.

Em relação a sua realidade nesse tocante, é interessante refletir que atualmente há um número considerável de educadores com níveis de qualificações diferenciados, desde licenciados, especialistas, a alguns mestres e doutores em

formação, alguns atuam no ensino público da esfera municipal e/ou estadual, havendo uma assertiva valorização do magistério com as disposições obrigatórias dos montantes do FUNDEB a luz das diretrizes voltadas para a área educacional, ampliando os incentivos e o direcionamento dos recursos, principalmente no que tange as formações continuadas e ao oferecimento de serviços culturais, como oficinas de futebol, dança, karatê, artes visuais, violino, violão e flauta doce, através do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos - SCFV.

Apesar do crescente número de profissionais licenciados na área da educação, ainda persiste uma alta demanda de servidores de outras localidades ocupando quadros temporários em detrimento de fatores políticos e outros.

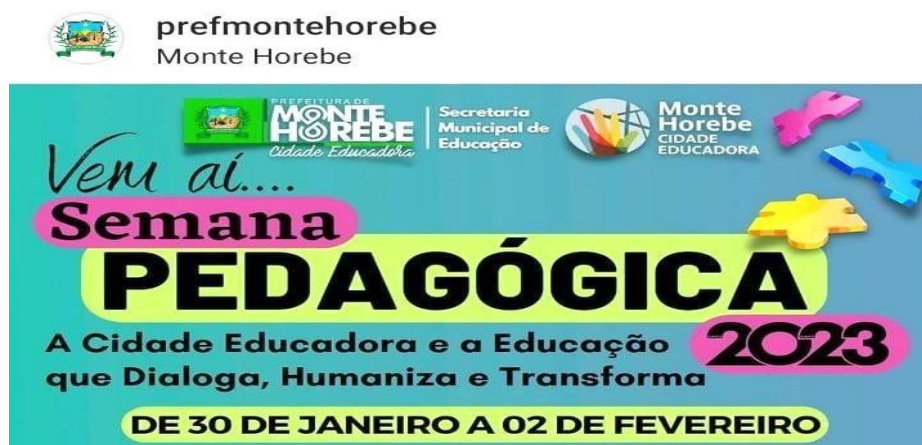
Vejamos alguns informativos em que aparece o *slogan* citado:

FIGURA 13: Slogan “Cidade Educadora”



FONTE: Acervo da prefeitura digital da municipal de Monte horebe, 2023.

FIGURA 14: Informativo- Semana Pedagógica 2023



FONTE: Acervo da prefeitura digital da municipal de Monte horebe

Em relação ao passado, houve também uma maior ampliação das estruturas institucionais e dos materiais físicos, como amplitude de escolas, aquisição de maquinários como computadores, impressoras em 3D, dispostos para o ensino e aprendizagem dos discentes das redes estadual e/ou municipal. Das décadas em evidência nesse estudo até os dias atuais é notável a resolução de muitos problemas que existiam, outros ainda carecem de melhor direcionamento principalmente de políticas públicas para realmente fazer jus ao título de “cidade educadora”, alinhando discurso e prática.

4.1 AS FEIRAS E O COTIDIANO HOREBENSE

As feiras livres se configuram como ambientes vibrantes, onde diversas representações humanas se entrecruzam, conferindo movimento à cena. Nesse espaço, feirantes, clientes, homens, mulheres e crianças ocupam diferentes papéis. Se registrado em fotos, é possível observar diferentes poses, sejam durante seus passeios, atividades comerciais de negociações ou momentos de descanso, distração e conversas.

Boechat (2011) coloca-a como espaço que vai além das práticas de sobrevivência, permitindo a negociação de formal e informal de produtos, intervencionando relações sociais perpassadas por gerações. Assim, a feira se revela como um ecossistema social complexo, abrangendo uma gama de atividades que fluem de maneira natural, sendo, portanto, uma arena de disputa, onde comumente ecoam vozes e representações populares, revelando hábitos, modos de viver, favorecendo a circulação pessoas e notícias do dia a dia.

É um ponto de convergência e também de divergência, onde transações de compra e vendas acontecem, interações entre oferta e demanda, principalmente, sendo organizadas municipalmente com uma utilidade pública em torno de itens básicos de consumo local, como aponta Mascarenhas (2008). Todavia, coexistem relações que são entrelaçadas subjetivamente a elas, viabilizando os momentos de contato, de aprendizado, de sociabilidade e de troca cultural, moldando a experiência dos participantes e o ambiente da cidade, influenciando-a.

No Nordeste, as feiras possuem raízes profundas desde a época da colonização, seguindo em parte o modelo lusitano, destacando-se como eventos capazes de reorganizar o espaço urbano, promovendo manifestações socioeconômicas e culturais. Ela se assemelha a um teatro onde coexistem personagens, que circulam, vivenciam e se relacionam com esse espaço transitado, cada um carregando e produzindo a sua própria narrativa. Corroborando com Coura (2007), a feira é um registro vivo das sociabilidades que a permeia, documentando as formas de reciprocidade que surgem entre os diversos tipos humanos presentes nesse cenário dinâmico.

É um ambiente permeado por uma variedade de cheiros, cenas, personagens e sons que evocam memórias do passado e/ou da infância. As imagens que podem ser capturadas ali podem revelar dinâmicas complexas, onde, além do comércio, favorecem os passeios, os encontros, desencontros, a disseminação de notícias, a trocas de ideias e os momentos de lazer.

Geralmente o local escolhido para a feira livre é um estratégico ponto, permitindo o tráfego e o fácil acesso a outros tipos de serviços, lojas, consultórios, bares, agências bancárias e outros. Na urbe em evidência, elas denotavam um ambiente onde as diferentes barracas atendiam a públicos específicos, desde comidas servidas na hora, como o pão com cocada caseira, a buchada, o quebra queixo, caldo de cana, doces, frutas, legumes, verduras até a oferta de calçados, roupas, tecidos, especiarias e produtos de segunda mão.

No cerne desse cenário, o entretenimento, os jogos de azar e músicos, como repentistas e sanfoneiros atraindo principalmente o público jovem. Era um acontecimento em época de escassas telas.

De acordo com a realidade de Monte Horebe nas décadas de 80 e 90, percebe-se que a maioria da população provinha da zona rural. É possível refletir que para muitos agricultores, o dia da feira livre representava principalmente uma oportunidade rotineira de visitar a cidade, vender os excedentes da colheita de suas lavouras.

Ela também viabilizava o acesso aos serviços de saúde, em situações de doença que não exigiam atendimento urgente. “O povo vivia da agricultura, era o que dava

dinheiro. Era jerimum, melancia, batata, planta de milho, feijão, algodão e vendia tudo lá (no mercado da cidade)”, como rememorou Maria Deodata de Jesus, em novembro de 2016, entrevista disposta em (Oliveira, 2018, p.56).

Em relação a isso, Roberto (2018), nos conta que, algumas pessoas que acessavam a São José de Piranhas, fossem elas habitantes da localidade ou de áreas circunvizinhas, como os cidadãos horebenses, aguardavam até a segunda-feira, dia da feira livre para consultar um médico, por exemplo. Alguns serviços somente eram oferecidos nesses dias de maiores fluxos de pessoas, indicando um possível aumento na procura.

Nesse ponto, podemos refletir que cada lugar possui o seu tempo, a sua dinâmica própria e harmoniosa para existir e direcionar a vida da sua comunidade e daqueles que o acessam.

Entendemos, portanto, que o dia da feira era um dia especial, vestia-se boas roupas, sendo uma ocasião para visitar familiares, ir à igreja, comprar, vender os produtos artesanais, como o queijo coalho, e adquirir o que não era produzido na lavoura. Era o local de passeio que os filhos iam ao retornar ao seu lugar de nascimento para visitar a família de outras cidades e conhecer as novidades produzidas e postas à venda.

Destaca-se que as imagens capturadas nesse ambiente evidenciam não só aspectos físicos, pessoas comuns, equipamentos, mas sociabilidades, hábitos e vestimentas, notavelmente elegantes, podendo caracterizar pessoas economicamente constituídas.

Assim como examinar esse cotidiano é apreender as atividades desenvolvidas na localidade, sua cultura e fonte de renda. A partir dele podemos ver a diversidade de atores que acessam a cidade, que a intervencionam e são intervencionados por ela, como em uma relação de dupla semântica.

O deslocamento intermunicipal era realizado, predominantemente a cavalo e animais similares. Também era feito a pé e/ou em caminhonetes de fretes que operavam com horários fixos, chegavam cedo, na alvorada da manhã e partiam no final da tarde, transportando mercadorias e pessoas. Na imagem 15, destacamos que a moça a direita após anos residindo em um Estado do Sudeste, retornara para uma

visita aos seus pais na Paraíba, pousando para a foto exatamente no dia da feira, ocasião especial.

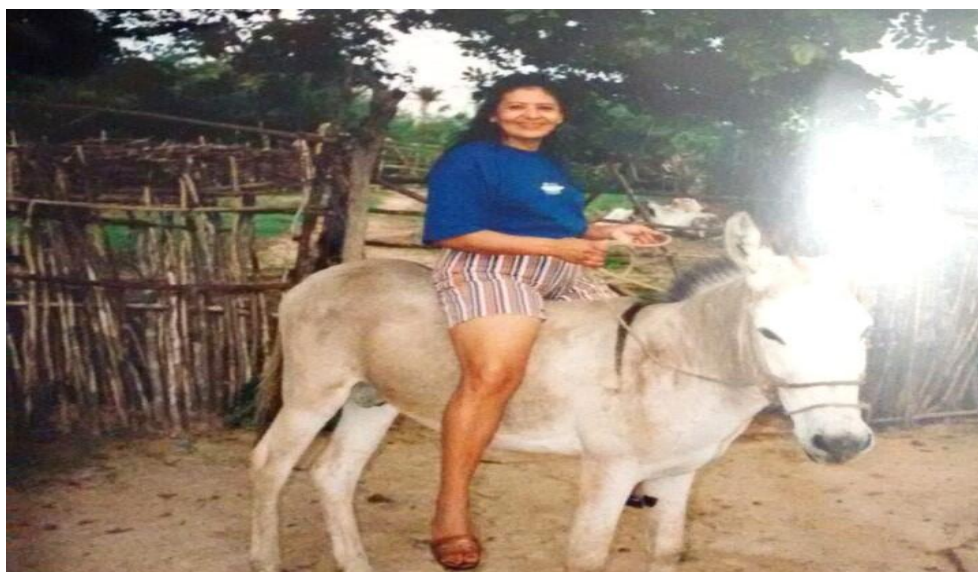
Vejamos na imagem que se segue:

FIGURA 15: Feirantes em seus cavalos, década de 80.



FONTE: Acervo privado família Oliveira.

FIGURA 16: Sítio ponta da serra, década de 90.



FONTE: Acervo privado família Oliveira.

Essa conexão entre o ambiente rural e as feiras é ilustrada pela presença frequente de cavalos, burros e/ou jumentos, como vemos na imagem 16, onde a turista pausa para foto em cima do animal. Além de auxiliarem no trabalho agrícola, eram os meios de locomoção mais comuns na época para se deslocar até o centro urbano, sendo amarrados no tronco das árvores que forneciam sombra.

Havia certa preocupação no legislativo municipal com a sujeira nas vias, causadas pelo trânsito desses animais, buscando estabelecer uma organização desse ambiente. Até meados da década de 90, ter um desses animais para se locomover era sinônimo de posses, antes do popular uso de carros. Pois para a época, possuir um automóvel era sinônimo de riqueza, uma realidade distante dos mais populares.

Como a economia local se dava principalmente em torno da agricultura, como relembra Geralda Bandeira em outubro de 2017: “[...] era plantando e colhendo mesmo, enchia os silos. As plantas dele, de banana, de manga, de goiaba, de pinha. Era seis caçoa em três animais, cheios de bananas maçã, fora as que ficavam em casa. E ainda [...] mãe fazia bastante queijo de manteiga e de coalho, ah! (Oliveira, 2018, p. 87)”.

Também era muito cobrado do poder público a distribuição de sementes, principalmente de feijão e milho, para os tempos de plantio e a abertura de poços artesianos como estratégias para amenizar as consequências dos períodos de estiagem, juntamente com a reivindicação pela aquisição de maquinário como tratores, possibilitando o suporte ao agricultor e o corte das terras.

Este é um fato evidenciado em várias reuniões da câmara municipal, como exposto a seguir na fala da vereadora Maria Gonçalves: “[...] A prefeitura necessita de veículos, como também aquisição de trator agrícola para beneficiar agricultores do município” (Câmara de vereadores, 1984, p. 127). E ainda: “A prefeitura ao invés de estar distribuindo água para as residências após as chuvas, deveria se preocupar com o homem do campo, subsidiando a este, sementes selecionadas, implementos agrícolas e outros recursos necessários ao implemento da agricultura” (Câmara de vereadores, 1984, p. 18).

Em anos de boa safra o excedente do consumo era comercializado, geralmente em dias de feira livre, no mercado público.

Especificamente, se observarmos ao fundo da imagem que se segue, do lado esquerdo percebe-se um prédio em formato de galpão coberto, onde ficava o mercado municipal, local destinado a ocorrência da feira livre. Alguns feirantes da localidade e circunvizinhos alocavam as mercadorias no seu interior e outros na parte externa a ele, na rua e calçadas, tornando-a transitável somente para os pedestres.

FIGURA 17: Habitantes na Rua Pedro Gondim.



FONTE: Acervo pessoal de Neuza Pereira, década de 80.

Em meados de 2020, esse prédio foi demolido para a construção de uma nova praça, evidenciada na imagem seguinte. É perceptível uma nova configuração não somente no espaço que foi sobreposto a construção do mercado público, mas também na configuração das casas. Inclusive, tal construção desencadeou uma discussão e críticas à administração pública municipal, já que era utilitário ter um ponto de comércio que alocasse os feirantes em um único local, e a praça serviria como ponto de sociabilidade, mas seria desproporcional para essa finalidade, ficando a cidade sem um mercado público, havendo a demolição de outro prédio histórico, dispersando a feira livre na praça central e nos seus arredores.

Atualmente, a feira livre tem menor proporção, não sendo tão frequentada. Fica disposta no meio da via Pedro Gondim, em barracas lado a lado, sem grande

organização, deixando, por vezes, uma espécie de corredor livre para o trânsito de pedestres e alguns veículos.

FIGURA 18: Feira livre



FONTE: Acervo pessoal privado,2015

FIGURA 19: Feira livre II



FONTE: Acervo pessoal privado,2015

Vejamos esse mesmo espaço na mais recente configuração:

FIGURA 20: Praça substituta do mercado público - Rua Pedro Gondim, 2020.



FONTE: Google imagens, acesso em 29/02/2023

O dia escolhido para a realização da feira livre, na década de 80 e 90, passou do domingo para o sábado, alocando comerciantes e consumidores da zona urbana e rural, como vindos de outros locais, geralmente dos arredores como São José de Piranhas, Mauriti e Bonito de Santa Fé, mantendo relações de reciprocidade comercial. Como rememorou Geralda Bandeira em 10 de outubro de 2017: “Dava muita gente, muita gente, e era o povo passando um pelo outro na rua... (Oliveira, 2018, p. 86).” Diferente de hoje, possuía maior proporção, tanto na diversidade da oferta de produtos, como na disposição dos feirantes e consumidores.

FIGURA 21: Quiosque e Mercado público - Pedro Gondim, 2019.



FONTE: Google imagens, acesso em 29/02/2023

FIGURA 22: Mercado público, portão principal – Rua Pedro Gondim



FONTE: Acervo privado pessoal, 2015.

O intuito era de passear por aquele ambiente, adquirir mercadorias vendidas ali, tal qual comercializar produtos agropecuários, cereais, tecidos, e “bancas de miudezas. Cada um tinha o seu local e era até cobrado impostos... Tudo simples e organizado”, como contou Maria Vilani descrito em Oliveira (2018, p. 93).

E ainda, como rememorou Geralda Bandeira: [...] Era muita coisa [...] tudo lá dentro. Não tinha essas coisas de banquinha fora, essas coisas assim, até banca de tecido as pessoas vendiam lá dentro, (Oliveira, 2018, p. 85).” Coexistiam relações interligadas pela aquisição desses produtos e pela troca de experiências culturais daqueles que por ali transitavam e experimentavam a cidade com singularidade e também contribuía com a sua materialidade.

Na década de 80, na reunião da câmara municipal, solicita-se a restauração do sistema elétrico e hidráulico do mercado público, mostrado na imagem acima, e a construção de sanitários no seu interior, tais intervenções viria para atender as

demandas dos populares, principalmente aos sábados, devido ao fluxo de pessoas e o acesso, até mesmo devido à distância das suas residências.

FIGURA 23: Quiosque de miudezas do seu Valdemar, 2015.



FONTE: Acervo privado pessoal.

Eram comuns as vendas de miudezas de produtos locais, como o exposto na imagem acima. Vendiam-se produtos artesanais como pilões, colheres de pau, especiarias, panelas de barro, peças de moinho, moinhos, peneiras, entre outros. Mesmo tendo um ponto comercial físico, muitos comerciantes da localidade se dirigiam ao mercado público aos sábados para a comercialização dos produtos, na maioria das vezes de suas lavouras. Isso denota a importância da feira naquele cotidiano.

A feira livre detinha de um maior fluxo de pessoas transitando em suas vias públicas e se apropriando do espaço físico, compondo novos ritmos e experiências. Oliveira (2018) ao discursar sobre elas e o mercado público como ponto de sociabilidade destaca que, a partir de construções físicas e da ideia de progresso, a mudança de hábitos se entrelaçava cada vez mais a urbanização. De acordo com Sevcenko (1998), a modernização seria evidenciada nas tecnologias, inovações e no aumento populacional no perímetro citadino. Sendo a cidade atrativa à vida humana.

Além das relações econômicas praticadas ali, o prédio servia para a realização de festas particulares e também da tradicional festa do preto e branco, em 31 de maio, onde os participantes alternavam as cores das suas vestimentas entre preto e branco. Além do mais, era como um ponto de encontro que contribuía para a efetivação das diversas sociabilidades. “A gente passeava em volta, namorava, dançava, se divertia tudo de braços dados. Só não podia era beijar.” Ou ainda: “A maior diversão dos jovens eram duas ou três festas ao ano, começava às 07 horas da noite até as 11 e a gente era acompanhada dos pais. A privacidade era pouca...” (Oliveira, 2018, p. 99).

No trecho desse depoimento podemos atrelar as edificações a um lugar material onde as relações sociais naturalmente se manifestavam. Feiras, festas, ambas necessitavam de um local para ocorrer. Nesse caso, usava-se o mercado público intitulado “Assis de Nazário,” não sendo atribuição exclusiva do ambiente citadino, mas por ser melhor viável, subsidiava o encontro do material com o subjetivo e o social.

Comportamentos se formavam, hábitos eram lapidados ou causava estranhamento, vestimentas eram adotadas, como no caso da festa tradicional de 31 de maio, o uso da roupa preta e/ou branca ou das melhores roupas em dias da feira.

É pertinente se fazer saber que no mesmo dia ocorria o evento católico de coroação de uma imagem mariana, popularmente chamado de “A coroação da santa”. As pessoas se preparavam meses para estarem presentes, outros buscavam arrecadar quantias que seriam destinadas à paróquia, e assim, lançar candidatas que apresentavam o valor arrecadado.

Era escolhida para o título de “Rainha da festa” aquela que dispusesse de maior valor em benefício da paróquia. Assim, em ponto alto da celebração eucarística, geralmente ao final dela, erguiam uma simbólica coroa e a posicionava na cabeça da imagem, após entoar um hino mariano.

Nas fotos que se segue, ao fundo, podemos ver o mercado público e a candidata eleita a “rainha da noite”, bem trajada, tal qual os que posam junto dela, isso evidencia a importância desse evento para o imaginário dos populares, representando importância daqueles que eram escolhidos para realizar tal feito, sendo vistos como influentes perante a comunidade. É extrapolado dizer que os menos

apossados eram excluídos desse espaço, todavia, eles não tinham a mesma vez ou as mesmas facilidades de acesso.

FIGURA 24: Habitantes pousando para a foto em festividade católica



FONTE: Acervo pessoal de Maria Vilani, década de 80

No ano seguinte a faixa e coroa era repassada para uma outra candidata, recomeçando o rito. Vejamos na imagem 25. Isso também destacava a conexão da simbologia religiosa no imaginário das pessoas daquela região. Alguns rumavam para a matriz, vindos da zona rural, montados em animais como cavalos, burros ou jumentos, ou a pé. Nesse caso, portando os seus sapatos em uma espécie de bolsa para não sujar e calça-los quando chegasse ao destino da festividade.

FIGURA 25: “Rainhas da festa” religiosa de 31 de maio



FONTE: Acervo pessoal de Maria Vilani, década de 80

O fato é que o local de vivência é também local de experiências, de afetos, de trocas culturais e sobreposição de comportamentos. E por consequência desses, ele é modificado, intervencionado, de acordo com as funcionalidades e interesses dos seus agentes sociais. Corroborando com Matos (1994), a rua lateja fora e dentro daquele que vai percorre-la. Nesse sentido, o individual intercepta o coletivo e a sua dinâmica, ao passo que a revela em seus detalhes e mecanismos.

4.2. NOS CENÁRIOS A SOBREPOSIÇÃO DOS HÁBITOS: COMUNICAÇÃO, SAÚDE E RESQUÍCIOS HISTÓRICOS.

Na década de 80 a praça da matriz, rasteira, em único plano¹⁵, foi substituída por outra, depois de requerimentos solicitando o seu término. A arquitetura decorria em dois planos de diferentes relevos, sendo conectados por duas escadarias, na segunda delas o busto de um dos seus fundadores, Venâncio Dias colaborador da construção da igreja matriz, daí decorre a explicação da homenagem em frente à matriz, cuja praça e uma escola teve o nome em sua homenagem.

FIGURA 26: Busto de Venâncio Dias, cofundador.



FONTE: Acervo privado pessoal, 2010

¹⁵ Ver imagem 17, pag. 98.

Ao seu redor, canteiros com árvores rasteiras e duas figueiras forneciam sombra para o local que abrigava um televisor público, trancado em uma espécie de caixa metálica azul. Ela era aberta por um responsável em horas específicas, quando alguns moradores se reuniam no seu entorno e ali assistiam a novelas, jornais e conversavam. Entendemos que ali comportava um espaço de vivências, sociabilidade e em teoria dava acesso aos menos favorecidos a usufruir dos televisores municipais e a outros benefícios culturais, como apresentação de rodas de viola e da banda cabaçal com suas sanfonas, zambumbas e triângulos, em datas comemorativas.

FIGURA 27: Busto de Venâncio Dias e caixa metálica com televisor público, 2010



FONTE: Google imagens, acesso em 29/02/2023

Na contramão da viabilização desse acesso, surgiam algumas questões. O vereador Bolívar Guarita, na sessão ordinária de 21 de março de 1985, enfatizava que o único televisor público da localidade estava disposto na Praça Venâncio Dias, dificultando o acesso das pessoas para assistir os canais fornecidos, por questão da distância de quem não morava nos arredores da Rua Pedro Gondim.

Considerando também que na referida época, eletrodomésticos eram artigos de luxo que somente os mais abastados possuíam em suas casas, isso poderia ser uma tentativa de facilitar o acesso desse tipo de entretenimento às camadas mais pobres da população. E mesmo assim, não atendia a necessidade daqueles que habitavam os bairros mais afastados, sendo adquiridos novos aparelhos.

Essa é uma questão tão recorrente que em 27 de outubro de 1989, o plenário da câmara municipal é usado solicitar a instalação dos televisores públicos aos seus lugares de direito, pois, eles se encontravam dispostos tanto no prédio da prefeitura quanto em casas de particulares, não servindo ao povo, como seria de direito, a fim de garantir o acesso de informação das pessoas menos abastadas e também simbolizar o progresso cidadão.

Francinaldo Dias de Figueiredo usou a palavra para falar da sua satisfação pela aquisição de uma ambulância por parte do poder executivo, aproveitou para fazer reivindicação ao poder executivo para colocar os televisores públicos da prefeitura em seus devidos lugares, que segundo esse vereador alguns televisores encontram-se em casas de particulares (Câmara de vereadores, 1989, p. 111).

Nesse caso, o que era símbolo de inovação para a época e o lugar se mostrou deficitário e contraditório. Anos depois, foram instalados televisores públicos nas praças das Ruas presidente Médici e Teotônio Martins, esse último sendo no bairro São José.

Outro símbolo de inovação era o serviço de telecomunicações. Salientamos que antes da sua oferta e até mesmo concomitante a ele, eram usadas as cartas pra viabilizar a comunicação entre as pessoas que estavam distantes umas das outras, além do mais, era um meio mais demorado. Antes da instalação e efetivo funcionamento da sede dos correios, as correspondências eram enviadas para São José de Piranhas e um comerciante do ramo de calçados, chamado Celestino Amorim.

Ao vir para a feira livre aos sábados, ele trazia seletivamente as correspondências de algumas pessoas, correspondências essas que vinham assinadas do seguinte modo: “Aos cuidados de Celestino Amorim”. Revelando a importância desse serviço.

Era uma espécie de bem subjetivo que se materializava em linhas de um papel, repleto de afetividade. Esperava-se uma carta com ritos de entusiasmo e esperanças de boas notícias, demarcadas com termos do tipo: “Saudações ou saudações sem fim”. Comumente seguido de um cartão ilustrado, principalmente em datas comemorativas. Logo, esse meio foi substituído pelo uso de telefones em cabines, alimentados com fichas que permitiam minutos de ligação, por meio do serviço de telecomunicação.

Em relação a esse serviço, no dia 21 de outubro de 1990 foi solicitado da prefeitura o melhoramento no posto da TELPA - Serviço de Telecomunicação da Paraíba, iniciado na Paraíba na década de 70, que se encontrava sem funcionários devido a atrasos no pagamento e com o mobiliário e o prédio em descaso, inviabilizando a sua oferta à população.

Segundo a revista de obras de Tarcísio Burity, datada de 1980, no início dessa década, 58% das cidades paraibanas não tinham esse serviço, com a promessa de que até o ano de 1982 esse serviço de telefonia estaria interiorizado completamente, por meio do programa “Telefonia em pequenas comunidades”.

FIGURA 28: Posto da TELPA-Bonito de Santa fé,1987



FONTE: Arquivo privado, família Oliveira.

Esse era um dos símbolos modernizantes na localidade da época, facilitando a comunicação e o entretenimento. Logo, o mau funcionamento era sinônimo de atraso, favorecendo a procura em municípios circunvizinhos, como vemos na imagem 28. Corroborando com Chagas (2010), os habitantes vestiam a cidade de itens modernizantes e se vestiam com características que os tornaram urbanos e modernos. Passavam a desejar o novo [...] e frequentar novos espaços criados com a remodelação da cidade.

Nesse contexto, a transeunte, recém-chegada na cidade para visitar os familiares, buscou a telecomunicação da cidade circunvizinha, Bonito, pois em Monte Horebe, ela apresentava defeitos no maquinário e a falta do acesso ao público. É interessante que a foto além de demarcar a oferta e a procura desse serviço, o centraliza como algo inovador para uma cidade interiorana, a ponto de servir de plano de fundo turístico, registrável. Isso nos faz refletir sobre o impacto desses equipamentos no cotidiano daqueles que acessavam o ambiente citadino.

Ao fundo da imagem 29, vemos de outro ângulo a praça da matriz, revelando a sua principal construção, a igreja, inaugurada em 1940 e elevada à condição de paróquia em 1963, segundo o seu primeiro livro de tomo.

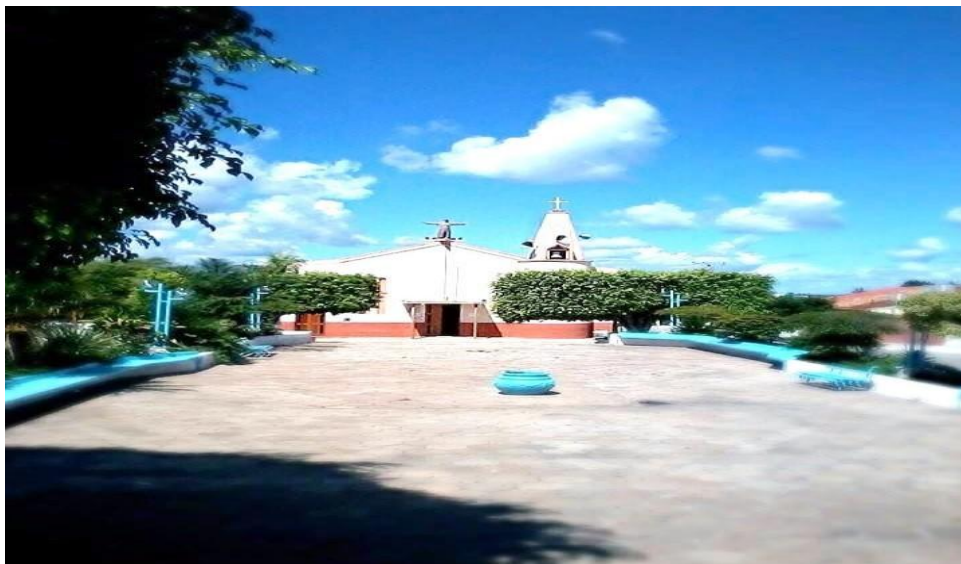
Havia três alto falantes na sua torre que serviam para estabelecer uma comunicação direta com a comunidade da zona urbana e indireta com os demais moradores da zona rural e/ou dos bairros periféricos através da troca de informações, ouvidos nesse sistema de som e repassadas através da “boca a boca”.

Inclusive, a própria cidade detinha de um serviço de alto falantes desde a década de 60, caindo em desuso gradualmente. Na atualidade, provavelmente, além de algumas casas de particulares, mantidas em sua forma original, esses serviços de alto falantes da matriz são os últimos resquícios materiais históricos da cidade, visto uma alteração na estrutura citadina.

É visível uma perda de elementos históricos na localidade e a substituição por aparelhos e imóveis mais modernizantes, tanto por parte da iniciativa privada quanto do poder público. Cabe ressaltar que seria de grande valia por parte da gestão pública

criar mecanismos de trato com o patrimônio histórico, incentivando a sua preservação e a propagação da sua cultura.

FIGURA 29: Praça da matriz, anos 2000.



FONTE: Google imagens. Acesso em 21 de abril de 2024.

Sobre as habitações e a ambientação citadina de Monte Horebe, as casas eram dispostas lado a lado. Segundo Silva Filho (1999), advindas de um modelo remanescente de uma estratégia de proteção militar. Tinha-se um ambiente verde, arborizado, de temperaturas baixas, considerando-a como uma cidade serrana, chamada também de “princesa dos montes”, cujas temperaturas atingem 17° C, principalmente em época sazonal de inverno.

Na atualidade, foi instituído o festival de inverno que se tornou um patrimônio histórico cultural e imaterial da Paraíba, através da lei ordinária nº 12370/2022.

Visualmente, é um tanto curioso que até a década de 90 não se tinha um desmatamento tão aflorado na área que atualmente corresponde a zona urbana. Oliveira (2018), evidencia na fala de uma depoente ao versar sobre o clima da região, “Aqui teve época que você amanhecia e anoitecia de meia, roupa de frio e nem ventilador existia, porque era frio, muito frio, principalmente junho e agosto que era garoa com gelo [...] era um clima frio!” (Oliveira, 2018, p. 100).

Entende-se que a paisagem de Monte Horebe detinha uma mistura com a ruralidade, típica das regiões interioranas da Paraíba. Podemos descrevê-la como um pequeno centro urbano, que adquiriria as suas representações modernizantes para a comunidade em ritmo lento e próprio.

Contudo, pensar a cidade de Monte Horebe em 1980 e 1990 é pensar na conjuntura que ela estava mergulhada e como se dava a gestão da mesma, compreendendo os desafios públicos e as problemáticas sociais que ela enfrentava. Uma vez que, o âmbito administrativo - civil intervencionava diretamente o espaço habitado.

No tocante das funcionalidades e equipamentos materiais, a partir do livro de atas de reuniões da câmara municipal José Dias Guarita sabe-se que em 1980 as intervenções no tecido citadino passaram a ser intensificadas, a exemplo do serviço de fornecimento de energia elétrica pela SAELPA (Sociedade anônima de eletrificação da Paraíba).

Foi implantado parcialmente em 1967; O início da eletrificação total ocorreu em 1975, juntamente com o emplacamento das vias e enumeração das residências. Havendo, pois, a reivindicação do melhoramento da distribuição desse serviço em diversas sessões ordinárias municipais, principalmente nas áreas da periferia.

Em 28 de março de 1985, tramitava na câmara municipal um requerimento do vereador Bolívar Dias, solicitando a energização de ruas da periferia, localizadas no extremo norte, no recorte do espaço figurado na imagem 08, anteriormente exposta, já que, essa rede elétrica já se encontrara concluída na área central.

José Basílio Braga deu entrada em dois requerimentos, um solicitando do poder executivo através da presidência da câmara a limpeza das ruas desta cidade, onde o matagal é uma constante [...] apresentou outro requerimento solicitando que sejam instaladas lâmpadas a vapor de mercúrio na periferia e nas praças, que, por conseguinte iria beneficiar os seus moradores (CÂMARA DE VEREADORES, 1984, p.21).

E ainda, na reunião de 15 de março de 1991: “José Basílio Braga solicitou do poder público a reposição de lâmpadas nas artérias desta cidade, especialmente na Rua Teotônio Martins de Figueiredo e adjacências” (Câmara de vereadores, 1984, p.157).

Em termos de comparação, é pertinente afirmarmos que a eletrificação total da cidade se deu na década de 70. E apesar de ser um bairro novo, o conjunto habitacional São Francisco, considerado periférico e já consolidado em 2018, só teve a rede de energia elétrica ligada em 2024, recebendo uma pavimentação, mas não o tratamento adequado da sua rede de esgoto e a regularização dos serviços de água, comumente reivindicado pelos seus moradores.

Na época era reivindicada também a instalação de televisores públicos na Rua Presidente Médici, no bairro centro, “uma das ruas mais habitadas da cidade”, como salientou o vereador supracitado, na sessão ordinária de 21 de março de 1985, ao requerer a aquisição de assentos e a recuperação das praças da cidade, ponto de encontro, de sociabilidade e diversão dos transeuntes.

Na reunião ordinária de 03 de outubro de 1985, foi solicitado reparo na praça da Rua João Agripino, alegando ser uma reivindicação de moradores da localidade. Essa praça servia como ponto de encontro para as comemorações religiosas em alusão a padre Cícero, celebração de missas, pagamento de promessas, e, posteriormente, ponto onde se solicitava a instalação de outro televisor público, devido a sua importância social, já que reunia várias pessoas em dias habituais.

FIGURA 30: Praça Pe. Cícero



FONTE: Autoria desconhecida, 2015

FIGURA 31: Praça Pe. Cícero, 2014.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

Em decorrência desse entretenimento foi posto em debate na mesma sessão ordinária um requerimento objetivando a contratação da ECETEL – Empresa cearense de telecomunicações, para a instalação de uma torre repetidora de sinal, fazendo menção a sua existência em São José de Piranhas. Reafirmamos que ela era uma referência mais próxima de cidade ideal para os horebenses.

A construção de praças é por si só um símbolo da urbanidade, espaço inventado pelo homem para conversa, diálogo, alteridade e criação de identidades, conforme argumenta Hissa (2006).

Na sessão de 07 de abril de 1987, essa reivindicação não atendida ressurgiu, sendo aclamada como “um investimento de grande significação para as famílias do município”. É importante salientar que esses equipamentos chegaram mais rapidamente nas ruas centrais, Pedro Gondim, João Agripino e Presidente Médici.

Na periferia, como é citada nas reuniões do legislativo municipal, havia precariedade e atraso em relação às vias centrais, faltando de pavimentação, exposição de esgotos, insuficiência de iluminação pública, problemas com a limpeza e insalubridade.

Percebe-se a carência de melhoramento das instalações de lâmpadas de vapor de mercúrio e posteação, da abertura de estradas com intuito de facilitar o tráfego

urbano-rural-intermunicipal, viabilizando a locomoção dos habitantes por meio de caminhadas, uso de bicicletas, carroças de tração animal, equinos e veículos, geralmente para fins pessoais e de comércio de produtos agropecuários. Esse era um ponto marcante na localidade, principalmente em dias de feira livre comumente no domingo e posteriormente sendo alterado para o sábado, em decorrência da visita missionária de Frei Damião, como evidencia Oliveira (2018).

Houve a solicitação de instalações de empresas de serviços bancários, como o pedido de uma agência do banco do Brasil, cujo prédio deveria se localizar na Rua Presidente Médici, centro, S/N, medindo 10 m de frente x 12 m de fundo, e, o projeto de lei nº 005/17 de abril de 1985 que visava à disposição de um prédio da municipalidade, medindo 05 m de frente x 20 m de fundo, situado na Rua Pedro Gondim, nº 30, para a instalação dos Correios - Empresa brasileira de correios e telégrafos, em regime de comodato, “sem ônus para a prefeitura”, visando com isso não depender dos serviços de correios das cidades vizinhas.

Em 22 de setembro de 1989, é solicitada a instalação de televisores na praça da Rua Teotônio Martins, popularmente conhecida como rua dos “barreiros”, devido a ter existido, antes da gradual construções de casas, a atividade comercial de se produzir tijolos a partir do barro existente ali, apontado nas atas do legislativo como periferia. Possui proximidade com vias de acesso a um riacho, situado na extrema parte norte da cidade, onde dá acesso aos sítios Baixó - Ponta da Serra - Guaiá - Serrinha - Braga - Chapada, havendo criatórios de porcos a margem da estrada de terra e odor marcante.

Em 1986 é posto em debate no legislativo municipal a necessidade de reposição de um transformador elétrico em redes recém-instaladas e a construção de torres elétricas no sítio de Areias, aproveitando a existência de uma rede de alta tensão, sendo benéfica para os sítios vizinhos. Isso ressaltava a importância do amparo à comunidade rural, mas também em detrimento da maioria da população ser residente nos sítios.

Com isso, queremos enfatizar que os discursos sobre o ambiente citadino são diversos, parte de narrativas e lugares que além de diferentes, não são neutros, depende do local de fala do seu ator social. Benjamin (1987) nos conta que, há várias cidades contidas em uma única, demarcada por seus ritmos ou por seus agentes e

arranjos cotidianos. Cada um vivencia fragmentos desse ambiente, se pararmos para refletir, ninguém a experiência na sua totalidade, mas restrito ao que a sua camada e o seu lugar social proporcionam.

A oferta dos serviços de saúde nas pautas das reuniões ordinárias da década de 80 e início de 90 apresentavam-se deficitária. A pauta em 11 de outubro de 1984 centraliza-se em torno da melhoria dos serviços assistenciais às pessoas carentes, principalmente no tocante de fornecer socorro médico. Pedido esse que vem se repetir em 28 de março de 1985, mas focalizando a disposição de um transporte para as pessoas da zona rural que precisavam com urgência dessa assistência.

Em 24 de outubro do mesmo ano são solicitadas melhorias na gratificação dos atendentes do posto médico, na época recebiam 90 mil cruzeiros. E a solicitação de aquisição de medicamentos, ressaltando a deficiência do serviço da ambulância. É sugerido que se criasse uma reserva de emergência para tal finalidade e um pequeno hospital com médico, enfermeira e dentista.

Em 04 de setembro de 1992 é reivindicada a restauração do posto médico na zona rural do Braga e das escolas da zona rural como um todo, contempladas com descaso e esquecimento, cujos professores deixavam de trabalhar, devido ao atraso dos vencimentos. É notável que houvesse certa desordem e falhas com a eficiência dos serviços de caráter básico. Nesse tocante os residentes na zona rural eram os mais afetados.

Podemos extrair dessas informações que na localidade já existia um posto médico e a não disposição desse serviço em toda a zona rural, pelo menos até meados de 1992, descrita no livro de atas, na sessão ordinária de 03 de abril, uma reivindicação pela melhoria no serviço supracitado. Nos sítios não contemplados, o habitante teria que se locomover até a cidade. Se pensarmos sobre essa questão, de qualquer modo, o habitante não era amparado na cidade por um serviço assertivo.

E nesse caso, alguns acabavam recorrendo a rezadeiras, mediadoras da cura, como aponta Assis (2022), ou padecendo em casa, devido à dificuldade de acesso ao posto médico, em casos mais brandos, e ao hospital de São José de Piranhas ou Cajazeiras, em casos mais urgentes. Essas reivindicações ocorrem em 1986, 1987, 1988 e nos anos iniciais da década de 90.

Existiam alguns veículos destinados à saúde, mas que eram vistos em casas de particulares ao invés de estar à disposição do povo, principalmente daqueles carentes, mais necessitados. “Está entrando muito dinheiro na prefeitura e nada sendo feito”, disse Maria Gonçalves na reunião de 29 de novembro de 1991, ao versar sobre a saúde e votar um projeto de lei nº 014/91 que tratava sobre a organização de um conselho municipal de saúde.

Inclusive, indagava-se o porquê de a ambulância estar há 6 meses fora da cidade com o pretexto de estar quebrada e quando resolvida essa pendência, haver o impedimento no seu trânsito devido à falta de combustível, tendo que vereadores ou os próprios populares custeassem com os seus recursos próprios. Considerando que ela atendia de modo finalístico a um serviço essencial que não poderia ficar desatendido.

Em 26 de abril de 1991, segundo o vereador Teodomiro Dias, havia 3 veículos no município, sendo: uma Santana, uma caminhonete S-10 e uma ambulância, todos os 3 estavam “desaparecidos”, sem haver nenhuma explicação ao legislativo municipal. Levando em consideração que carros da frota municipal, como a caminhonete atendia as necessidades da família do gestor, ficando dentro da sua propriedade, usufruindo então de um bem público que não estava acessível ao coletivo.

Nas palavras do vereador supracitado: “a ambulância não presta completa assistência aos carentes, pois muitas vezes está sendo usada para o transporte de leite da fazenda do prefeito”. Isso configurava “uma vergonha para a cidade”. E completara a vereadora Maria Gonçalves: “Muita das vezes a população se dirige aos vereadores em busca de transporte para a saúde” (Câmara de vereadores, 1984, p.153),

Era comum a cobrança por uma maior atenção aos pobres nesse tocante assistencial médico e odontológico, principalmente. Na reunião de 30 de março de 1990, era cobrado que os serviços de saúde fossem revistos, pois, os mais pobres estavam padecendo, ficando à míngua, ao mesmo tempo em que se elogiava a administração municipal pela distribuição de cestas básicas a esse público.

Dois grupos de vereadores usando da sua voz ativa para defender seus interesses e pontos de vistas partidários. No meio disso os recursos públicos e a população necessitada.

Concluimos que, nesse tocante, o serviço era mais que deficitário, se desviava do seu destino utilitário. Devido a legislação em vigor em torno das políticas assistenciais no âmbito da saúde, como o SUS e o SUAS, a década de 90 desencadeou um processo de maior assertividade para essa demanda, buscando estabelecer um obrigatório acesso, teoricamente isonômico aos habitantes.

Para a época, se tinha apenas o posto de saúde na Rua Tiburtino Dias que contemplava atividades menos complexas, e outro em fase de obra não concluída, no sítio Braga, sem funcionamento e insuficientes para a população, necessitados de maior direcionamento, recursos materiais, estruturais, número e diversidade de profissionais capacitados.

Atualmente, nesse requisito, a zona rural é assistida em dias pré-estabelecidos e divulgados pela secretaria de saúde, fornecendo o acesso da população as agentes de saúde, agentes de endemias, profissionais da enfermagem, medicina, odontologia e outros, de forma itinerante, fazendo uso de prédios locais para esse fim ou até mesmo alocando os atendimentos em escolas, no contra turno das aulas.

A zona urbana mantém o mesmo posto médico / UBS – Unidade básica de saúde, da década de 90, só que em nova configuração, mais ampliada. Ela conta com uma policlínica, construída entre as ruas José Ferreira Cavalcante e a recém-nomeada Joseano Freire, às margens da PB-400, trecho onde se localizava o colégio Ivan Bichara, já discutido no início desta pesquisa.

Ela foi inaugurada em 2021, realizando consultas, e ofertando serviços multidisciplinares. Posteriormente, em 2024, passou a oferecer a comunidade a realização de exames e pequenas cirurgias eletivas previamente agendadas pela equipe responsável, mantendo a comunicação com a rede de saúde estadual e federal.

Nesse ponto, percebemos que a saúde horebense deu um passo considerável, mérito principalmente para a sua população, ganhando novos ares de desenvolvimento, mas também, comportando atrasos, problemas, dificuldades, filas

de espera para atendimentos e a seletividade, principalmente política, que a maioria das cidades subsidia principalmente as interioranas de pequeno número porte.

4.3 A CIDADE INTERCEPTADA PELA PAUTA HÍDRICA

Na Paraíba ao longo desse período demarcado, testemunhou-se o falecimento de José Américo de Almeida, que por meio de suas obras literárias, diagnosticou de maneira perspicaz os desafios enfrentados pelo estado, busco tecer entre os paraibanos o emblema de "O Salvador da Pátria" devido a sua atuação como ministro envolvido nas iniciativas de enfrentamento às secas. Durante o seu tempo como ministro, empreendeu a execução de obras no estado, autorizando medidas para atenuar os efeitos das secas na região.

A alcunha de "O Salvador da Pátria" reflete não apenas a sua atuação ministerial, mas também a suposta percepção coletiva dos paraibanos sobre seu papel crucial na busca por soluções durante um período marcado por condições climáticas desfavoráveis a realidade local, principalmente dos sertanejos. O ano de 1983 trouxe a vivência de uma seca devastadora que desencadeou um significativo êxodo populacional em direção às cidades do sudeste do Brasil, alternativa encontrada por muitas famílias para conseguir o mínimo para a sobrevivência diante de um cenário de despreparo, analfabetismo, desemprego e de crise hídrica nas lavouras.

Assis (2020) nos conta que esse período foi marcado por situações de descaso, especialmente provenientes dos órgãos governamentais que ofereciam assistência mínima aos nordestinos, disponibilizando feijão e arroz de qualidade lamentável para o consumo, aumentando o preconceito e a discriminação com as camadas menos favorecidas economicamente, sendo comparadas a indigentes.

Tal cenário resultou em atos de saques, principalmente durante as feiras, onde as pessoas se viam compelidas a roubar para suprir a extrema carência alimentar que tinham. Ademais, a escassez hídrica afetou os agricultores, provocando um aumento nos preços dos produtos comercializados. Com isso, se tornava difícil sustentar uma família numerosa com pouco ou nenhum rendimento financeiro certo / fixo e sem

nenhuma política pública assistencial de qualidade que assertivamente suprisse as reais necessidades populares, uma vez que, a problemática da seca é sazonal e recorrente, típica no sertão nordestino.

Em 1985 ocorreu um longo inverno na região, provocando alguns casos desastrosos, gerando inquietação devido às enchentes e ao aumento do volume dos rios, que por muito tempo permaneceram secos. Podemos mencionar o exemplo da circunvizinha São José de Piranhas afetada pelo rompimento do açude que a abastecia, resultando na destruição de um bairro próximo dele, na inundação de residências e no deslocamento forçado de famílias desabrigadas, além de causar prejuízos significativos às plantações, como nos conta Roberto (2018).

Esses eventos não apenas impactaram a vida social, mas também a econômica da região, atingindo indiretamente municípios de Monte Horebe que mantinham relações comerciais com São José de Piranhas, participava e comercializava seus produtos na sua feira livre. E, por consequência dessa relação, também se valiam dela, buscando atendimentos assistencialistas de saúde e também de educação, em nível de segundo grau, nessa época inexistente em Monte Horebe.

Nesse sentido, a sazonalidade dos períodos de seca e de inverno impactava toda a dinâmica do lugar, sendo também uma estratégia antiga de favoritismo político muito endossada nos discursos das campanhas eleitorais. Em relação ao sistema de abastecimento urbano, como sublinha Alves (2019), é marcante na região a quantidade baixa de cursos de água, sendo abastecida através das águas de barragens e riachos, perdurando ainda a insuficiência do serviço de distribuição de água em decorrência da condição de sua infraestrutura hidráulica, sofrendo com períodos de seca e estiagem.

Ao versar sobre a seca na região, Assis (2020) denota a criação de frentes produtivas de trabalho, conhecidas como “Frentes de emergências”, executadas pela DNOCS/SUDENE – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas/ Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, requeridos pelo executivo estadual e municipal em detrimento dos períodos de estiagem. Contratavam-se temporariamente homens e mulheres da região para executar trabalhos manuais referentes à construção de açudes e estradas. Nesse caso, foram desenvolvidas obras

na PB-400, no trecho que liga São José de Piranhas a Monte Horebe, sendo o pagamento e a alimentação condicionados ao trabalho desempenhado.

Um fator a ser elencado é que a dureza e a precariedade desses trabalhos eram notáveis. Mesmo assim, a procura era alta e a seletividade da empregabilidade dependia de fatores políticos e barganhas, evidenciando a pobreza e a escassez das condições mínimas de existência, sendo as “Frentes de emergências” uma estratégia de controle social, econômico e político.

Pontuamos que havia uma instabilidade na região em decorrência dessa precariedade. Grupos populares, chamados de “flagelados” saquearam feiras livres e pontos de comércio em cidades circunvizinhas, causando tumultos e medo aos locais que, se defendiam da forma que podiam. Em um episódio específico, jogaram cimento nos invasores, causando cegueira, como destaca (Assis, 2020).

Cidades do alto sertão paraibano como São José de Piranhas e Uiraúna, foram invadidas pelos “flagelados”. Sendo que nessa última, a fome era tão grande que eles se alimentaram de carne em estado putrefação advinda de animais mortos, como bovinos, castigados pela falta de água. O que ligeiramente pode nos fazer lembrar do poema “O bicho” de Manuel Bandeira. Ora, parafraseando o poeta, o bicho que revirava o lixo em meio à precariedade e engolia detritos com voracidade, não era um cão, um gato ou um rato, era um homem.

Em 11 de março de 1981, “O jornal do Brasil” em sua edição nº 333, p.12, relata:

Aos gritos de “estamos com fome, queremos comer”, 5 mil pessoas invadiram a cidade de Bonito de Santa Fé [...] provavelmente um quebra-quebra, houve tiroteio, e o prefeito Tiburtino Almeida teve que sair correndo para a capital, onde contou o fato para as autoridades.

Há uma discussão acerca dessa questão, visto que era crescente o número de pessoas necessitando de assistência financeira, mesmo que essas se revelassem paternalistas, sazonais e precárias. No trecho jornalístico, percebe-se um descaso na cidade vizinha, atos extremos de um tipo de vandalismo de um povo sertanejo, dependente do ganho e subsistência proveniente das atividades agrícolas, cujo cultivo necessitava de chuvas. Porém, na ausência delas, as políticas públicas deveriam dar

amparo assistencial assertivo. Entretanto, tais condições climáticas evidenciavam lacunas sociais e administrativas existentes.

Refletimos que ações desesperadas como a citada, realçavam mais que uma estratégia de sobrevivência dos flagelados, mas também, a tentativa de resistência ao esquecimento e ao descaso imposto, ecoando vozes silenciadas em áreas invisibilizadas. A prova disso é que a autoridade máxima do município circunvizinho viajou para a capital com receio de represálias dos populares que cobravam erroneamente por seus direitos básicos.

O jornal do Brasil em 1981 traz também à informação e indignação de quem trabalhava nos serviços das frentes de emergência. Havia muito trabalho pesado para pouca remuneração. Em Monte Horebe, a diária se dava em torno de Cr\$ 100, em um período onde o quilo de farinha e feijão custava em torno de Cr\$ 160, tendo em vista que as famílias eram numerosas e o único sustento provinha da agricultura, atingida pelas secas. Logo, a renda de quem recebia tal valor era insuficiente para alimentar qualitativamente a família. Na contramão, aqueles que não possuíam renda alguma ficavam a míngua, perfazendo a margem da sociedade, apenas lembrada em época eleitoral.

Na sessão de 10 de novembro de 1981, há um pedido de aumento das vagas em obras que contemplam a localidade destinada aos mais carentes afim de “atender mais pessoas do município”. Assis (2020) aponta essas frentes como um mecanismo de poder para o controle político e social, devido ao período de estiagem para combater as sequelas da seca. Percebe-se que há uma mistura de insegurança na região. É possível que a preocupação consistisse em não permitir o descontrole social e motins na localidade, evitando tumultos e prejuízos materiais e no confronto das autoridades, como ocorreu em Bonito de Santa Fé, mencionado anteriormente.

A deficiência de assertividade assistencialista, a falta adequada de remuneração, a precariedade de trabalho ou a ausência dele fazia grande parte daquela sociedade conviver com a fome e os estereótipos de pobreza e da discriminação, demarcando espaços de poder, perpetuando famílias em “status” e posições ascendentes, já que o discurso e posição política são demarcadores das elites locais.

Essa é uma questão tão profunda que merece melhores desdobramentos. Mas de antemão, o fato é que muitas famílias se perpetuam em cargos eletivos e carreiras políticas, alocando parentes em posições de destaque, bem remunerados e usufruindo da cidade como se fosse um território particular, contribuindo para a migração e marginalização de determinadas camadas populares, em especial as mais baixas e com menos instrução escolar.

Todavia, com a chegada das chuvas essa situação envolvendo os flagelados e as “frentes de emergências” passou a ter menos evidência, mesmo que recorrente sazonalmente, em nova roupagem e destacada em discursos e promessas eleitorais de melhorias.

As chuvas traziam a esperança de uma lavoura produtiva e da venda dos excedentes. No entanto, se em excesso, ela causava estragos nas estradas, pontes e na própria produção rural. Em 17 de março de 1989 é criada a secretária de agricultura do município, em outubro do mesmo ano, há a reivindicação no legislativo municipal da distribuição de sementes selecionadas para o cultivo nas roças através da criação de um posto agrícola municipal.

E no ano seguinte repete-se o apelo, incluindo o pedido de aquisição de um trator agrícola com intuito de realizar em tempo hábil o corte das terras para o plantio. Refletimos que existia uma consciência dos vereadores em consonância com o apelo da população, voltada para a importância da agricultura na localidade, já que as rendas e subsistência das pessoas estavam amplamente relacionadas a esse tipo de atividade, sendo tão rotineira quanto as alterações climáticas sazonais que em tempos de estiagem prejudicava severamente a lavoura.

Se o homem do campo não plantasse e não colhesse, não havia o que comer ou vender. Não havia a fonte de sustento familiar. E isso também prejudicava a economia local. Não tendo as políticas públicas apenas um caráter assistencialista, mas, uma relação ativa de troca de interesses voltada para a alimentação da cidade e o seu possível desenvolvimento, uma das razões da sua existência.

Há de se saber que após a incorporação do serviço de captação e tratamento de água canalizando-a para as casas, por meio da CAGEPA em 1981, em tese substituindo os “olhos d’água” e o carregamento de água em ancoretas fixadas no

lombo de animais, como jumentos e cavalos, ou carregados em recipientes, equilibrados nas mãos e/ou na cabeça dos populares, a comunidade teve acesso à água tratada quimicamente. Todavia, percebemos através das discussões no legislativo municipal a deficiência no fornecimento desse serviço na zona urbana, considerando que na zona rural isso não é parte da realidade dela nem atualmente, tampouco nas décadas de 80 e 90.

Na reunião de 27 de novembro de 1987 esse assunto era debatido no plenário municipal pela vereadora Maria Gonçalves: “Difícilmente água existe nas torneiras, entretanto, as taxas de água são cobradas com preços exorbitantes” (Câmara de vereadores, 1984, p. 60), persuadindo as pessoas a cessarem o pagamento e só retornar quando o serviço fosse oferecido com qualidade e rapidez, já que quando regularizado, as águas eram turvas e causava receio para o consumo, essa problemática se arrastou por toda uma década.

“É necessário examinar a água consumida pela população para evitar doenças, principalmente a cólera (Câmara de vereadores, 1984, p.03).” Teodomiro Dias endossou. A cólera era uma preocupação frequente entre alguns habitantes que, enfatizavam ser uma epidemia existente em algumas cidades da Paraíba, nessa temporalidade, motivo de preocupação e cuidado.

Se formos refletir acerca das circunstâncias apresentadas, de certo modo, mesmo que deficitário quem de fato se beneficiava desse serviço, quando ele regularizava, eram apenas os habitantes da zona urbana, em específico aqueles que residiam no centro, cujo sistema de captação já havia sido concluído, e, mesmo assim, percebe-se que nem essa demanda foi fielmente atendida. Questão recorrente em 1991, quando em período de estiagem, faltava água nas torneiras e apelava-se para o poder público o envio de carros pipas para abastecer comunidades rurais, “esquecidas”.

Faz-nos questionar um ponto crucial: De que progresso estamos falando mesmo? Existiam sim pautas e serviços que estavam no entorno da dinâmica citadina e das realidades do seu povo, plural e heterogêneas como eles. Mas, é notável que as décadas de 80 e 90 deixaram rastros lacunares na infraestrutura e funcionalidades da cidade como um todo, marginalizando ainda mais as áreas rurais e periféricas, pois não atendia de fato as suas demandas. Enquanto a empresa estatal continuava a

cobrar as taxas sem desconto dos dias em falta e sem oferecer um melhor serviço à população, na periferia e áreas rurais as pessoas ainda padeciam da incorporação desses símbolos, tal como a distribuição de energia elétrica e de água. Sobre as lacunas na distribuição desses serviços podemos visualizar no trecho transcrito do livro de atas de 1984.

[...] a vereadora Maria Gonçalves reivindicou do poder executivo a reposição de lâmpadas queimadas em todas as ruas desta cidade, principalmente na periferia, por outro lado, a vereadora Maria Gonçalves fez um apelo a CAGEPA no sentido que seja construídas redes de água nas ruas da periferia da cidade (Câmara de vereadores, 1984, p. 52).

Na sessão de 13 de julho de 1987 é evidenciado na fala dos vereadores um apelo para que a CAGEPA construa redes de água nas ruas da periferia. Em 30 de setembro de 1989, há denúncias de pescadores e banhistas poluindo as águas do açude da CAGEPA. Assim como há pedidos de ampliação do sistema de abastecimento de água e melhoria no seu tratamento. O que nos evidencia que tal serviço não era distribuído igualitariamente, não abarcando a todos os habitantes, sendo, portanto insuficiente para a demanda.

Nesse tocante, em múltiplas sessões da câmara de vereadores discutem-se questões relacionadas a essa problemática da falta de água, onde rotineiramente solicitam a regularização desse serviço, apresentando a indignação e queixa de populares a esse descaso. Sobre a poluição das águas do açude que abastecia a região e a recusa em se pagar as altas taxas cobradas pela empresa fornecedora do serviço, foi cogitada a possibilidade da comunidade realizar um baixo assinado, com vistas a solucionar tal problema, o que não teve êxito.

Em inúmeras sessões versa-se também sobre a recuperação de prédios públicos, tais como o açougue municipal.

[...] tendo usado da palavra cobrando do executivo a recuperação do matadouro público, digo, a recuperação do açougue público municipal e a retirada do matadouro do local onde está funcionando, Bolívar Guarita disse que, aliás, esses pedidos já haviam sido feitos através de requerimento da vereadora Maria Gonçalves (Câmara de vereadores, 1984, p. 50).

A sessão de 30 de abril de 1987 destacava a requisição para a recuperação do açougue público municipal, sem capacidade para se comercializar a carne, e do matadouro público, solicitando que ele fosse retirado do local que se encontrara, devido a problemas de insalubridade, pois não apresentava condições para o abate do gado. Como sugestão, foi dada que ocorresse a sua demolição e a sua nova construção se desse fora do perímetro habitado.

Portanto, solicitou-se também uma fiscalização mais rigorosa no abate dos bovinos, caprinos e suínos, evitando uma contaminação para os consumidores e trabalhadores. “[...] Pediu ainda que se empenhasse no sentido de efetivar uma fiscalização rigorosa no exame de animais, bovinos, suínos e caprinos abatidos no matadouro” (Câmara de vereadores, 1984, p. 90).

Com base no livro de atas supracitado, infere-se que esse assunto ressurgiu, alegando ser um descaso e atentado à saúde pública, e como o executivo do município não tomou nenhuma providência para resolver a questão, foi sugestionado que a comunidade se juntasse para demolir este prédio público. “[...] tendo em seguida usado a palavra para solicitar a remoção do matadouro público do centro da cidade para a área suburbana, ou seja, segundo o edil, este matadouro se constitui um problema crucial para a população que reside em suas adjacências (Câmara de vereadores, 1984, p. 90).

No discurso que se segue vemos que o matadouro se localiza na travessa José Basílio Braga. Vejamos: “Francinaldo Dias de Figueiredo usou a palavra e pediu a presidência o seu empenho para que seja solicitada do executivo a construção de calçamento de paralelepípedo na continuidade da travessa José Basílio Braga, nas proximidades do matadouro público municipal...”

Seria um problema que como é colocado na fala do vereador Bolivar Dias, “o executivo não buscou resolver, se quer deu a devida atenção” (Câmara de vereadores, 1984, p. 65).

Situados em área central, tinham mau cheiro, espalhavam - se dejetos de animais pela via, necessitava de reformas e “prejudicavam famílias”, devido a sua insalubridade. Boa parte das reivindicações sobre essa pauta não foi atendida, sendo recorrente por várias reuniões até que em 08 de abril de 1988, alegando “ameaça a

saúde pública e descaso do poder competente”, a representante Maria Gonçalves com apoio de outros vereadores convocou a comunidade para juntos demolir o matadouro, como já mencionado.

Tal decisão favoreceu que esse serviço fosse transferido para a localidade periférica, considerada zona suburbana, com poucas habitações, na época. Isso também abre para nós um leque de reflexão de que as mazelas, insalubridade e descaso com demandas públicas eram desproporcionalmente tangenciadas para essas zonas, sem levar em consideração a qualidade de vida daqueles que não habitavam os espaços privilegiados, nesse tocante, o bairro centro.

Com isso, analisamos que a preocupação não se confere no tocante à saúde pública da comunidade no geral, como é posto nos debates, mas sim daquele grupo de pessoas que habitam a zona central. Cogita-se a mudança desse prédio para a área suburbana e de fato, na década de 90 houve essa remoção para a Rua Nobilino Dias. Logo, os dejetos do matadouro passaram a desembocar no açude localizado as margens da PB-400, contribuindo para a sua poluição até os dias atuais, sem nenhum projeto ou expectativa de revitalização de suas águas.

Na atualidade, ambos os prédios foram demolidos e substituídos por habitações de particulares, não havendo mais nenhuma estrutura pública destinada a esse fim na cidade.

Progressos? Retrocessos? Representações de modernizações? Cada cidade caminha em ritmo único, com demandas, utilidades, carências, lacunas, arranjos e resistências. Marchando em ritmo lento rumo a intersecção da utopia de crescimento e do que efetivamente se materializou, sabendo que existia um jogo de interesses e clientelismo político que não abarcava a todos por igual.

Souza (2023) afirma que, a preocupação com as mudanças físicas evidencia um processo de evolução urbana, emanando interesses coletivos, corporificando intenções, impactando e representando o social. Já que o urbanismo pode ser visto como forma da classe dominante expressar o seu poder. E segundo Baczko (1985), uma das forças que regula a coletividade é o imaginário social. Desse modo, a cidade é uma projeção física do imaginário social e é isso que confere significação as construções citadinas, (Souza, 2023).

Em um cenário que se revelou dual e atravessado por problemáticas sociais, resta-nos assegurar que a cidade é uma imagem sobreposta, cujos elementos detém experiências, discursos e problematizações polissêmicas, ditadas por sua singularidade e legitimidade dos seus ícones de inovação, (Ferrara, 2004).

Logo, Monte Horebe em seu tecido urbano e social se mostrou dinâmica e polissêmica, engendrando suas próprias questões, arranjos, soluções e lacunas, reveladas na apreensão das fontes, nos fornecendo respostas, reflexões, apontamentos, mas também novas indagações que podem embasar outras problemáticas e investidas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pensar a cidade de forma histórica é situa-la em um recorte temporal e escrever sobre ela. Nessa empreitada, o historiador encontra desafios e dilemas dentro do próprio *metiér*, se deparando com a amplitude das representações e sensibilidades que essa área o permite tocar, pois, o urbano abrange muitas pautas, sendo necessário fazer escolhas pontuais, de modo que haja um recorte mais direcionado e verticalizado daquilo que é estudado.

Vidas são perpassadas pela sua materialidade. Afetos são construídos, memórias são despertadas e sonhos são vivenciados cotidianamente, como aponta Rezende (1997). Escrever esta pesquisa me despertou, enquanto habitante, para memórias distantes, onde a infância e a juventude se cruzaram com a mulher adulta que me tornei.

Lembrar lugares, como o antigo “quadrinho”, espaço quadriculado, cimentado, entre o mercado público e a prefeitura, onde se realizavam missas campais, festas da emancipação política – o “forrórebe”, encenações de peças teatrais, eventos, onde brinquei e fiz amizades. Lembrar nomes de pessoas que já cruzaram as ruas e avenidas de Monte Horebe, como Dona Santina, Dona Zefa, seu Luiz e Miguel Pastor, meus avós.

Pessoas como Joaquim fogueteiro, artesão que fabricava fogos de artifício e no mês de junho acendia alguns na praça, reunindo pessoas para ver a atração; de Chicolinha, Paula e Loroza que vendiam doces e guloseimas próximo a escola Venâncio Dias.

Dona Júlia, dona Moça, Marluce, vizinhas que moravam nas proximidades da rua Teotônio Martins, seu José Lacerda que filantropicamente distribuía doces para as crianças nos dias 12 de outubro e Antônio do doce, que vendia “quebra queixo” e cocadas de coco, no bairro São José, popularmente conhecido como Rua dos barreiros.

Seu Expedito que vendia tecidos na Rua Pedro Gondim, seu Lourival, ex-prefeito que costumava ficar sentado na calçada de casa, próxima a igreja matriz, contemplando a vista da sua tão amada cidade; Dona Maria Luiza que na Rua José

Ferreira Cavalcante também sentava à tardezinha na calçada para ver o movimento dos carros e o transitar das pessoas. Dona Hortelina, dona Dadade, vizinha de dona Maria Casseiro, moradora da Rua Tiburtino Dias, que em 2023 completou 100 anos de vida e prestou serviços à comunidade paroquial da localidade.

São tantas pessoas que merecem ser lembradas, que poderiam facilmente ter os nomes estampados nas ruas e monumentos. Pessoas que na sua simplicidade e rotina diária contribuíram com seus trabalhos e vivências para a construção de um Monte Horebe de ontem e de hoje. Nomes sobrepostos a ruas de pedras e casas de concreto. Uma cidade que desperta memórias, cheiros, sensibilidades e utopias de crescimento individual e coletivo.

Uma cidade que pode se revelar lacunarmente em suas fontes, como peças de um quebra-cabeça que se encaixam e permite a dialética do historiador, ao passo que impõe limites, dúvidas e enfrenta armadilhas, principalmente na deterioração das fontes, na seletividade do que é registrado nos documentos, naquilo que é silenciado e cai no esquecimento da memória.

Concordamos com Rezende (1997) ao dizer que, delinear uma narrativa histórica é complexo e desafiador, pois nem tudo pode ser esclarecido e por mais minuciosa que seja a nossa análise frente as fontes, o ampliar de pautas pode minimizar ou invisibilizar outras. O ecoar de vozes, pode silenciar demandas específicas. Estando o historiador em um espaço não neutro e articulado com o seu contexto presente e com a sua subjetividade. Independente dos seus questionamentos, ele deve fazer escolhas da maneira mais sábia possível.

Logo, escolher determinado caminho metodológico a seguir, é também excluir as possibilidades que outros podem subsidiar na pesquisa, sendo cada um deles rico no seu campo de atuação.

No primeiro capítulo, vimos como atravessadas por cenários e temporalidades distintas, o elemento citadino é alvo de estudos por pesquisadores de áreas diversas, inclusive por historiadores, seja no tocante de sua materialidade, das estratégias de inovação do seu tecido urbano, das reformas, planos urbanísticos, preservação do seu patrimônio, monumentos e no campo da sua imaterialidade, sociabilidade e representações culturais.

Notamos que as cidades subsidiam problemáticas, são intervencionadas e pensadas por seus agentes históricos de maneira dialética e cotidiana. Pois, eles também são afetados por ela e por sua configuração. Pensando nisso, buscamos estudar a cidade de Monte Horebe, entendendo como a sua dinâmica material estava posicionada nas décadas de 80 e 90, pontuando também os seus problemas sociais e de que forma isso estaria demarcado no tecido citadino e nos hábitos cotidianos.

Partimos de um método documental, guiado pelas fontes primárias das Atas da câmara municipal e fontes imagéticas que foram ao encontro com as fontes secundárias, afinando o leque de compreensão do nosso objeto de pesquisa.

As atas vieram como papel fundamental na formulação de hipóteses para fins de desenvolvimento da problemática e entendimento de como o poder público atendia as reivindicações, gestava e legitimava os espaços públicos. O ponto negativo nesse caso, não foi o silenciar das vozes comuns, pois as atas demarcam um lugar de fala e problemas coletivos a serem sanados, mas a falta de amplitude dessas vozes e a falta de trato e do cumprimento de uma política de conservação organizacional dos arquivos.

Em nenhuma sessão analisada o plenário municipal é usado por algum habitante para requerer os seus direitos e se fazer ser ouvido. Logo, nos faz refletir sobre a não consciência popular da arena de poder e decisão que é uma câmara municipal e seus agentes políticos.

Almejamos que esse estudo desperte outras investidas direcionadas a cidade, mas pelo viés da oralidade, a fim de ecoar vozes comuns e sanar possíveis lacunas e pontos poucos explorados ou pouco verticalizados. Pois, compete também ao historiador dar visibilidade aos atores comuns que intervencionam, dialogam, constroem narrativas em torno do *lócus* urbano que é dialético e sensível, como nos conta Pesavento (2007). Uma vez que, “o cientista social tem imbricação no próprio objeto de estudo”, (Demo, 1995, p.19).

Sabemos que o ser humano produz interesses, sonhos, vivências, elementos simbólicos, sensíveis sociais, deixando marcas históricas, experimentando a urbanidade de modo singular, formando relações simétricas e assimétricas que dentro

de nichos de grupos étnicos são separados por diferenças sociais demarcando a cidade.

O não acesso a determinados lugares pode inferiorizar, já que a incapacidade econômica restringe o acesso e moradia a determinados lugares, fazendo com que a pobreza vá além do fator econômico e seja socialmente construída, estereotipada, muitas vezes causando o inchaço urbano. E também evidenciando lacunas na aplicação de políticas administrativas públicas.

No segundo capítulo descortinamos quem eram os agentes políticos que mais apareciam nas pautas do legislativo municipal, reivindicando melhorias locais e denunciando a falta delas. Em razão de que a história de uma cidade é interceptada por vários fatores, dentre eles, os culturais, sociais e os políticos, destacamos a desorganização e a falta de devido cuidado com os acervos públicos.

Não se dispõe de espaço próprio, de arquivamento organizado e tampouco de profissionais qualificados para tal finalidade, incluindo a catalogação das fontes. Identificamos a não aplicação e o desconhecimento da regulamentação do CONARQ - Conselho Nacional de Arquivos, tudo isso age como uma espécie de barramento do historiador frente a sua pesquisa.

Diante disso, a nossa primeira proposta de intervenção se dá em torno do conhecimento dessa regulamentação e da busca por alocação de profissionais capacitados para lidar com esta demanda em seus detalhes processuais, prezando pela transparência. Sugestionamos a digitalização dos documentos públicos, Atas, requerimentos e afins, a fim de conservar e facilitar o acesso dos acervos aos pesquisadores e munícipes desejosos de empreitar pesquisas formais ou sanar dúvidas em torno deles. Desse modo haveria a devida organização, conservação e facilidade legal do acesso às fontes. É imprescindível atestar que, a falta de conservação do acervo público diz muito sobre a gestão de uma cidade e também sobre ela.

No terceiro capítulo, buscamos perceber Monte Horebe através da sua materialidade, discursos e sociabilidades. Vimos que o pensar a cidade está indissociável de suas mudanças fisionômicas, bairros, ruas, fachadas, prédios públicos e particulares. E com elas, as suas composições sociais, a ocupação dos

bairros pelos habitantes, as mobilidades residenciais interurbanas, a heterogeneidade das classes e os arranjos de sobrevivência, interesses e barganhas políticas (campo fértil para a demagogia), que intervencionavam na cidade atravessadas por interesses que as vezes não eram expressamente coletivos. Como consequência, tudo isso passa a refletir no espaço físico.

Percebemos que, o cenário de Monte Horebe nas décadas de 80 e 90 estava imiscuído em ritmos rurais, típicos da região e isso destacava também o seu progresso, dentro do seu próprio cotidiano, revelando desafios. Marcado por períodos sazonais de estiagem e pela carência de assistência pública. Contrariamente marcado também por bons invernos, boas colheitas de mandioca, amendoim, batata, feijão, milho, arroz, algodão e frutas como a banana. Eles forneciam a subsistência e a renda da maior parte da população, vendidos principalmente na feira livre, de importante papel e representação, também elencada nesse trabalho.

É perceptível certa preocupação com a organização da cidade, expressa nos requerimentos e projetos, com a limpeza das ruas, aumento do funcionalismo público, abertura de crédito especial para serviços urbanos, reivindicações de melhoramentos para o mercado, a fim de aperfeiçoar a feira livre. Pela busca da resolução da insalubridade do matadouro público, pela otimização dos serviços de saúde e oferta da educação na localidade.

Vimos que a imagem do centro é diferente dos bairros menos abastados, onde a modernização chegou tardiamente, fazendo com que os seus habitantes não experimentassem a cidade igualmente. Mas cada habitante se apropriava dela e construía narrativas e arranjos de sobrevivência, a ponto de nos fazer questionar se eles queriam se modernizar ou se simplesmente seguiam sua labuta diária aceitando as benfeitorias, quando estas aconteciam, questionando a falta delas.

O fato é que a cidade desejada, pensada, prometida, principalmente nos discursos políticos, era diferente daquela real, possível e acessível aos seus habitantes. E assim como toda cidade, ela era, e é, plural, heterogênea e repleta de historicidade, de problemáticas, desafios, avanços e retrocessos que impactam no seu cotidiano.

E assim, defendemos que, o legado histórico de uma cidade é material e imaterial, perpassa gerações, independente do seu tamanho e número populacional. Por fim, notamos que em Monte Horebe há uma crescente perda de elementos históricos em detrimento de novas construções, dos símbolos modernizantes e das suas novas configurações.

É importante haver um resgate da cultura nativa, da identidade e do seu patrimônio histórico, fundamental para a cultura e para o turismo local. É imprescindível que isso seja mais discutido nos espaços coletivos, principalmente nas reuniões ordinárias da câmara municipal, como um mnemônico que imbrica o passado com o contexto atual.

Por isso, a nossa última proposta de intervenção seria a criação de um museu municipal, de modo a buscar recontar a história local por meio de imagens, objetos, escritos informais e documentais. Que eles tragam elementos dos habitantes comuns e não apenas de uma história positivista, sob viés político. E sim, um conhecimento horizontal, uma propagação daquilo que é comum e valioso em Monte Horebe.

Em síntese, que isso denote a cultura local, suas redes de relações e a sua economia. Que verse sobre as feiras, sobre os profissionais formais, informais e até mesmo as suas possibilidades de turismo: a casa de pedra, as pinturas rupestres descobertas no sítio Braga, os cruzeiros, as cachoeiras, as trilhas, a pedra do sino, entre outros lugares históricos e naturais.

Inclusive, é interessante citar que através da lei ordinária nº 12370/2022¹⁶, Monte Horebe deteve o reconhecimento do seu festival de inverno como cultura imaterial do Estado da Paraíba, sendo destaque por seu clima e atividades culturais desenvolvidas. Isso denota um avanço estrutural, uma visibilidade regional e mostra as potencialidades que há no município.

Para concluir, almejamos que essa pesquisa contribua eficazmente para novos estudos acadêmicos, científicos e locais. Pois a história está em toda parte e deve ser usada interdisciplinarmente. Que seja mais uma peça do quebra cabeça cidadão que remonta o que um dia foi e é Monte Horebe, suas rupturas e continuidades. Que

¹⁶ Para mais informações ver: <https://leisestaduais.com.br/pb/lei-ordinaria-n-12370-2022-paraiba-reconhece-como-patrimonio-historico-cultural-imaterial-do-estado-da-paraiba-o-festival-de-inverno-realizado-no-municipio-de-monte-horebe>. Acesso em 22 de dezembro de 2023.

surjam novas indagações e com elas narrativas para ir de encontro com a identidade do seu povo e o recriar da cidade, física, subjetiva e afetivamente, evidenciando tanto o que é físico e palpável, quanto às sociabilidades construídas e os dilemas enfrentados por seus habitantes em outras temporalidades.

6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. **Encontros etnográficos. Interação, contexto, comparação.** São Paulo, Editora UNEESP. Alagoas, EDUFAL, 2015.

ALBUQUERQUE, Durval Muniz. "Palavras que calcinam, palavras que dominam: a invenção da seca do Nordeste". In Revista Brasileira de História. São Paulo, ANPUH/Marco Zero, vol. 15, nº 28, pp. 111-120; 1995.

ALVES, Janailson de Sousa. **Os impactos ambientais nos reservatórios hídricos de abastecimento da cidade de Monte Horebe - PB.** UFCG. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras 2019.

ALVIM, Ana Márcia Moreira. BESSA, Kelly. FERREIRA, Guilherme Luiz Lopes. **Urbanização, migração e rede urbana no tocantins:** concentração de atividades político-econômicas e redefinição dos papéis dos principais centros urbanos. DOI: <http://dx.doi.org/10.4025/bolgeogr.v37i1.38979>.

ARANHA, Gervácio Batista. **Campina Grande no espaço econômico regional:** estrada de ferro, tropeiros e empório comercial algodoeiro (1907-1957). 1991. 324f. (Dissertação de Mestrado em Sociologia Rural), Curso de Mestrado em Sociologia Rural, Centro de Humanidades, Universidade Federal da Paraíba - Campina Grande - PB - Campus II - Brasil, 1991. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/3631>.

ASSIS, Roberto Ramon Queiroz de. **“UMA QUESTÃO DO SENTIR”:** memórias e sensibilidades das vivências cotidianas com a seca, em face às experiências dos horebenses. Monte Horebe – PB (1958-1985). UFCG/CFP. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2020.

ASSIS, Roberto Ramon Queiroz de. **“Com dois te botaram com três te retiro”:** as práticas educativas da reza e da cura no sertão paraibano (final do século XX início do XXI). 2022 176 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande, Paraíba, Brasil, 2022.

AQUINO, Napoleão Araújo de. **Cidades, migrações e memórias no Tocantins: (re) visitando escritas e falas na década de 1990.** Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011.

BAUMAN, Zgmunt. **Tempos líquidos.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed. 2007.

BACZKO, Bronislaw. **Imaginação social.** Enciclopédia Einaudi 5: Anthropos - homem. Lisboa: Imprensa nacional - Casa da moeda, p. 296- 332, 1985.

BENJAMIN. W. O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. In. **Magia e técnica, arte e política. Obras escolhidas.** São Paulo: Brasiliense, 3. ed. 1987.

BOECHAT, Patrícia Teresa Vaz; SANTOS, Jaqueline Lima. **Feira livre: dinâmicas espaciais e relações identitárias.** VIII Encontro Baiano de Geografia e X Semana de Geografia da UESB, Vitória da Conquista, 2011.

BOLLE, Willi. **Fisiognomia da metrópole moderna.** SP: EDUSP: FAPESP, 1994.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembrança dos velhos.** São Paulo: Companhia das letras, 1994.

BLOCH, Marc. “A história, os homens e o tempo”. In: **Apologia da História ou o ofício de historiador.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002, p. 51-68.

BRAGA, Emanuel Oliveira. **Gentrificação.** In: GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). *Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural.* 2. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2016. (verbete). ISBN 978-85-7334-299-4.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. **As sete portas da cidade.** Espaço & Debates, n.34, NERU, 1991, p.10-15.

BRESCIANI, Maria Stella Martins. História e Historiografia das cidades, um percurso. In: **Historiografia brasileira em perspectiva.** Maecos Cezar de Freitas (org). Editora contexto: São Paulo, 1997.

CALVINO, Italo. **As Cidades Invisíveis**. Tradução por Diogo Mainardi. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Marieta Pinheiro de. O século XVIII: Um novo Pensamento sobre a cidade. In _____. **Uma ideia Ilustrada de Cidade**: as Transformações urbanas no rio de janeiro de D. João VI: (1808-1821) Rio de Janeiro: Odisseia, 2008.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das letras, 1995.

CAVALCANTI, Maria Thereza Dias. **A participação feminina na política**: as representações sociais das mulheres nos cargos políticos da cidade de Monte Horebe, Paraíba (1983-2016) / Maria Thereza Dias Cavalcanti. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2021.

COSTA, Renan Cavalcanti. **O instituto da segregação**: realidade socioespacial entre os bairros de manáfra e são josé, no município de João pessoa-Pb. UFPB. 2021.

COURA, Roberto. **A feira de Campina Grande**. Campina Grande: Universitária/UFCG, 2007.

CERTEAU, Michel de. A Escrita da História; tradução de Maria de Loudes Menezes. 3. Ed. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. **“E a história se fez cidade...”**: a construção histórica e Historiográfica de Brasília / Viviane Gomes de Ceballos. - Campinas, SP. 2005.

CEBALLOS, Viviane Gomes de. Dossiê cidade e memória. In: **Urbana: Rev. Eletrônica Cent. Interdiscip. Estud. Cid. Campinas**, SP v.9, n.3 [17], 2017, p.469-475.

CEBALLOS, Viviane Gomes de; FIGUEIREDO, Ayrle Alves de. **Cidades Fragmentadas**: vida material e conexões sociais em Cajazeiras, PB. Iguatu, CE: Quipá Editora, 2021.

CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHAGAS, Waldeci Ferreira. “Urbanidade, modernidade e cotidiano na Parahyba do início do século XX. In: ABRANTES, Alômia; SANTOS NETO, Martinho Guedes dos. **Outras histórias: cultura e poder na Paraíba**. (1889 – 1930. João ésoa: Editora universitária/ UFPB, 2010.

Cruz, Marília de Medeiros. **Pombal Moderna: uma análise das transformações urbano-espaciais da cidade (1970-2010)** / Marília de Medeiros Cruz. - Cajazeiras, 2019. 57f.

DARNTON, Robert. História e antropologia. In: **O beijo de Lamourette**. São Paulo: Cia das Letras, **1990**.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3 ed. Ver. Ampl. São Paulo: Atlas, 1995.

DIAS, Eva Márcia; DIAS, Mércia Maria. **Monte Horebe: Suas Histórias e Estórias**. Cajazeiras: Gráfica Real, 2011.

DURÁN, Maria - Ángeles. **La Ciudad Compartida: conocimiento, afeto y uso**. Santiago do Chile: Ediciones Sur, 2008.

FERRARA, Lucrécia D’aléssio. **Cidade e Imagem: entre aparências, dissimulações e virtualidades**. Revista Fronteiras, v. VI, n.01, p. 21-32, janeiro-junho 2004.

FERRARA, Lucrécia D’Aléssio. O texto em silêncio. In: _____. **Ver a cidade. Cidade, imagem, leitura**. São Paulo, Nobel, 1988, p. 7-18.

FERRARA, Lucrécia D’Aléssio. O espaço público como meio comunicativo. In: COSTA, Carlos; BUITONI, Dulcília Schroeder (Org.). **A cidade e a imagem**. - Jundiaí, SP: Editora, In House, 2013, p. 35-50.

FOUCAULT, Michel. Ditos e escritos. Vol.3. **Estética: literatura e pintura, música e cinema**. Rio de Janeiro: Forense universitária, 2001.

FOUCAULT, Michel. Soberania e disciplina. In: **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GADELHA, Julieta Pordeus. Antes que ninguém conte. João Pessoa: A união, 1986.

GONÇALVES, Rafael Soares. A reforma urbana do Rio de Janeiro. Para onde vão os pobres? In: GONÇALVES, R. S. **Favelas do Rio de Janeiro. História e direito**. Rio de Janeiro, Pallas, editora PUC-RJ, 2013.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Beatriz. Sidou. 2ª ed. São Paulo: Centauro, 2013.

HEIDEGGER, M. **Ser e tempo** (1927), Partes I e II, tradução de Marcia Sá Cavalcante Schuback, Petrópolis: Vozes, 2002. [Sein und Zeit, Frankfurt am Main: Vittorio Klostermann, 1977.]

HILLMAN, James. **Cidade e Alma**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

HISSA, Cássio Eduardo Viana. Ambiente e vida na cidade. IN: BRANDÃO, Carlos Antônio Leite (Org). As cidades da cidade. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2006. P. 91 - 91.

HOLANDA, Sergio Buarque de, 1902-1982. **Raizes do Brasil**. 26. Ed. — São Paulo : Companhia das Letras, 1995.

KONDER, Leandro. Um olhar filosófico sobre a cidade. In: PECHMAN, Robert Moses. **Olhares sobre a cidade**. RJ:Ed.UFRJ, 1994. P73-82.

LE FEBVRE, Henri. **O direito à cidade**; Tradução Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LEITÃO Deusdedit. **São José de Piranhas**: Notas Para Sua História. João Pessoa, UNIGRAF- União Artes Gráficas Ltda., 1985.

LEPETIT, Bernard. **Por uma nova história urbana**. Org. Heliana Angotti Salgueiro. Trad. port. Cely Arena. São Paulo: Edusp, 2001.

LIMA, Edson Silva de. **História pública**: o desafio da profissão de historiador
Ephemeris and political discourses in the police report of the Rio de Janeiro Military
Police (1964-1969). Rev. *Intellèctus*, Ano XVII, n. 2. 2018. ISSN: 1676-7640.

LIMA, Lauro. **O cavalo de Piripiri**. Roteiro do Nordeste. Recife, 1977.

MARIZ, Celso. **Cidades e homens**. 1ª edição. Paraíba: A União, 1945. 284p.

MASCARENHAS, Gilmar; DOLZANI, Miriam CS. Feira livre: Territorialidade
popular e cultura na metrópole contemporânea-DOI 10.5216/ag. v2i2. 4710. **Ateliê
Geográfico**, v. 2, n. 2, p. 72-87, 2008.

MARIANO, Serioja Rodrigues Cordeiro. **Signos em Confronto**: o arcaico e o
moderno na Princesa (PB) dos Anos Vinte. Recife: UFPE, 1999. Dissertação de
mestrado.

MATOS, Olgária. “O direito à paisagem”. In: PECHMAN, Robert Moses. **Olhares
sobre a cidade**. RJ: Ed: UFRJ, 1994. P.43-59.

MATOS, Júlia Silveira & SENNA, Adriana Kivanski de. **História oral como fonte**:
problemas e métodos. *Historie*. Rio Grande, 2(1), 2011.

MELLO, José Octávio de Arruda. **História da Paraíba**: Lutas e resistências. João
Pessoa: editora universitária, 2001. V. 6. 280p.

MORENO, Valdecir Teófilo. MOREIRA, Ivan Targino. QUEIROZ, Silvana Nunes
de. **Fluxos migratórios paraibanos**: Síntese dos últimos 40 anos. Revista OKARA:
Geografia em debate, v. 10, n. 1, p. 133-150. ISSN: 1982-3878. João Pessoa, PB,
DGEOC/CCEN/UFPB, 2016. Disponível em:><http://www.okara.ufpb.br><. Acesso
em 21 de julho de 2023.

MOURA, Maria Berthilde Filha. **De Filipeia à Paraíba**: uma cidade na estratégia da
colonização do Brasil: séculos XVI – XVIII. João Pessoa: IPHAN/ superintendência
na Paraíba, 2010. P 71-205.

MONTEIRO, Charles. Imagens da cidade de Porto Alegre nos anos 1950: a
elaboração de um novo padrão de visualidade urbana nas fotorreportagens da revista

globo. In: **Fotografia, história e cultura visual: pesquisas recentes**. EdiPUCRS. Porto Alegre, 2012.

MUMFORD, Lewis, Santuário Aldeia e fortaleza, in. **A cidade na história: Suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 1998.4ª Ed.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj, História**. São Paulo, (10), dez 1993.

OLIVEIRA, Iranilson Buriti de. Os rumores e humores da cidade: pressupostos teórico-metodológico nos estudos sobre o urbano. In: **Teorias e Metodologias de Pesquisa sobre História, Cultura e Cidades**. AZEVEDO NETO, Joachin Melo; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; MELO, Alcilia Afonso de Albuquerque. 1ªEd. Guarujá – SP: Científica Digital, 2024.

OLIVEIRA, Leiana Isis Soares de. **Entre o sereno e as prosas: um estudo historiográfico sobre o processo de urbanização de Monte Horebe - PB nas décadas de 1960 e 1970**. 112f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, Paraíba, Brasil. 2018.

PAIVA, R.; GABBAY, M. **Cidade, Afeto e Ocupações: ou a transfiguração do espaço público no Brasil contemporâneo**. RUA, Campinas, SP, v. 24, n. 1, p. 129–138, 2018. DOI: 10.20396/rua. V24i1. 8652511. Disponível em: [HTTPS://periodicos.Sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652511](https://periodicos.Sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8652511). Acesso em: 01 mar. 2024.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Muito além do espaço: por uma história cultural do urbano**. Estudos históricos. Rio de Janeiro, vol 8. Nº 16. P. 279- 290. 1995.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **Uma Outra Cidade: O mundo dos excluídos no final do século XIX**. 1.Ed. SP:Companhia Editora Nacional,2001.

PESAVENTO, Sandra; LANGUE, Frederique (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. Porto Alegre: UFRGS, 2007.

PESAVENTO, Sandra. **Sensibilidades: escrita e leitura da alma**. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy; LANGUE, Frederique (Orgs.). **Sensibilidades na história: memórias singulares e identidades sociais**. UFRS. Porto Alegre, 2007.

PINHEIRO, Jane. "Antropologia, arte, fotografia: diálogos interconexos". In: **Cadernos de Antropologia e Imagem**, Rio de Janeiro, UERJ, val. 10, n. 1, 2000, p. 125-35.

PONTE, Sebastião Rogério. **Fortaleza Belle Époque: reformas urbanas e controlesocial1860-1930**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha: Multigraf,1993.

POSSAMAI, Zita Rosane. **Fotografia e cidade**. ArtCultura. Dossiê História e fotografia. V.10 n.16 (2008).

ROLNIK, Raquel. **O que é cidade?** São Paulo: Brasiliense, 1995. (coleção primeiros passos; 203). 4ª reimpressão da 1ª. Ed, 1988.

REZENDE, Antônio Paulo. **(Des) encantos modernos: histórias da cidade do Recife na década de vinte**. Recife; FUDARPE, 1997.

ROBERTO, Mônica de Lima. **São José de Piranhas - PB: memória do espaço e projeção do urbano nas décadas de 1970 e 1980**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. - Cajazeiras, 2018.

SANTOS, Aline Lacerda Leite de. **Narrativas e memórias sobre conflitos familiares e de poder no distrito de Santa Fé- Monte Horebe - Pb. 1870-1900**. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, 2022.

SANTOS, Hércules Pimenta. **História e Arquivologia: Relação, individualização e mídias contemporâneas**. ANPUH-BA, Feira de Santana. 2016.

SALLUM JÚNIOR, Brasílio & KUGELMAS, Eduardo. **O Leviathan declinante: a crise brasileira dos anos 80**. Artigos. Estud. av. 5 (13). Dez, 1991.
<https://doi.org/10.1590/S0103-40141991000300009>.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Espaço e poder: contra as tendências mais fáceis. IN: SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. **Sementes Urbanas**. Vol 01. Organizado por Maria de Lourdes Pinto Machado Costa e Maria Lais Pereira da Silva e Niterói, EDUFF, 2017.

SANTOS, Carlos Nelson Ferreira dos. Um jogo de cartas; Comos e porquês introdutórios; O espaço e os jogos (do poder); As cidades como foram sendo em todo mundo; As cidades como puderam ser no Brasil. IN: SANTOS, C. N. F. **A cidade como um jogo de cartas**. Niterói, Eduff; São Paulo, Projeto Editores, 1988.

SEVCENKO, Nicolau (org.). **História da Vida Privada no Brasil**. Vol. 3. São Paulo, Companhia das Letras, 1998.

SEVCENKO, Nicolau: A Capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: Fernando a Novais (coordenador geral da coleção): **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA FILHO, Osmar Luiz. **Na cidade da Paraíba, o Percurso e as Tramas do Moderno**. Recife. 1999.

SILVA, Hilmaria Xavier. **A invenção de um lugar: vivências e memórias (n) da Favela da Cachoeira (Campina Grande 1959-2006)**. 2013. 145f. (Dissertação de Mestrado em História); Programa de Pós-Graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2013. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/1714>

Silva, Jéssica Naiara. **A estação do bairro: nos trilhos da memória contada vida, cotidiano e trabalho na ferrovia sousense (1960-2000)** / Jéssica Naiara Silva. Cajazeiras, 2017.

SILVA, Josinaldo Gomes da. **Imagens do Moderno em Patos - PB: (1934-1958)**. 2011. 161f. (Dissertação de Mestrado), Programa de Pós-graduação em História, Centro de Humanidades, Universidade Federal de Campina Grande – Campina Grande - Paraíba - Brasil, 2011. Disponível em: <http://dspace.sti.ufcg.edu.br:8080/jspui/handle/riufcg/28449>.

SILVA, Luíz Carlos da. **Desafios da implementação da política pública de arquivos: as funções arquivísticas e o acesso a informação na prefeitura municipal de Vitória, ES**. UFMG. Belo Horizonte, 2020. 263f: if.

SOUZA, Célia Ferraz de. **Um percurso em Porto Alegre: cidade, história e urbanismo**. Artigo de periódico do Lume: repositório digital, UFRGS, 2010. Disponível em: ><http://hdl.handle.net/10183/72723>>: Acesso em 23 de dezembro de 2023.

SOUZA, Célia Ferraz de. **O espaço e a sensibilidade dos cidadãos**. ARQTEXTO. 2003.

SPOSITO, Marília Pontes (coord.). **Memória do Movimento Popular de Arte no Bairro de São Miguel Paulista**: Cultura, Arte e Educação. USP, FFCL, 1987.

UCHÔA, Fabio Raddi. **ESPAÇOS E IMAGENS DA GENTRIFICAÇÃO NO CENTRO DE SÃO PAULO**. XXIII Encontro Anual da Compós. Universidade Federal do Pará, Belém. 2014.

VIANA, Rachel de Almeida. **Desenvolvimento e ciências sociais**: as agências internacionais nas favelas na década de 190. Revista Manguinhos, 2023. Disponível em: > <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/p8JzHSKtcR5XCx393TXhQLS/><. Acesso em 23 de dezembro de 2023.

VIEGAS, Danielle Heberle. História urbana e interdisciplinaridade: práticas, truques, empréstimos. In: **Teorias e Metodologias de Pesquisa sobre História, Cultura e Cidades**. AZEVEDO NETO, Joachin Melo; KNACK, Eduardo Roberto Jordão; MELO, Alcilia Afonso de Albuquerque. 1ªEd. Guarujá – SP: Científica Digital, 2024.

SITES:

Portal da cidade de Monte Horebe, PB. Disponível em IBGE. Disponível em:<<https://montehorebe.pb.gov.br/>>. Acesso em 23 de junho de 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2022**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 1982**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **IBGE Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pb/monte-horebe/panorama>>. Acesso em 23 de junho de 2023.

FONTES:

CÂMARA DE VEREADORES. **Livro de Atas n. 1.**P. Monte Horebe: Câmara de vereadores, 04 de dezembro de 1962 a 28 de junho de 1975. p. 01 - 100.

CÂMARA DE VEREADORES. **Livro de Atas n. 2.** Monte Horebe: Câmara de vereadores, 04 de março de 1976 a 18 de novembro de 1983. p. 01 - 100.

CÂMARA DE VEREADORES. **Livro de Atas n. 3.** Monte Horebe: Câmara de vereadores, 22 de dezembro de 1983 a 07 de fevereiro de 1992. p. 01 - 198.

CÂMARA DE VEREADORES. **Livro de Atas n.4.** Monte Horebe: Câmara de vereadores, 14 de fevereiro de 1992 a 21 de dezembro de 1993. p. 01 - 98.

ESCOLA DE PRIMEIRO E SEGUNDO GRAU BONIFÁCIO SARAIVA DE MOURA. **Livro de Atas de Reuniões n. 1.** Monte Horebe, 14 de abril de **1988 a 25 de janeiro de 1991.**

PARÓQUIA SÃO FRANCISCO DE ASSIS. **Livro de tomo N° 1.** Monte Horebe. 1963.

PERIÓDICOS:

Periódico O Jornal do Brasil. **Seca provoca no Nordeste saques em dois estados.** Rio de Janeiro, 11 abril de 1981. p. 12. Disponível em:
>https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Bonito%20de%20Santa%20F%C3%A9%22&pagfis=28426<
Acesso em 11 de dezembro de 2023.

Periódico Jornal do Brasil. **Chuvvas param na Paraíba e o sertão começa a temer reinício de seca.** Rio de Janeiro, 04 de maio de 1981. Disponível em:
>https://memoria.bn.gov.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_10&pasta=ano%20198&pesq=%22Bonito%20de%20Santa%20F%C3%A9%22&pagfis=31989<.
Acesso em 11 de dezembro de 2023.

DEPOIMENTOS SECUNDÁRIOS:

Maria Deodata de Jesus. Entrevista concedida em 07 de novembro de 2016.

Maria Vilani Pereira. Entrevista concedida em 08 de novembro de 2017;

Geralda Bandeira Bento. Entrevista concedida em 10 de outubro de 2017.

Disponíveis em: OLIVEIRA, Leiana Isis Soares de. **Entre o sereno e as prosas:** um estudo historiográfico sobre o processo de urbanização de Monte Horebe - PB nas décadas de 1960 e 1970. 112f. Trabalho de conclusão de curso (Licenciatura plena em História) – Centro de Formação de Professores, Universidade Federal de Campina Grande. Cajazeiras, Paraíba, Brasil. 2018.

7 ANEXOS

FIGURA 32: Parte interna lateral- Escola Venâncio Dias, 2014.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

FIGURA 33: Rua Pedro Gondim – prédio antigo ao fundo, 2014.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

FIGURA 34: UBS-Joaquim de Sousa, 2016.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

FIGURA 35: Plantação de milho e feijão - Ponta da Serra, área rural, 2014.



FONTE: Arquivo privado pessoal da família Oliveira.

FIGURA 36: Produtos artesanais locais na feira, 2022.



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal.

FIGURA 37: Agricultura local na feira, 2022.



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal.

FIGURA 38: Sacos de Feijão de corda dispostos na feira, 2014.



FONTE: Arquivo Pessoal Privado

FIGURA 39: Silos de zinco- armazenagem de legumes e cereais, 2014.



FONTE: Arquivo Privado Pessoal.

FIGURA 40: Antiga casa- Rua Pedro Gondim, 2014.



FONTE: Arquivo Privado Pessoal.

FIGURA 41: Lateral da prefeitura ao lado do centro de educação, anos 2000.



FONTE: Arquivo Luzinete.

FIGURA 42: “Quadrinho” - ao fundo o antigo mercado público, 2015.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

FIGURA 43: Sede do Sindicato rural dos trabalhadores, anos 2000.



FONTE: Arquivo de Luzinete.

Figura 44: Antiga casa na rua Pedro Gondim, 2013.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

FIGURA 45: Antiga casa na Rua Pedro Gondim, 2013.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

FIGURA 46: Câmara de vereadores, 2016.



FONTE: Arquivo privado pessoal.

FIGURA 47: Instalação da rede de energia no bairro São Francisco, 2023



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal.

FIGURA 48: Frei Damião e populares em Monte Horebe, década de 80.



FONTE: Arquivo de Neuza Pereira

FIGURA 49: Desfile cívico, ao fundo Escola Venâncio Dias, década de 80.



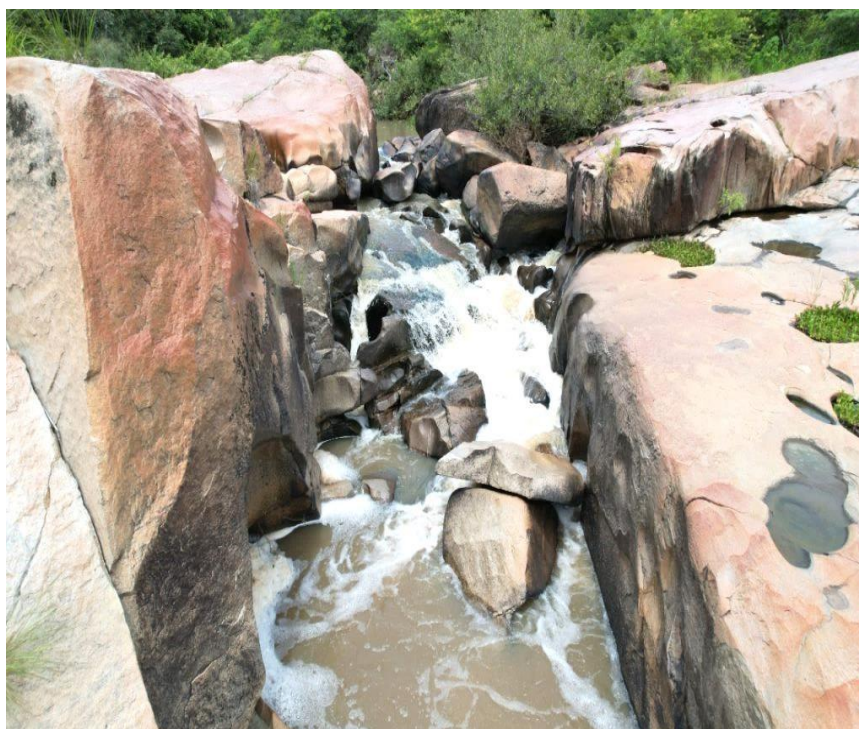
FONTE: Arquivo da família Oliveira.

FIGURA 50: Casa de Pedra, ponto turístico, 2022.



FONTE: Google imagens

FIGURA 51: Cachoeira dos Cabrais, ponto turístico 2022.



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal.

FIGURA 52: Eco pedal, turismo na pedra do sino, 2022.



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal

FIGURA 53: Show de repentistas na praça central, 2022.



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal

FIGURA 54: Certificado de habilitação de ensino docente, 1982.


 MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA
 UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
 CENTRO DE EDUCAÇÃO

2ª VIA

CERTIFICADO



CERTIFICO que, nos termos do artigo 77, parágrafo único, letra c, da lei n. 5.692, de 11 de agosto de 1971, EDÊNIA MARIA DA SILVA xxx xxx xxx xxx se submeteu a exame de suficiência, em 07 / 02 / 82, como candidato do(a) COLÉGIO DE 1º GRAU IVAN BICHARA SOBREIRA xxx xxx xxx, da cidade de MONTE HOREBE xxx xxx, no Estado da Paraíba, tendo sido considerado habilitado a ensinar ESTUDOS SOCIAIS xxx xxx NO 1º GRAU xxx.


João Pessoa, 21 de JUNHO de 1982


 MANOEL CORREIA DE LACERDA
 GOVERNADOR


 JAMACY DA COSTA ALMEIDA
 DIRETOR DO CENTRO

FONTE: Arquivo da ECI Bonifácio Saraiva de Moura.

FIGURA 55: Decreto de criação da instituição, 1987.


 ESTADO DA PARAÍBA
 EEFM Bonifácio Saraiva de Moura
 Dec. de Criação 11.871/87 - D.O. 16/3/87

Decreto n.º 11.871 de 10 de março de 1987

Cria a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Bonifácio Saraiva de Moura, e dá outras providências.

O Governador do Estado da Paraíba, no uso das atribuições que lhe confere o art. 60, da Constituição do Estado,

D E C R E T A:


Art. 1º - Fica criada a Escola Estadual de 1º e 2º Graus Bonifácio Saraiva de Moura,, Padrão B-1, na cidade de Monte Horebe.

Parágrafo Único - A implantação do ensino de 2º Grau na Escola criada por este Decreto, processar-se-á, gradativamente, ano a ano, respeitadas as normas do Conselho Estadual de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PALÁCIO DO GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, em João Pessoa,
10 de março de 1987; 99ª da Proclamação da República.

AUTENTICAÇÃO
 Autentico a Presente copia Fotostática
 por ser copia fiel do original. Dou fe
 neste dia 29 de 02 de 2008
 Manoel Correia de Lacerda
 Governador do Estado da Paraíba


 NILTON BEZERRA CABRAL
 GOVERNADOR

José Loureiro Lopes
 Secretário da Educação

08.909.155/0001-16
 Monte Horebe Cartório
 Registro Civil Tabelionato
 Av. Dr. Pedro Gondim, 504
 CEP 58555-000
 Monte Horebe-PB

FONTE: Arquivo da ECI Bonifácio Saraiva de Moura.

Figura 56: Vista panorâmica., anos 2000.

da



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal.

Figura 57: Câmara municipal de Monte Horebe, 2024.



FONTE: Arquivo da prefeitura municipal.

